

Vandeia Lucio Ramos

**A Igreja que aprende e ensina:
A relação entre Igreja e Educação a partir do Concílio Vaticano II**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Teologia da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Teologia.

Orientação: Prof. Joel Portella Amado

Rio de Janeiro
Fevereiro 2017

Vandeia Lucio Ramos

A Igreja que aprende e ensina
A relação entre Igreja e Educação a partir do Concílio Vaticano II

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia. Aprovada pela comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Joel Portella Amado

Orientador

Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof. Luiz Fernando Ribeiro Santana

Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof. Dorival Souza Barreto Junior

UNIMONTES

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação de Teologia
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Vandeia Lucio Ramos

Graduou-se em Pedagogia (Universidade do Rio de Janeiro) em 1996, em História (Universidade Gama Filho) em 2005 e em Ciências Religiosas (Instituto Superior de Ciências Religiosas da Arquidiocese do Rio de Janeiro) em 2013. Pós-graduou-se em Alfabetização das Crianças das Classes Populares (Universidade Federal Fluminense) em 1999 e em Administração Escolar (Universidade Cândido Mendes) em 2002. É professora de História e de Ensino Religioso da Rede Municipal do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Ramos, Vandeia Lucio

A igreja que aprende e ensina: a relação entre igreja e educação a partir do Concílio Vaticano II / Vandeia Lucio Ramos ; orientador: Joel Portella Amado. – 2017.

171 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2017.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Vaticano II. 3. Educação. 4. Missão. 5. Gravissimum educationis. I. Amado, Joel Portella. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

Aos Católicos que se compreendem como Educadores,
que assumem o martírio nosso de cada dia.
vivendo no hoje a esperança do Reino.

Agradecimentos

A Deus, meu Tudo!

À Nossa Senhora, sempre *Totus Tuus*!

À minha família, pela educação, atenção e carinho de todas as horas, que participa na formação de quem eu sou. A meu filho Pedro, ensinando na maternidade sobre o amor de Deus.

Ao meu orientador Professor Joel Portella Amado, que assumiu esta dissertação e vive o magistério.

A cada professora e professor, pelo legado que deixam nesta obra.

A cada um, de cada escola, com quem aprendi a ser comunidade.

Aos colegas, principalmente aos que se tornaram amigos, com uma presença estimuladora.

Resumo

Ramos, Vandeia Lucio; Amado, Joel Portella. **A Igreja que aprende e ensina: a relação entre Igreja e Educação a partir do Concílio Vaticano II**. Rio de Janeiro, 2017. 171p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua história, a Igreja sempre compreendeu sua missão também como educativa. Educar é anunciar o que recebe e o que vive em sua missão no mundo. O Concílio Vaticano II marca a história deste processo pelo qual a Igreja atualiza a compreensão de si e de sua responsabilidade com o bem comum, através da aprendizagem que a aproxima da humanidade como família. Em sua universalidade, o Concílio coloca a Igreja numa perspectiva de diálogo com todas as realidades, favorecendo projetos que envolvem valores universais. A história é compreendida como tempo de atuação da Palavra de Deus mediado dialogicamente nas culturas. A educação, direito universal do cidadão, tem o amor como condutor. É sistematizada em princípios que consideram sua caminhada e seu fim último. A família, seguida do leigo na escola, fazem parte indispensável e irrenunciável da missão do Corpo de Cristo, na medida que ambas, família e escola, são chamadas a formar as novas gerações no caminho do Reino. A Igreja, no exercício de sua missão, conscientiza-se da identidade educativa, e essa consciência possui uma perspectiva histórica, desenvolvendo-se no seu agir através de sua pastoral no mundo. Conforme a concepção atual de educação, a Igreja, ao mesmo tempo em que aprende, ensina. Ao mesmo tempo em que ensina, aprende, em processo dialógico contínuo (GS 40).

Palavras-chave

Vaticano II; educação; missão; Gravissimum Educationis.

Abstract

Ramos, Vandeia Lucio; Amado, Joel Portella(Advisor). **The Church learns and teaches: the relationship between Church and Education from the Second Vatican Council**. Rio de Janeiro, 2017. 171p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

From age to age, the Church has always understood its mission as educational too. Educating is to announcing what you receive and live in yours mission in the world. The Second Vatican Council marks the history of this process in which the Church modernizes the understanding of itself and its responsibility for the common good, through the learning that brings it closer to humanity as a family. In its universality, the Council places the Church in a perspective of dialogue with all realities, favoring projects that involve universal values. History is understood as the time of the Word of God mediated dialogically in cultures. Education, universal right of the citizen, has love as its conductor. It is systematized in principles which consider its walk and its last end. The family, followed by the layman in school, are an indispensable part of the mission of the body of Christ, to the extent that both, family and school, are called to make new generations on the path of the Kingdom. Church, in the exercise of its mission, is aware of the educational identity, and this consciousness has a historical perspective, developing itself in its action through its pastoral in the world. According to the current conception of education, Church, at the same time that it learns, it teaches. At the same time it teaches, learns, in a continuous dialogical process (GS 40).

Keywords

Second Vatican; Education; mission; Gravissimum Educationis.

Sumário

1 Introdução	13
2 O problema	19
2.1. Ser Igreja é ser missionária	23
2.2. Ser Igreja é ser educadora	25
2.3. Igreja e Estado: uma relação em construção histórica	31
2.3.1. Compreensão eclesial	31
2.3.2. Compreensão social	37
2.4 . Conclusão	42
3 A Igreja aprende no Concílio Vaticano II	46
3.1. Sendo magistério	47
3.1.1. Anúncio e primeira sessão: diferenças que se encontram	47
3.1.2. Segunda sessão: identidade de magistério	50
3.1.3. Terceira sessão: aprendendo a dialogar com o mundo	52
3.1.4. Quarta sessão: serviço à Palavra	54
3.2. Fazer-se magistério	55
3.2.1. Na liturgia	55
3.2.2. Na identidade da Igreja	58
3.2.2.1. No Povo de Deus	63
3.2.2.2. No episcopado	67
3.2.2.3. No sacerdócio ministerial	70
3.2.2.4. Na vida religiosa	71
3.2.2.5. Na missão	72
3.2.3. Na Palavra	72
3.2.3.1. No diálogo e na comunicação	75
3.2.3.2. No ecumenismo e no diálogo inter-religioso	80
3.2.4. Na liberdade	80
3.2.5. Na relação com o mundo (GS)	82
3.2.6. Com Maria	87

3.3. Conclusão	88
4 A Igreja ensina: o gravíssimo dever da educação cristã	92
4.1. O caminho da GE no Concílio	92
4.2. O pós-Concílio	101
4.3. Algumas conclusões parciais	102
4.4. A educação cristã na declaração <i>Gravissimum Educationis</i>	104
4.4.1. O proêmio	105
4.4.2. Educação como Direito Universal (GE 1)	107
4.4.3. Natureza e fim da educação cristã (GE 2)	109
4.4.4. Os educadores: pais, sociedade civil e Igreja (GE 3)	109
4.4.5. Meios da Igreja para a educação cristã (GE 4)	111
4.4.6. Importância das escolas (GE 5)	112
4.4.7. Obrigação e direito dos pais (GE 6)	113
4.4.8. Solicitude pelos alunos das escolas não-católicas (GE 7)	114
4.4.9. Escolas católicas: importância e direito da Igreja (GE 8)	115
4.4.10. Diversidade de escolas católicas (GE9)	117
4.4.11. Faculdades e universidades católicas (GE 10)	118
4.4.12. Faculdades de ciências religiosas (GE 11)	119
4.4.13. A coordenação das escolas católicas (GE 12)	120
4.4.14. Conclusão: exortação aos educadores e alunos	120
4.5. Conclusão	121
5. Conversão pastoral como processo educativo permanente	123
5.1. Novas formas de ser presença no mundo	124
5.2. Ser magistério é ser educador	125
5.2.1. Na família	127
5.2.2. Na instituição educativa	130
5.2.2.1. Na escola confessional católica	134
5.2.2.2. Na escola não-confessional	136
5.2.2.3. Na universidade	138
5.2.2.4. A dimensão espiritual e o ensino religioso	139
5.3. O cristão educador leigo	146

5.3.1. A mulher	149
5.4. Conclusão	152
6 Conclusão	159
7 Referências bibliográficas	167

Siglas

AA – Decreto *Apostolicam Actositatem*

AG – Decreto *Ad Gentes*

AL – Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*

CC – Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia

CD – Decreto *Christus Dominus*

CT – Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

DAP – Documento de Aparecida

DH – Declaração *Dignitatis Humanae*

DV – Constituição Dogmática *Dei Verbum*

ER – Ensino Religioso

FC – Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*

GE – Declaração *Gravissimum Educationis*

GS – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*

LG – Constituição Dogmática *Lumen Gentium*

LS – Carta Encíclica *Laudado Si'*

MM – Encíclica *Mater et Magistra*

PT – Encíclica *Pacem in Terris*

SC – Constituição *Sacrosanctum Concilium*

UR – Decreto *Unitatis Redintegratio*

Não desanimeis diante das dificuldades apresentadas pelo desafio educativo! Educar não é uma profissão, mas uma atitude, um modo de ser. Para educar é preciso sair de si mesmo e permanecer no meio dos jovens, acompanhá-los nas etapas do seu crescimento, pondo-se ao seu lado. Dai-lhes esperança, otimismo para o seu caminho no mundo. Ensinai-lhes a ver a beleza e a bondade da criação e do homem, que conserva sempre os vestígios do Criador. Mas sobretudo com a vossa vida, sede testemunhas daquilo que comunicais.

Papa Francisco: 2013

Introdução

O desafio de uma pesquisa sobre a identidade educativa católica foi sendo assumido como uma interpelação pessoal entre a formação acadêmica, a prática pastoral e a experiência profissional.

O compromisso de uma Igreja jovem em assumir a opção preferencial pelos pobres colocou-me no caminho do magistério público na cidade do Rio de Janeiro. O princípio da formação do cidadão em seu direito ao acesso aos bens socialmente construídos era diretriz pela luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade. Escola que transforma vidas e a sociedade. E a mesma só pode ser construída pela qualidade profissional de sua equipe pedagógica.

Na paixão por ensinar, a paixão por aprender. O curso de Pedagogia era o mais indicado, pois todas as disciplinas passam pela sala de aula, em interdisciplinaridade. No primeiro segmento do ensino fundamental esta expressão é mais facilmente identificada.

Pela escola, nas relações que se constroem, um mundo novo possível é anunciado. Os dramas humanos são repensados, reorganizados e juntos podemos propor novas práticas sociais. A formação acadêmica contínua enriquece a reflexão e possibilita o encontro com outros profissionais, outros contextos, desafios e novas possibilidades.

A participação na comunidade eclesial traz a certeza de que somos irmãos que caminham juntos, partilhando a vida pessoal em uma rede de relacionamentos que se tornam familiares. O cotidiano semanal é significado à luz da fé. Da celebração dominical, continuamos nos encontros pastorais e de amigos. Livros, palestras e formações diversas iluminam as escolhas pelos excluídos, pelos rejeitados aos limites da sala de aula, pelas turmas em projetos de integração.

O professor de Ensino Religioso, até então indicado pela direção entre os demais, retorna à turma regular, pois cresce a falta de docentes. Não há uma regulamentação específica para a função. É o período em que a rede escolar municipal é organizada, em um processo de centralização administrativa.

O primeiro concurso para professor de Ensino Religioso na rede municipal do Rio de Janeiro é de 2012. Sua aprovação na Câmara de Vereadores é através da Lei 5303, de 19 de outubro de 2011. É uma obrigação constitucional em seu artigo

210. É facultativo aos responsáveis, conforme regulamentação do artigo 33, da Lei 9394/96, em sua nova redação pela lei 9475/97. No entanto, a circular E/SUBE/CED – E/SUBG/CRH, nº 1, e o Edital SMA nº 63, de 2 de março de 2012, definem em 100 vagas para professores desta disciplina, limitando o atendimento ao turno único (7h30min às 14h30min) e aos 4^{os} e 5^{os} anos. Tal limitação contraria a legislação constitucional de ser para todo o ensino fundamental e a legislação municipal, no art. 1º da citada lei 5303/11.

Desafio aceito, a recepção dos novos profissionais foi realizada por D. Nelson Francelino, então bispo auxiliar pelo Ensino Religioso, Pe Paulo Romão, diretor do Departamento de Ensino Religioso da Arquidiocese (DAER), Professor Nonato Coelho, da Pastoral da Educação, Dr. Carlos Dias, autor da lei do Ensino Religioso no Estado do Rio (em 2000), Professora Edilea Santos, da Associação de Professores de Ensino Religioso Católico (ASPERC) e as responsáveis pelo Departamento de Ensino Religioso da Secretaria Municipal de Educação (SME), Professoras Gloria Antonieta Macedo e Simone Cardoso. Foi realizada em 13 de agosto de 2012, na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A legislação municipal e o edital do concurso especificam que o ensino religioso é confessional e plural. Em acordo entre prefeitura e representantes religiosos, a formação continuada dos professores católicos cabe ao Departamento de Ensino Religioso da Arquidiocese. À SME, a construção conjunta com os professores de cada credo, as respectivas Orientações Curriculares.

Neste trabalho conjunto, D. Nelson anunciou que estaria reorganizando a Pastoral da Educação. Seria perfeito fazer a síntese de uma vida profissional a partir de uma pastoral organizada. E o caminho até então desconhecido convoca a ser percorrido.

Pelo conhecimento de então, a proposta do ER confessional e plural é considerada a melhor, respondendo à identidade das pessoas, que também é religiosa. Ser vanguarda na educação é característica da rede pública. Trabalho a ser construído junto aos demais credos, na especificidade de cada um. A paixão por ensinar, a experiência de vinte anos na rede municipal e a certeza da contribuição que o ensino religioso tem a oferecer na formação de uma nova geração fizeram com que me envolvesse cada vez mais no processo que se iniciava, como representante do ER Católico da Terceira CRE (Coordenadoria

Regional de Educação) junto à SME e na equipe final de redação das Orientações Curriculares.

A realidade apresenta suas tensões, com grupos de contestação da confessionalidade do ER e a defesa de outras propostas pedagógicas para a disciplina. Eram inúmeras dificuldades, de diferentes âmbitos, da tão próxima rede estadual, com a legislação de 14 de setembro de 2000 seguida do respectivo concurso. É preciso fundamentar melhor e aprender a argumentar. Enquanto vinculado à Pastoral da Igreja, é necessário aprofundar a compreensão eclesial sobre a educação, para compreender melhor a defesa do ER confessional e plural.

No entanto, a produção sobre uma reflexão teológica sobre a educação é quase inexistente no Brasil. Centrada da escola católica ou na ciência da religião, carece da perspectiva da identidade religiosa em sua relação com as demais identidades. O proselitismo e o conflito são pressupostos nestes estudos. E não alcançam o objetivo procurado.

Vamos então procurar na CNBB. Pouco material produzido, sem indicações que aprofundem teologicamente a compreensão da Igreja em seu agir bimilenar através da instituição educativa, com dificuldade em situar sua inserção em redes públicas e ter um alcance amplo do conceito de educação católica. Os textos produzidos limitam-se ao compromisso do leigo em atuar no mundo para a garantia do direito de educação para todos. O aprofundamento antropológico-teológico não é apreendido pelos católicos educadores.

O que permanece é um ideal pessoal que cada educador traz de sua vivência religiosa, a partir da qual constrói sua atuação profissional. Na comunidade eclesial faz-se a síntese consciente do agir na escola, com vaga expressão acadêmica na teologia.

Apresenta-se aqui um abismo entre o saber teológico eclesial e a prática pastoral na educação. Prioritariamente de leigos, a prática pedagógica na instituição educativa carece de uma reflexão a partir da identidade eclesial, ainda que a mesma perpassasse suas escolhas quanto à profissão e em movimentos políticos que a defendem.

Na busca de referências oficiais encontramos com a Congregação para a Educação Católica. Textos disponíveis no site do Vaticano oferecem material de reflexão a partir de temas relevantes ao educador. Nestes textos, de linguagem

objetiva, encontramos o aprofundamento de muitos dos desafios atuais, bem como uma proposta coerente com a identidade religiosa para a prática educacional.

Na procura pelo magistério da Igreja para respaldar e aprofundar o ideal educativo, chegamos à declaração *Gravissimum Educationis* (GE), do Concílio Vaticano II. De leitura aparentemente simples, encontramos o centro inicial do estudo de uma elaboração sistemática sobre a educação católica. E nossa primeira superação quanto ao documento: sua perspectiva teológico-pedagógica limita o acesso de sua proposta, pois o teólogo não alcança os desdobramentos pedagógicos com facilidade, e o educador não compreende as questões antropológico-teológicas próprias do texto. É preciso atravessar esta ponte e unir estas duas vertentes em uma leitura interdisciplinar. É preciso visitar sua história.

No entanto, não foi encontrada nenhuma produção para o aprofundamento do estudo da GE. Há citações em alguns livros, referências em propostas educativas, mas nenhuma obra específica encontrada que aprofunde seu conhecimento. O caminho de sua redação, tão importante para apropriar-se de seus princípios a partir do contexto conciliar, torna-se acessível pela obra histórico-teológica de Alberigo¹.

Aqui veio a mudança de perspectiva deste estudo: ao buscar a sistematização sobre a concepção eclesial de educação, encontramos a Igreja em processo de aprendizagem, uma Igreja que é um magistério que ensina porque aprende. E este processo é progressivo na história.

No servir ao mundo em resposta à sua missão evangélica (cf. Mt 28, 19-20), a Igreja compreende quem é ao compreender a pessoa humana. Neste encontro, aprende mais sobre a relação entre Deus e o ser humano, anunciando o que vê e o que vive (cf. 1Jo 1, 3).

E este magistério, este mesmo movimento de aprender e ensinar, interpela permanentemente a cada um e a todos a uma conversão contínua, a fazer uma caminhada no mundo e nele agir, sem se acomodar em estruturas diversas. O convite permanece, de ir sempre ao encontro do próximo e fazer-se irmão na família humana.

Cinquenta anos depois e a escola conciliar torna-se cada dia mais presente em seus ensinamentos, a desafiar a Igreja a viver em estado de aprendizagem, a

¹ ALBERIGO, Giuseppe (org.). História do Concílio Vaticano II. Vol I-II. Petrópolis: Vozes. Vol III-V. Sígueme-Peeters: Salamanca.

expressar sua identidade no mundo através do serviço dos leigos no campo educativo e a aprender com as novas gerações e os dramas atuais a anunciar a sempre Boa Nova.

A rede pública não-confessional no Estado laico carece da entrada acadêmica devida, em formação teológica adequada a seus educadores leigos, de modo que passem a assumir sua identidade religiosa na construção profissional de seu cotidiano, e a contribuir na abertura da Igreja à compreensão ampla de sua identidade educadora.

Os dramas na educação são também expressão dos dramas eclesiais, sinalizando para a Igreja onde precisa ler e iluminar sobre sua missão. As dificuldades que enfrentamos em sala de aula, na escola, enquanto centros de convergência dos problemas que o mundo enfrenta, convoca-nos a uma resposta coerente com a fé que professamos. Uma resposta objetiva, que permita a todos ver além do fato em si, e sim um ser humano preso entre tantas influências e que luta contra si mesmo na procura da justiça e da paz, na procura de um significado maior para os acontecimentos, à procura de Deus.

A dimensão espiritual precisa estar presente e configurar o agir cristão no mundo, na alegria de quem espera o melhor que ainda está por vir.

É nesta certeza que se desdobra esta pesquisa, de identificar a Igreja em seu processo de aprendizagem, fundamentando sua consciência pastoral no mundo a partir do Concílio Vaticano II e culminando em sua sistematização na GE. Deste modo, após a identificação deste processo de ensino-aprendizagem, a pesquisa buscará compreender sua progressiva aprendizagem pastoral. Portanto, o trabalho se concentra na área de concentração de Teologia Sistemático-Pastoral, na linha de pesquisa Religião e Cultura.

Para alcançar estes objetivos gerais, temos os seguintes objetivos específicos:

Contextualizar e identificar os principais desafios eclesiais e educacionais a partir do período em que ocorre o Concílio Vaticano II.

Compreender a Igreja enquanto magistério, sendo o campo educativo como característico de sua identidade e sua consequente inserção o mundo, tendo o Estado como sua referência institucional de relação.

Identificar elementos no desenvolvimento do Concílio Vaticano II que evidenciem o processo educativo da Igreja, em sua progressiva aprendizagem.

Relacionar o desenvolvimento da declaração *Gravissimum Educationis* com o processo educativo eclesial do período, compreendendo-a enquanto sistematização da consciência educativa e tendo a instituição escolar como referência de seu magistério.

Compreender o processo educativo eclesial em sua continuidade pastoral como permanente conversão.

A produção da história do Concílio é limitada. No entanto, consideramos neste estudo “as sínteses resultadas nos documentos oficiais da Igreja [sejam] suficientemente amplas e formalmente bem articuladas, de forma a agregar sem contradições fundamentais ou explícitas as diferentes posições de que são portadoras”². Teremos como referência os autores Mattei³ e Alberigo no desenvolvimento histórico e Beozzo⁴ e Gonçalves e Bombonato (orgs.)⁵ com a perspectiva do episcopado brasileiro.

A partir da pesquisa bibliográfica, buscaremos compreender a Igreja educativa como uma perspectiva do processo eclesial, considerando a concepção dinâmica do aprender-ensinar caracteristicamente humano e, aqui, em sua dinâmica Deus-Igreja.

² PASSOS, J. D., Concílio Vaticano II, p. 76.

³ MATTEI, Roberto de. O Concílio Vaticano II. Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013.

⁴ BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005.

⁵ GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Vera Ivanise. Concílio Vaticano II: análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004.

2 O problema

O contexto em que ocorre o Concílio Vaticano II envolve movimentos históricos que aceleram sua dinâmica e mudam a forma de viver e de pensar este viver. URSS e Estados Unidos disputam a hegemonia do mundo na Guerra Fria. O fim da Segunda Guerra e o medo de uma Terceira intensificam a esperança pela paz e pela interdição das armas nucleares. A Conferência de Bandung, em 1955, faz emergir o Terceiro Mundo do subdesenvolvimento, na consciência de sua cidadania. O processo de descolonização se acelera, comprometendo a dignidade humana em três continentes. As colônias africanas e asiáticas tornam-se independentes. Realiza-se nova fase de industrialização, com a redução da agricultura e crescente urbanização. O capitalismo é consolidado como campo de expansão do neoliberalismo. Contraposições são identificadas, como entre os bens e as riquezas com a fome e a miséria. Os meios de comunicação se encontram em progressiva hegemonia. Intelectuais questionam valores a partir do humanismo progressista, em empenho pela paz e pela dignidade do ser humano. Corolários estéticos são destruídos, em agressão à cultura clássica. Surge a cultura de massa.

Bispos do Terceiro Mundo encontram-se em situação de igualdade com os demais. O Leste europeu torna-se Estado ateu, com a Igreja em estado de silêncio. A sociedade diversifica-se em limites culturais. Estreitam-se relações entre grupos distantes geograficamente.

As vocações sacerdotais e religiosas diminuem. Os aspectos espirituais tornam-se secundários. O conceito de conflito é situado no âmbito político, não no antropológico. Mudam-se os conceitos e ressignifica-se a ação social numa nova leitura da identidade religiosa, produzindo nova história. A mudança no pensar é mais lenta. Desenvolve-se um novo sistema de análise, mas com a mentalidade anterior, comprometendo a síntese de um pesquisador.

A incondicional ideia de progresso material e científico como solução otimista para os problemas da miséria domina os ambientes intelectuais laicos e católicos. Aspira-se a um Estado de bem-estar social e olha-se de modo positivo para a história e para o marxismo. A concepção materialista modifica sua práxis revolucionária armada para uma revolução cultural.

A percepção de que a ciência é feita por homens em suas relações fica fragilizada. O valor moral do ato humano torna-se irrelevante.

O tempo histórico se acelera com a urbanização, com a industrialização e com o acesso a informações, favorecendo a crescente reformulação na concepção de mundo. Novos conceitos são assumidos pelo ocidente e irradiados no oriente: democracia, liberdade e direitos humanos universais.

As bases da família patriarcal vão se rompendo: diminui a quantidade de filhos, o divórcio é aprovado pela legislação e cresce o número de mulheres no mercado de trabalho. Concentram-se responsabilidades no Estado através de suas instituições.

A educação torna-se um valor universal. Enquanto dever do Estado, os aspectos econômico e político sujeitam a educação a concepções de transformação relacionadas à expansão econômica, ao aumento de produtividade e como formação de força de trabalho qualificada para ampliação do mercado. Pela alfabetização, as pessoas atuam socialmente e tornam-se agentes de transformação, sendo incorporadas pelo voto ao processo de decisão política.

O baixo índice de escolarização é relacionado à falta de recursos financeiros. As crianças trabalham em vez de estudar e estão geograficamente dispersas, dificultando a matrícula e a frequência; a estrutura escolar não considera o contexto e suas dificuldades. As causas sociais da miséria e da fome dificultam políticas educacionais. É preciso multiplicar iniciativas da educação de jovens e adultos, bem como expandir e renovar o então ensino primário.

Em 1946, a 1ª Conferência Geral da UNESCO destaca a luta contra o analfabetismo. Em 1948, a ONU promulga a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em 1959, a Declaração dos Direitos da Criança. Em 1960, a UNESCO realiza a Conferência Mundial sobre Educação de Adultos. Em 1965, o Congresso Mundial de Ministros da Educação, em Teerã, preocupa-se com a alfabetização funcional (a pessoa lê e escreve, mas não compreende o significado).

A compreensão de que o analfabetismo afeta a pessoa e toda a comunidade faz com que este constitua um obstáculo no desenvolvimento e uma violação ao direito fundamental à educação.

O Papa João XXIII, preocupado com o agravamento das questões sociais, escreve as encíclicas *Mater et Magistra* (MM) e *Pacem in Terris* (PT). Na

“Constituição *Humanae Salutis*, o papa deixa claro sua convicção fundamental: a transformação do mundo deverá ser acompanhada por uma transformação da Igreja”⁶. Então, convoca o Concílio Vaticano II para um *aggiornamento*, para refletir a evangelização do mundo pela Igreja no processo de laicização da sociedade. Entre os desafios, o “direito de prestar culto a Deus de acordo com os retos ditames da própria consciência, e de professar a religião, privada e publicamente”⁷.

A sociedade descristifica-se, seculariza-se. Novas posições, como o relativismo, o agnosticismo e o ateísmo contemporâneos norteiam o individualismo moderno, influenciando principalmente a juventude universitária.

Movimentos desenvolvem-se: litúrgico, bíblico, ecumênico, pela promoção do laicato, no interesse por pesquisas pedagógicas para a iniciação cristã e para a escola católica. O movimento patrístico defende o retorno às fontes. Reivindica-se a liberdade religiosa nas relações entre Igreja e Estado. Estabelecem-se relacionamentos de confiança com a maçonaria francesa e, através dos padres operários, com o marxismo⁸. Todos se reconhecem católicos, mas muitos criticam a interpretação do papel da Igreja diante da história. O conjunto dos movimentos exige um repensar da identidade eclesial. É preciso evangelizar um ser humano marcado na história, na compreensão desta enquanto

chave de leitura da natureza e da dinâmica desse grande evento que superou as definições doutrinárias formuladas por outros Concílios sob a matriz de uma razão essencialista e fixista e adotou a sintonia, o discernimento e a solidariedade com o tempo presente como regra fundamental.⁹

A partir da tensão entre compreensões antropológicas, filosóficas e teológicas, a Igreja encontra-se em um momento privilegiado sobre a leitura dos sinais dos tempos e sua resposta a estes sinais. Superando posicionamentos, o Concílio configura-se como escola teológica, com uma eclesiologia original de reflexão-ação no mundo.

Qualquer análise do Vaticano II por um sistema analítico conflituoso resulta em conclusões parciais, pois o mesmo desenvolve seu próprio sistema como fé da

⁶ ABREU, Elza Helena de e SOUZA, Ney de (orgs.). Concílio Vaticano II: memória e esperança para os tempos atuais. São Paulo: Paulinas: UNISAL, 2014. P. 114.

⁷ JOÃO XXIII. Carta encíclica *Pacem in Terris* sobre a paz de todos os povos na base da Verdade, Justiça, Caridade e Liberdade. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2004. P. 11-12.

⁸ MATTEI, R. de, O Concílio Vaticano II, p. 396-397.

⁹ PASSOS, João Décio. Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Paulus, 2014. P. 103.

Igreja. Tal sistema transcende qualquer outro por sua condução e fé no Transcendente, encontrando-se em continuidade e consonância com sua tradição viva, conforme Bento XVI¹⁰:

... a “hermenêutica da reforma”, da renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos deixou; é um sujeito que cresce no tempo e que se desenvolve, permanecendo, no entanto, sempre o mesmo, o único sujeito do povo de Deus a Caminho”.

Na mudança de época, a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus dissolvem-se¹¹, exigindo da Igreja

a adoção do diálogo como instrumento de linguagem... [como] a expressão externa de um sistema de valores internos. O estilo pastoral... é na realidade a expressão última e verdadeira do seu significado. O ‘diálogo’ era um método que pressupunha uma concepção do mundo e da história.¹²

A Igreja inspira-se na tradição intelectual, integrando fé e conhecimento. A partir desta integração, a Igreja constrói a civilização ocidental como sistema cultural¹³, com original e específico primado da pessoa na formação / transformação. A pessoa é um ser que aprende e o faz a partir de sua estrutura social. A Igreja participa enquanto instituição responsável pelos batizados e através deles.

É uma produção com o princípio de que, conforme o Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade¹⁴,

reside a articulação e também a tensão entre duas de suas dimensões intrínsecas mais fundamentais: a sua confessionalidade e a cientificidade (...) [e sua] dimensão pública que ultrapassa as muitas circunscrições institucionais e coloca em nossos tempos a demanda de novas formas de diálogo e intervenção do saber teológico no âmbito da sociedade.

Somos uma geração formada a partir do Concílio, com uma nova mentalidade¹⁵. É preciso compreender o Vaticano II na história da Igreja inserida na história do mundo. Pela presença divina na humanidade ocorre o processo de

¹⁰ BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XVI aos Cardeais, Arcebispos e Prelados da Cúria Romana na Apresentação dos Votos de Natal. Em 22 de dezembro de 2005. In: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html. Acesso em: 12/01/2016.

¹¹ Cf. DAp 44.

¹² MATTEI, R., O Concílio Vaticano II, p. 312-313.

¹³ Cf. DEL BOVE, Stefano. Education as a path to Love: a leadership perception of Benedict XV’ schallenge to catholic education. 2008. 186p. Tese (Doutorado) – Graduate School of Education, Fordham University, Nova Iorque, 2008.

¹⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Teologia. In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman &view=download&alias=16071-pces060-14-1&Itemid=30192. Acesso em 14/9/2016. P. 25.

¹⁵ Cf. JOSAPHAT, Carlos. Vaticano II: a Igreja aposta no Amor Universal. São Paulo: Paulinas, 2013. P. 8.

aprendizagem conciliar. Tal perspectiva não exclui outros processos e nem esgota suas possibilidades de leitura.

Um interesse que motive e alicerce um estudo metódico do Concílio, articulado de modo interdisciplinar com disciplinas do saber teológico, já que somente assim o magistério conciliar – que articula com sábia continuidade, Tradição e Renovação – será fonte e fundamento de uma teologia que poderá ser considerada filha, discípula e continuadora de uma teologia referenciada ao Concílio Vaticano II.¹⁶

O Papa Francisco, no discurso aos bispos do Brasil na Jornada Mundial da Juventude de 2013, explica que “‘pastoral’ nada mais é que o exercício da maternidade da Igreja” (CC 9). Nesta consciência eclesial, temos os princípios do processo ensino-aprendizagem sistematizados na declaração *Gravissimum Educationis* (GE), a partir da qual o Concílio expõe um campo teológico em coerência com sua antropologia humana.

2.1.

Ser Igreja é ser missionária

A Igreja, desde o início, caracteriza-se como missionária. “Ide” é o mandato que define seu agir, que a põe em movimento de ir ao encontro “de todas as nações”, de assumir o mundo como espaço de inserção em todas as culturas “para formar discípulos”. “Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28, 19-20).¹⁷

Para este processo, os discípulos foram escolhidos e viveram com Jesus, indo de cidade em cidade, muitas vezes em trajeto identificado como sendo de Nazaré a Jerusalém. Após a ressurreição, estes mesmos discípulos assumiram a responsabilidade de continuar o anúncio da Boa Nova do Reino de Deus “todas as nações” (Mt 28, 20).

Após pentecostes, sob a ação do Espírito Santo, cada discípulo continua a missão pelo mundo conhecido. Desta “generosidade de Deus, na gratuidade dos discípulos, aparece a gratuidade do Evangelho” (Dap 31).

No processo missionário, os discípulos aprendem a se inserir e a observar seus destinatários, suas culturas, demandas e necessidades mais profundas.

¹⁶ ABREU, E. H. e SOUZA, N. (orgs.), Concílio Vaticano II, p. 105-106.

¹⁷ VIVIANO, OP., Benedict T. O Evangelho segundo Mateus. In: BROWN, Raymond E; FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Orgs.). Novo Comentário Bíblico de São Jerônimo: Novo Testamento e antigos sistemáticos. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011. P. 131-216.

Aprendem sobre o outro, a ler os sinais que possibilitam o anúncio da Boa Nova, atingindo o coração de cada um e de todos. Através do “deus desconhecido”, “homens e mulheres, escravos e livres” (Gl 3, 28) são alcançados pelo evangelho, configurando-se a Cristo, a começar pelo próprio anunciador (cf. Gl 2, 20).

Na dimensão de continuar o movimento de Cristo, o anúncio da Boa Nova deseja tornar a todos também discípulos. Da vida à escrita, as nações são vivificadas na história. Assim, a Igreja assume as gerações e desenvolve estruturas e instituições pelas quais se insere e interpela as culturas. A vocação missionária constitui a identidade da Igreja peregrina na história, convidando a todos a formar um único povo, em unidade (cf. AG 1-2).

“O que justifica a ação da Igreja no mundo são os motivos que definem sua razão de ser... A Igreja existe *para* a Missão”¹⁸, que se origina na missão de Deus. A pessoa é configurada em discípulo pelo anúncio do evangelho. É movimento de Deus que vem à pessoa e desta, para ir a Deus, anuncia-o ao mundo, estruturando o ser humano em sua individualidade e relacionalidade. “A Igreja não realiza ‘sua Missão’ conferida por Deus, mas realiza a própria Missão de Deus; essa é a comunidade dos discípulos de Jesus que dá continuidade à *missio Dei*”¹⁹.

O discípulo experimenta que a vinculação íntima com Jesus no grupo dos seus é participação da vida saída das entranhas do Pai, é formar-se para assumir seu estilo de vida e suas motivações (cf. Lc 6, 40b), seguir sua mesma sorte e assumir sua Missão de fazer nova todas as coisas. (DAP 131)

A cada período da história surgem novos desafios, com a necessidade de uma nova forma de “discernir os sinais dos tempos à luz do Espírito Santo, para nos colocar a serviço do Reino, anunciado por Jesus, que veio para que todos tenham vida e ‘para que a tenham em plenitude’ (Jo 20, 20)” (DAP 33).

Trata-se de um processo em que Deus educa Israel ao longo da história, constituindo-o como seu Povo. O Pai nos educa em seu Filho, no anúncio do Reino na história. Este processo educacional acontece, por exemplo, nos desafios da descolonização, da globalização dos problemas, da miséria que marginaliza, próprios do contexto de então.

Da teologia para a missão à teologia de missão, uma compreensão geradora de nova prática pastoral que aprende a responder às necessidades que perpassam o Concílio. Através da inserção no mundo, insere-se na cultura, na história, sem se

¹⁸ SANCHEZ, Wagner Lopes. Teologia da Cidade: relendo a *Gaudium et Spes*. Aparecida: Santuário, 2013. P. 116.

¹⁹ Idem, 118.

submeter a instituições civis e cristificando o que o ser humano tem de mais profundo: sua própria natureza.

Esta compreensão envolve um anúncio histórico que se apresenta de vários modos ao longo do tempo, realizado a partir da cultura a qual se dirige. É o Espírito que dá a vida através do trabalho do discípulo.

O primeiro movimento é o conhecimento da cultura nos princípios que dão significado à organização social e ao comportamento humano. Própria da pessoa, a cultura se manifesta de várias formas, como é a riqueza da própria humanidade. Cabe à Igreja, então, anunciar, inserir-se nestas culturas, em uma missão que compreende três aspectos: histórico e plural, a constituição social como produção humana e sua universalidade²⁰. A Igreja se compreende como servidora de todas as culturas, não se identificando com nenhuma em particular (cf. GS 42).

Como próprio da cultura, o processo educativo é um caminho privilegiado da Igreja, envolvendo gerações ao longo do tempo e formando a cada um como discípulo, como cristão. Evangelizar envolve também educar o ser humano em sua responsabilidade em criar, transmitir e transformar a cultura.

Através da formação integral da pessoa, a educação é um meio de promoção da justiça social. Sendo um campo histórico de missão, é espelho do processo educativo que a Igreja vive na própria relação com Deus.

Educar é expressão da própria missão da Igreja²¹, através da qual deseja chegar a todos. Para fazê-lo, a Igreja atua em instituições educativas próprias, de rosto confessional, e se faz presente nas demais instituições escolares.

Igreja-Missão torna-se categoria teológico-pastoral. Não é uma simples iniciativa pessoal ou de grupos, mas constitutiva do ser Igreja, que transversa a educação, o diálogo, a comunhão, o serviço, o ecumenismo e na perspectiva inter-religiosa.

2.2.

Ser Igreja é ser educadora

A Igreja é educadora por vocação, por identidade. É formadora da pessoa em sua integralidade em vista de seu fim último, no desafio de cultivar os valores

²⁰ Cf. GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes, BOMBONATTO, Vera Ivanise (org.). Concílio Vaticano II: análise e prospectivas. São Paulo: Paulinas, 2004. P. 406.

²¹ Idem, p. 412.

morais em crianças e adolescentes, no direito de todos em conhecer e amar a Deus com maior perfeição.

... a história do cristianismo possui uma marca pedagógica que tece uma história da educação. Deus educa o seu povo. Ele é educador; pois, ao revelar-se, faz-se presente agindo e educando. O ato revelador-educativo de Deus é sempre um ato noético, pois, revelando-se, está permanentemente ensinando e educando o seu povo.²²

Em sua etimologia oriunda de *magis* (maior), a palavra magistério manifesta a relação de autoridade, da identidade a partir da qual a Igreja associa a ação educativa de si mesma na leitura e ação no mundo.

Consequentemente, na medida em que o Vaticano II vincula a *traditio* e a *receptio* da verdade revelada à Igreja como um todo, fazendo toda ela também mestra (magistral) da verdade, exercem funções de magistério não somente os bispos, como também todos os ministérios institucionalizados, ordenados ou não ordenados, bem como o último dos fiéis, ainda que nem todos os segmentos tenham a mesma função. Há, portanto, na Igreja, várias formas de magistério, que se distinguem entre si, porém sem se separarem.²³

Nesta perspectiva, a Igreja é enviada *para* formar discípulos, missão educativa que recebe. Ao testemunhar o que viu e ouviu (cf. 1Jo 1, 1-3), configura-se no anúncio ao destinatário, processo pelo qual forma-se sujeito e responsável no serviço à família humana. Esta compreensão é decorrente do próprio batismo (cf. DV 10), a partir do qual o Povo de Deus torna-se um povo profético, sacerdotal e régio, torna-se magistério²⁴. E este magistério é compreendido aqui no sentido mais amplo da palavra. Tecnicamente, é entendido como a interpretação autêntica da Palavra de Deus feita pelos bispos. Aqui, magistério significa ensinar, educar.

“Desde a sua origem, a comunidade cristã sempre esteve consciente da sua missão educadora”²⁵, o que a levou a adquirir instrumental intelectual para apropriar-se racionalmente da fé e formar o cristão nas diferentes dimensões humanas.

O problema da educação sempre esteve estreitamente ligado à missão da Igreja. A Igreja, ao longo dos séculos, fundou escolas em todos os níveis; fez nascer as universidades medievais na Europa... Também em nossa época oferece a mesma contribuição em todos os lugares em que sua atividade neste campo é solicitada e respeitada. Permita-me reivindicar neste lugar para as famílias católicas, o direito que toda família tem de educar seus filhos em escolas que correspondam a sua

²² FIGUEIRA, E. e JUNQUEIRA, S. (orgs.). Teologia e Educação: educar para a caridade e a solidariedade. São Paulo: Paulinas, 2012. P. 215

²³ BRIGHENTI, Agenor. Magistério. In Dicionário do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulinas / Paulus, 2015. P. 575.

²⁴ Cf. BRIGHENTI, A., Magistério, p. 574-578.

²⁵ FIGUEIRA, E. e JUNQUEIRA, S. (orgs.), Teologia e Educação, p. 214.

própria visão de mundo, e em particular o estrito direito dos pais crentes a não ver seus filhos, nas escolas, submetidos a programas inspirados pelo ateísmo. Esse é, com efeito, um dos direitos fundamentais do homem e da família.²⁶

A Didaqué²⁷ é o primeiro manual conhecido. Datada entre 60 e 70, a Igreja compreende-se como magistério, enumerando os princípios que regem o cristianismo em todos os tempos. As referências da educação cristã são estabelecidas tendo a família como seu início (n. 4.9). E esta família encontra-se em relação de interdependência com outros grupos de pessoas, em uma relação de complementariedade e partilha. É uma mútua formação que perpassa toda a vida.

Del Bove²⁸ e Figueira e Junqueira²⁹ indicam alguns cristãos que se destacam na história pela consciência da dimensão religiosa como direcionadora da formação educativa. Esta consciência segue sendo atualizada e desenvolvida pelos seus sucessores:

No ano de 96, Clemente de Roma (35-100), através da Carta aos Coríntios, define uma educação cristã como sendo fundamentada nos ensinamentos de Cristo (em *Christo paideia*: XXI, 8, *paideias toou Theou*: LXII, 3). Clemente de Alexandria (150-216) elabora um programa educativo para a salvação humana, que é realizado no desenvolvimento da relação com Jesus Cristo.

Agostinho de Hipona (354-430) identifica Cristo como o Mestre interior, que conduz o processo educativo na descoberta das realidades, em uma ação amorosa. Agostinho elabora o *De Doctrina Christiana*, primeiro projeto educativo e cultural para o cristianismo³⁰, no qual integra as artes liberais e a pedagogia greco-romana como instrumentos da educação cristã. Em *De Magistro* 14, 46³¹, ele afirma que “... somente o ensina aquele que, quando falava do exterior, nos admoestou que Ele habita em nosso interior, e eu o amarei, com sua ajuda, desde agora tanto mais ardentemente quanto mais eu estiver adiantado em aprender”. Agostinho preocupa-se com a relação entre a educação e a filosofia, destacando o papel da linguagem e compreendendo-a como sendo ensinada por Deus. Elabora a

²⁶ JOÃO PAULO II. Discurso del Santo Padre Juan Pablo II a La Organización de las Naciones Unidas para La Educación, La Ciencia y la Cultura – UNESCO. In: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/speeches/1980/june/documents/hf_jp-ii_spe_19800602_unesco.html. Acesso em: 19/2/2016. N. 18. (T. N.)

²⁷ DIDAQUÉ, o catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje. São Paulo: Paulus, 2014.

²⁸ DEL BOVE, S., Education as a path to love, p. 4ss.

²⁹ FIGUEIRA, E. e JUNQUEIRA, S. (orgs.), Teologia e Educação, p. 73-74.

³⁰ Cf. Idem, p. 83-84.

³¹ AGOSTINHO DE HIPONA. De Magistro. Petrópolis, Vozes, 2009.

Teoria da Iluminação, em que o ensino da verdade realiza-se através da linguagem.

Anselmo de Canterbury (1033-1109) ilumina o intelecto através da conversação dialética, meio de elevar a mente para as realidades últimas das coisas, conformando com a fé. Pedro Abelardo (1079-1142) identifica a revelação como o início da fé, relacionando razão e dignidade humana, que fazem o ser humano à imagem de Deus – suas reflexões direcionam-se a leigos, atestando o progresso da cultura num tempo em que a educação era reservada a eclesiásticos e monges. Boaventura de Bagnoregio (1217-1274) dispõe que toda a vida está a serviço de outras através das raízes educativas, éticas e religiosas, pois somos peregrinos no conhecimento e no caminho de Deus. Tomás de Aquino (1225-1274) desenvolve uma metodologia pedagógica na perspectiva teológica, em que o conhecimento e a sabedoria são adquiridos através da educação.

Nos passos de Agostinho, a concepção escolástica de Tomás de Aquino marca a ação educativa da Igreja, tendo a luz do Mestre Interior como construtora de uma nova pessoa. Como educadora, a Igreja recebe do Mestre a missão de conduzir o ser humano ao estado da graça, configurando o processo ensino-aprendizagem a partir da dimensão religiosa.

Erasmus de Rotterdam (1466-1536) identifica a relação académica com a aprendizagem para a piedade cristã, especialmente através dos clássicos, o que reflete no método e nos objetivos da educação católica e sua didática original. Inácio de Loyola (1491-1556) desenvolve uma escola baseada no estudo de sistemas e habilidades, envolvendo a ideia de piedade e devoção, e fundando uma nova tradição pedagógica. Antonio Rosmini (1797-1855) descreve a dinâmica entre o mistério e a caridade divinas, em que a mente cresce na relação entre o instinto, o sentimento e o fazer.

Temos uma pedagogia especificamente missionária a partir do século XIX. Destacam-se Daniele Comboni (1831-1881) na África; Jules Monchanin (1895-1957) e Henri Le Saux (1910-1973) na filosofia e espiritualidade indianas; Louis Massignon (1883-1962) em abertura ao Islã e ao conhecimento da civilização.

No século XX, a educação torna-se interesse de diversos campos de estudo, o que incide em propostas de um novo perfil social. Jacques Maritain (1882-1973) fundamenta filosófica e teologicamente a educação, na proposta de um cristianismo inspirado em uma nova tradição tomista; Bernard Lonergan (1904-

1984) reflete a educação como processo de compreensão humana, conscientização e ação para a transformação social; Gesualdo Nosengo (1906-1968) desenvolve o pensamento pedagógico compreendido no ensinar enquanto vocação e missão, como resposta ao seguimento de Jesus Mestre; Paulo Freire (1921-1997) entende o processo educativo como libertação da marginalidade e da opressão, em uma luta para remover as barreiras que atingem a consciência e a auto-transcendência, tendo o conhecimento como o caminho de abertura à verdade.

A educação cristã é realizada tendo a dimensão espiritual como referência, e esta dimensão considera a importância pedagógica para seu desenvolvimento. Assim, podemos destacar elementos importantes que permanecem atualmente:

Da pedagogia grega à paideia cristã, muda-se o sentido, a partir do qual Cristo é o Mestre. É um processo de inculturação, em que o cristianismo penetra no mundo greco-romano a partir de seu instrumental pedagógico. A leitura do processo ensino-aprendizagem passa a ser realizada na perspectiva cristã, tendo a filosofia como instrumento e como disciplina para a aprendizagem. “A boa ordem dos estudos conduz, por etapas, do múltiplo ao uno, do mundo sensível ao mundo inteligível e a Deus”³². Destaca-se a atenção aos pobres, superando a marginalização de seu trabalho manual, que integra-o gradativamente. Considerando a Palavra que assume a carne, o trabalho manual assume aspecto de santificação em atividade de ascese. A espiritualidade, o intelecto e a disciplina física integram o processo educativo.

No século XIX temos a fundação de ordens e congregações preocupadas com o combate à pobreza e às doenças geradas pela miséria. Para estes religiosos, a educação é o lugar em que o amor manifesta a natureza original do serviço da Igreja, em que o processo educativo e o exercício da caridade intelectual estão relacionados³³. O desafio da educação é educar o coração, pelo ensino no amor, como é próprio de Jesus.

No início do século XX, os institutos e as congregações concentram seu serviço na juventude. Os sistemas educativos buscam responder aos desafios através da renovação da linguagem e estabelecendo uma pedagogia paralela ao conhecimento e à aprendizagem.

³² Idem, p. 75.

³³ Cf. DEL BOVE, S., Education as a path to love, p. 75.

Na escola católica, o caminho de formação de uma nova pessoa encontra-se na preocupação com os valores e com os ideais evangélicos. Como tradição recebida e missão da Igreja, o projeto educativo cristão desenvolve-se em relação na instituição escolar.

Tendo a concepção evangélica do mundo e da pessoa humana como referências, a educação é compreendida como direito universal. A Igreja supera a delimitação da escola católica na abertura para o mundo na escola não-católica, campo de atuação para o testemunho do leigo e sua ação missionária.

“O teólogo lê os documentos no seu alcance doutrinário, e é nesse domínio que os discute...”³⁴. Assim, torna-se um desafio a discussão sobre a educação, no romper limites da instituição confessional. O campo pedagógico encontra a relação entre Igreja e Estado em posicionamentos muitas vezes confusos, discutindo a presença da instituição eclesial no espaço público escolar.

Forma-se um conflito na compreensão do magistério, na dificuldade em especificar a responsabilidade do leigo enquanto Igreja no campo educativo. Como ação pública de inserção cultural, direito da pessoa e dever do Estado, o princípio da subsidiariedade se desenvolve, afirmando a família como fonte primária da educação e estabelecendo relações com o poder público. “Por isso, a tarefa educadora não pode ser monopolizada por nenhum grupo, nem mesmo pelo Estado (cf. GS 26)”³⁵. Esta atual relação, família-Estado, precisa ser repensada. Precisa-se também de uma síntese que situe o anúncio do evangelho no mundo contemporâneo, sendo esta síntese um dos maiores desafios do Concílio Vaticano II.

Um caminho encontrado é que a educação dos batizados deve introduzi-los gradualmente no conhecimento do mistério da salvação e que a educação é transformadora. A Igreja precisa considerar a prática milenar de ensinar através de escolas católicas e reafirmar o direito de livremente fundar e dirigir escolas de qualquer espécie. Seus princípios educativos precisam destacar a formação humanista fundamentada nos valores do evangelho e que suas escolas e sua respectiva formação contribuem para a liberdade de consciência e progresso da

³⁴ MATTEI, Roberto. O Concílio Vaticano II. Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013. P. 23.

³⁵ GONÇALVES, P. S. L. e BOMBONATTO, V. I. (orgs.), Concílio Vaticano II, p. 406.

própria cultura. É preciso garantir o acesso de todos. O conteúdo da educação assume os direitos humanos.

2.3

Igreja e Estado: uma relação em construção histórica

Na medida em que se compreende a Igreja como educadora no mundo, é necessário refletir sua relação com o Estado, uma vez que, na história, esta relação sempre existiu de formas diferentes.

2.3.1.

Compreensão eclesial

Boas³⁶ traça uma linha histórica do processo de laicização nas relações entre Igreja e Estado, como conceito que se entende caracteristicamente cristão e integrante de sua doutrina.

A partir do encontro de Jesus com Pilatos (cf. Jo 18, 33 – 19, 16), as primeiras comunidades se formam. “Meu reino não é deste mundo” (Jo 18, 36) instiga a compreensão dos primeiros cristãos de sua relação com o Império Romano. Até a queda de Roma, que marca também o fim da Antiguidade, o monarca detém o poder religioso. No entanto o cristianismo se expande como independente do Imperador e mesmo em conflito.

A mudança constantina “supõe um reconhecimento do regime estabelecido e uma cooperação eclesial com o dever de cidadania, sem perder a liberdade desta perante as ingerências e o despotismo estatal”³⁷. O Edito de Milão, em 313, decreta o fim da perseguição oficial ao cristianismo e modifica as relações civis, passando estas de perseguição a favorecimento e colocando em risco a autonomia da Igreja. Em 380, pelo Edito de Tessalônica, no Oriente, o imperador Teodósio define o cristianismo como religião oficial e coloca-se como mediador de questões teológicas. A consciência de laicismo através do conflito entre as posições papais e do imperador promove resistência nas relações por parte da Igreja, que não deseja tornar-se uma instituição estatal, e que, no entanto, precisa discernir sobre esta relação.

³⁶ BOAS, Alex Villas. Laicização. Dicionário do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulinas, Paulus, 2015. P. 517-519.

³⁷ Rahner, 1961, 21; 1968, 197-210 *apud* BOAS, A. V. Laicização, p. 517.

Em 494, dirigindo uma carta ao imperador Atanásio, o Papa Gelásio I distingue as relações entre o poder temporal (dos reis e do imperador) e o poder espiritual (do papa e seu clero) como possibilidade histórica³⁸. A questão é jurídica: duas são as esferas de poder, autônomas e distintas da vida humana, sem que uma prevaleça sobre a outra, as quais não podem ser cooptadas por um dos poderes, como numa teocracia. Poder espiritual e temporal não podem se sobrepor.

Tal distinção entre poderes religioso e civil pressupõe uma autonomia da vida espiritual frente ao Estado, bem como autonomia civil frente à instituição religiosa; e que ambos os poderes devem ajudar-se mutuamente. Sendo uma formulação inicial, esta distinção não é o suficiente para evitar conflitos medievais entre papas e monarcas. No entanto, podemos perceber permanências no desenvolvimento doutrinal nos tempos recentes, com os direitos e garantias individuais.

O laicismo é constituído historicamente pelo cristianismo e protege tanto o “poder político e o conhecimento científico contra interferências indevidas no âmbito eclesiástico”³⁹, como a ingerência estatal na instituição religiosa.

A autonomia da esfera religiosa em relação à política, dentro do cristianismo, teve sustentação na medida em que o pensamento bíblico e mais precisamente um genuíno espírito evangélico se impõe como resistência a uma ingênua ou mancomunada identificação com o poder estabelecido.⁴⁰

Para Boas, tornar-se religião de Estado desloca a “identidade existencial para a pertença a um território geográfico oficialmente religioso”⁴¹, tornando a Igreja secundária e cristalizada como vontade de Deus, conforme situações históricas e locais conhecidas. Deste processo de relação entre os poderes religioso e civil, tão diverso nos espaços e tempos, temos como exemplo o concluído na península itálica com o Tratado de Latrão, em 1929, e o regime de padroado nos períodos colonial e imperial brasileiros. O Concílio Vaticano II, então, destaca a necessidade de repensar a relação entre Igreja e Estado.

As obras patrísticas oferecem referência para esta compreensão, como na Carta a Diogneto (5, 5). Na “autonomia civil e religiosa, em que o cristão da cidade (*pólis*) vive como cidadão (*politai*)”, temos uma categoria histórica. A

³⁸ Cf. Abbagnano, 2012, p. 691-693 *apud* Boas. A. V. Laicização, p. 517.

³⁹ Boas. A. V., Laicização, p. 517.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Idem*, p. 518.

partir do seu anúncio na cidade terrena, o evangelho alcança a todos que participam da economia da salvação, consagrando os assuntos temporais em seus princípios próprios⁴². O mundo e a família humana são responsabilidades de todos!

O compromisso em buscar a verdade (cf. DH 2) destaca a liberdade religiosa e o respeito às religiões como fundadas na natureza da pessoa. Assim, o Concílio distingue a fé e a razão como duas ordens de conhecimento e afirma a autonomia da cultura humana, sobretudo das ciências, em que todos têm o direito de “investigar livremente a verdade, manifestar e divulgar a própria opinião e cultivar a arte que desejar” (GS 59).

Todos os cidadãos tenham consciência da sua vocação especial e própria na comunidade política; por ela são obrigados a dar exemplo de sentida responsabilidade e dedicação pelo bem comum, de maneira a mostrarem também com fatos como se harmonizam a autoridade e a liberdade, a iniciativa pessoal e a solidariedade do inteiro corpo social, a oportuna unidade com a proveitosa diversidade.⁴³

No contexto do Vaticano II, temos as orientações do Papa João XXIII com as encíclicas *Mater et Magistra* (MM) e *Pacem in Terris* (PT). Publicadas entre o anúncio e o início do Concílio, suas reflexões apresentam-se como guias para as discussões e para o desenvolvimento de conceitos. Estes percorrem todos os documentos promulgados, tornando-os basilares na inserção da Igreja no mundo secularizado.

A expressão “sinais dos tempos” é destacada no anúncio do Vaticano II⁴⁴, indicando a necessidade da Igreja em aprender a ler estes sinais e como atitude que permanece no pós-Concílio. A *Pacem in Terris* (p. 23) destaca três fenômenos a considerar nesta leitura: a gradual ascensão sócio-econômica das classes trabalhadoras, que conquistam bens culturais e morais, e reivindicam direitos; o ingresso da mulher na vida pública, conscientizando-se de sua dignidade humana e, a partir desta, reivindicando direitos e deveres na vida familiar e social; e a evolução da sociedade humana para um padrão social e político novo.

⁴² Cf. Idem.

⁴³ JOSAPHAT, Carlos. Vaticano II: a Igreja aposta no Amor Universal. São Paulo: Paulinas, 2013. P. 216.

⁴⁴ JOÃO XXIII. Constituição apostólica *Humanae Salutis* para convocação do Concílio Vaticano II. In: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 19/2/2016.

Em continuidade com a MM 53, João XXIII ilumina o conceito de bem comum como o “conjunto de todas as condições de vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana” (PT, p. 33).

Deste modo, o cuidado com as necessidades humanas ultrapassa instituições regionais e mesmo internacionais, pois a dignidade dos cidadãos deve ser atendida em sua alimentação, saúde, educação e trabalho, o que favorece as nações em vias de desenvolvimento.

O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção de uma abundância suficiente de bens materiais, cujo uso é necessário para o exercício da virtude, e também para proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos, como são os operários, as mulheres e as crianças. De igual modo, é dever seu indeclinável contribuir ativamente para melhorar as condições de vida dos operários. (MM 19)

Outro conceito importante que João XXIII torna referência é o princípio de subsidiariedade. Formulado por Pio XI na Encíclica *Quadragesimo Anno*, o conceito é citado em MM 50:

Deve, contudo, manter-se firme o princípio importantíssimo em filosofia social: do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos a fim de o transferir para a comunidade, aquilo que eles podem realizar com as forças e a indústria que possuem, é também injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Isto seria, ao mesmo tempo, grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; porque o objeto natural de qualquer intervenção da mesma sociedade é ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social, e não distribuí-los e absorvê-los.

Deste modo, a Igreja realiza a missão evangélica de inserir-se na cultura, significando o ser humano em relação a si mesmo à luz do Filho. É nesta perspectiva da revelação humano-divina que os leigos compreendem sua cidadania, tendo o critério evangélico para o cuidado dos irmãos. Na atenção aos que mais precisam, os pobres, revela-se a pessoa abandonada em si mesma, denunciando as estruturas sociais de marginalização: não somos sozinhos, somos juntos.

A Igreja Católica reconhece que não existem duas histórias: a da salvação e a do mundo. Há uma só história onde Deus se revela como vida a todas as pessoas. Por isso, a Igreja Católica está inserida na história e seu compromisso missionário realiza-se no interior da história humana com todos os dramas, conflitos e contradições que isso possa representar.⁴⁵

A Igreja realiza um processo de mudança de mentalidade na compreensão de sua relação com o mundo. O processo histórico moderno e as conquistas

⁴⁵SANCHEZ, W. L., Teologia da Cidade, p. 81.

técnico-científicas “promovem a vida comunitária” e “o intercâmbio entre as várias nações e grupos sociais”, “preparando-se aos poucos um tipo de civilização mais universal que tanto mais promove e exprime a unidade do gênero humano quanto melhor respeita as particularidades das diversas culturas” (GS 54).

O Concílio elabora uma ética política, compreendendo o poder como manutenção, guarda e promoção do bem comum, em que a comunidade é a única fonte de poder.

A inferência do magistério destaca a indispensável atuação de todos na vida política, para que o bem seja realmente comum e a influência do utilitarismo econômico possa ser superada. O crescimento do progresso das ciências, da filosofia e das culturas permite que a Igreja aprenda sobre a natureza humana e possa melhor interpretar e anunciar sua mensagem. O saber religioso dialoga com o saber acadêmico e o Concílio cristifica a modernidade.

Os direitos humanos e sociais afirmados pelo projeto moderno têm um significado cristão pleno, a liberdade e a democracia são exercícios legítimos que podem construir um mundo novo segundo os desígnios de Deus para a humanidade, e o mundo secular já não se opõe ao mundo espiritual, do qual a Igreja é o sinal visível. A missão da Igreja se referia a esse mundo concreto que deveria ser salvo e era, precisamente, a partir dessa história que a Igreja caminha peregrina para o triunfo escatológico.⁴⁶

Pela presença do Transcendente, a dimensão religiosa configura a vida no tempo e no espaço. Assim, o Infinito insere-se na finitude humana em suas relações vitais. A cultura torna-se caminho para o diálogo e para a comunhão. Destaca-se um processo educativo de identidade definida, crítico de si mesmo, da cultura e com critérios relacionais de liberdade e de dignidade.

Aprovada na última sessão, em 7 de dezembro de 1965 como sendo a última palavra do Concílio, a constituição pastoral *Gaudium et Spes* estabelece um “estado de diálogo universal e permanente, a partir da Verdade confiada e vivida pela Igreja, e se estendendo a toda a humanidade, representada por aqueles que são parceiros na busca livre e amorosa da Verdade”⁴⁷.

Através de princípios, a Igreja aborda a política de forma ampla e dinâmica. Pela necessidade em buscar formas concretas de convivência harmoniosa em cada povo, o Concílio desenvolve um processo dialógico que exige despojamento de

⁴⁶SANCHEZ, W. L., Teologia da Cidade, p. 11-12.

⁴⁷JOSAPHAT, C., Vaticano II, p. 229-230.

concepções e práticas que considerem a união entre Igreja e Estado, ou mesmo apoio a partidos e movimentos confessionais.

Neste sentido, é preciso salvaguardar os direitos da pessoa como condição para o exercício de sua cidadania. Para tal, condenam-se regimes e sistemas opressores que centralizam projetos de salvação ou de interesses particulares, bem como as formas políticas que impedem a liberdade civil ou religiosa. Na GS 75, o Vaticano II apela à “educação civil e política, hoje muito necessária tanto para o povo como sobretudo para a juventude, a fim de que todos os cidadãos possam desempenhar o seu papel na vida da comunidade política”. Esta formação, portanto, deve reforçar as convicções fundamentais sobre a verdadeira natureza da comunidade política, o seu fim, o reto exercício e os seus limites de autoridade.

Na dinâmica das relações entre as esferas religiosa e civil, a Igreja e a sociedade assumem a responsabilidade pelo processo educativo, tendo a compreensão de sua importância no progresso pessoal e da sociedade, na superação de desigualdades entre cidadãos e de dramas humanos. O campo educativo é lugar de atuação conjunta na formação cidadã e condição de participação na comunidade política.

Para a Igreja, o processo educativo é serviço de misericórdia, caminho em que a fé se torna cultura e que o ser humano alcança sua plenitude. “De fato, a identidade entre amor e educação pertence ao centro da experiência cristã, e o dom para nós compreendermos a relação entre Deus e a humanidade”⁴⁸.

Uma sistematização do laicismo é a feita pela CNBB:

A “**índole secular**” (ou **secularidade** ou **laicidade**, como alguns preferem) pode ser considerada em quatro sentidos. Há, em primeiro lugar, uma “laicidade” do próprio mundo. É a sua consistência própria, a sua autonomia em relação à Igreja, a sua busca de formas de organizar a convivência humana – com critérios e por caminhos que a sociedade civil vai elaborando e compondo em consensos mais ou menos parciais... Há, em segundo lugar, uma “**laicidade da própria Igreja**”. Afinal, a Igreja toda – e não só os leigos e leigas – está no mundo e participa de suas atividades em todos os campos... Evidentemente, há uma “**índole secular**” **própria e peculiar dos leigos e leigas**, como Lumen Gentium 31 descreve com propriedade. É neste sentido que, com muito realismo, o Concílio liga a vocação dos cristãos “especialmente” com o mundo: “Os leigos, porém, são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde, apenas através deles, ela pode chegar como sal da terra... E deve haver – se quisermos ser coerentes com a mensagem cristã e dignos de crédito na sociedade moderna e plural – uma “laicidade na Igreja”, que consiste em viver na Igreja aqueles valores (chamados “laicos” no Ocidente, mas que na verdade têm origens cristãs) que são a referência ideal da convivência na sociedade civil

⁴⁸ DEL BOVE, S., Education as a path to love, p. 147. (N.T.)

(liberdade, fraternidade, solidariedade, igualdade) e que são pregados pela Igreja, mas nem sempre têm plena cidadania na vida e nas relações intraeclesiais.⁴⁹

Assim, a Igreja, sendo também uma instituição humana, sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa, compreende-se no direito de ocupar-se das questões temporais, por estas encontrarem-se na ordenação humana ao fim sobrenatural. Neste quadro, o Estado não é indiferente à religião, pois o bem comum é tarefa de todos.

2.3.2. Compreensão social

A questão do laicismo está diretamente relacionada com a constituição das cidades. A palavra *polis*, na Grécia antiga, já se referia à relação de pessoas em sua localização espacial. No latim, temos o vocábulo *civitas*. No desenvolvimento medieval, Tomás de Aquino expressa a noção do bem comum em um ideal político, a *communitas perfecta*. Nas organizações de então, destaca-se o termo *societas*, sendo este referente a acordos econômicos entre pessoas. Somente a partir do século XVIII, a palavra sociedade começa a substituir comunidade, tornando-se comum para expressar a unidade humana.

Em Rousseau, a política moderna elabora a disposição jurídica do contrato social. A união de forças das pessoas que constituem a sociedade sustenta e promove o bem comum. Na relação com o Estado, neste salvaguardar os interesses e anseios do povo, encontra-se a religiosidade.

O século XIX marca uma mudança de mentalidade. O materialismo forma seu vocabulário e difunde-se a palavra secularismo. Relacionado com o caráter provisório do mundo, secular é o que se opõe ao cosmos, ao universo ordenado, ao eterno. Secular torna-se eufemismo para ateísmo.

Interessante de notar é que o termo secular é tradicionalmente relacionado ao contexto cristão. Seu uso data da Idade Média, na distinção entre os sacerdotes monges, clero regular, dos sacerdotes diocesanos, clero secular.

É na sociedade atual, no mundo secular, que o “laicismo que então se origina, transforma-se em norma sapientíssima para ordenar a sociedade

⁴⁹ CNBB. Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas. 13.ed. São Paulo: Paulinas, 2010. N. 107. (Documentos da CNBB, 62)

humana”⁵⁰. Dentro desta perspectiva temos a defesa do Estado laico. Para alguns, esta questão está relacionada à rejeição de toda expressão religiosa, em que religião e Estado são antagônicos. Nesta posição, a religião deve ser restrita ao âmbito privado, e o Estado, ao público.

Em meados do século XX encontramos um mundo individualizado e anônimo. O sujeito moderno é compreendido como indivíduo, em processo de indiferenciação e isolamento, em processo de massificação.

O quadro de urbanização e industrialização é neotecnista, sobrepondo-se à perspectiva ética. “A submissão cada vez maior dos Estados modernos às regras implacáveis do mercado mundial encena, de modo dramático, senão trágico, esse esquecimento real do sujeito moderno”⁵¹. O espaço democrático público torna-se espaço secular, como modo de sustentar a igualdade entre todos.

Esta compreensão de laicismo situa religião e Estado em posições isoladas. Sua crítica acompanha uma concepção excludente também no processo educativo. A educação é de âmbito estatal, em que seus elementos são instrumentos e práticas de controle, como a disciplina, a aprendizagem, a estrutura hierárquica e a organização do espaço, em uma seleção dos grupos sociais. Erro e acerto são posicionados como antagônicos. A proposta de uma educação tecnicista, de formação profissional para o mercado de trabalho, dirige-se a grupos sociais específicos. Para outros, a formação geral para os estudos superiores. A “escola pública, de modo geral, emergiu como oferta pobre, para o pobre, para que permaneça pobre”⁵².

Gradativamente, o Estado assume e expande a instituição escolar, em um consenso da importância da educação para a pessoa e para a sociedade. O processo pedagógico é compreendido restrito à sala de aula, independente de sua condição física e dos recursos necessários. O ensino religioso vai desaparecendo da produção bibliográfica.

A expansão da matrícula alcança grupos antes excluídos. Na escola, o convívio de culturas diferentes muitas vezes é em situação de conflito. É comum a defasagem entre idade e ano escolar, seja pelas múltiplas repetências e retorno aos

⁵⁰ ABREU, Elza Helena de e SOUZA, Ney de (org.). Concílio Vaticano II: memória e esperança para os tempos atuais. São Paulo: Paulinas: UNISAL, 2014. P. 31.

⁵¹ PASSOS, João Décio. Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Paulus, 2014. P. 171-172.

⁵² DEMO, Pedro. Desafios modernos da Educação. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 45.

estudos após períodos de evasão, seja por muitos iniciarem os estudos em idade avançada. Grandes são os desafios, como a alfabetização, até mesmo de jovens e adultos.

Elaboram-se propostas pedagógicas que trazem um ideal de cidadão, de estudante e de professor, transmitindo valores, desenvolvendo objetivos diversos, como comportamentais e ideológicos. Inicialmente, temos a ausência da discussão religiosa, ainda que de diferentes instituições confessionais atuem em movimentos de alfabetização, de auxílio em defasagens educacionais.

A conferência latino-americana de Medellín e Paulo Freire se destacam⁵³. Com uma proposta de educação, relaciona-se o conceito de liberdade com o de marginalização social, convocando os cristãos a atuarem nas escolas dentro desta perspectiva.

Aumenta-se progressivamente a carga horária das aulas e o número de dias letivos, buscando-se superar defasagens sociais através da escola. À instituição escolar são associados programas assistencialistas, como atendimentos de saúde. A família delega a educação à escola. A rede pública é significativa na absorção das matrículas. A rede privada se desenvolve, recebendo pressões diversas a partir do pagamento das mensalidades. Paralelamente, a presença familiar na formação infanto-juvenil se enfraquece. Novos dramas familiares se desenvolvem com a difusão do divórcio, a diminuição do número de pessoas nas famílias e a maior participação da mulher em atividades profissionais fora de casa. A escola é considerada uma instituição confiável na formação da nova geração e cresce a atuação do Estado na responsabilidade educativa.

A cultura materialista, hedonista e individualista acentua a vida pessoal da mulher. Discute-se o casamento e a maternidade, a interferência da esfera privada na vida pública e as relações trabalhistas. Casa e rua são posicionados como antagônicos.

Com a centralização do processo educativo na instituição escolar, o poder público assume-se como garantidor deste direito. Outros campos são associados à educação, como a economia do orçamento e a sociologia dos diferentes grupos a alcançar. O verbo da educação cede à verba do Estado. A linguagem técnica da economia dificulta a compreensão da atuação estatal e sua fiscalização pelos

⁵³ PADIN, Dom Cândido, PSB; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco. Conclusões de Medellín. 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas: 1998.

professores e pela sociedade. As unidades administrativas menores, como prefeituras, tornam-se dependentes das unidades maiores, como o governo federal. Esta dependência não é restrita ao campo financeiro, pois, agregado a este, estão critérios valorativos que precisam ser atendidos. A distribuição de recursos encontra-se associado à relação de poder. A relação entre economia e poder estende-se às unidades escolares e aos vínculos profissionais. Os projetos pedagógicos tornam-se meritocráticos e ocorre a perda progressiva da autonomia das unidades menores. Na base hierárquica, o risco da pessoa se sujeitar e perder seu protagonismo.

Outra concepção de Estado laico está na compreensão atual do Estado ocidental moderno enquanto democracia fechada em si mesma e ateia. Sendo governado por representações de grupos de uma elite tecnocrata ou cultural, o Estado torna-se instrumento de justificativa da soberania e da capacidade de gerenciar o espaço político. A relação está no oferecimento de resultados desejados para muitos, garantindo a coexistência pacífica de grupos que viveriam em conflito. O Estado de bem-estar social apresenta crise nos países europeus e sobrevive em outros através de redes assistencialistas e discurso de superação de defasagens que cristalizam-se na cultura.

Nesta compreensão de Estado enquanto provedor, qualquer instituição que alegue ter valor e autoridade intrínsecas, como a religiosa, é compreendida como ameaça à ordem estabelecida e, portanto, deve ser excluída do espaço público. Por esta concepção, as democracias ocidentais são ateias, sociedades que constituem-se por si mesma, pelos interesses dos grupos que a lideram e pelas associações que se mantém. Limitadas a estes interesses e ao presente século, este perfil de Estado democrático rejeita o que está além do tempo presente. A configuração educativa é semelhante à anterior, projetando o perfil ideológico sobre o econômico.

Uma terceira concepção é a que considera os Estados modernos democráticos como referências plurais. Sua constituição exige uma nova articulação entre suas diversas instituições, grupos e movimentos, fundamentando-os em princípios de independência e liberdade religiosa em relação ao próprio Estado. Tal posição compreende que toda a sociedade tem como fim atender ao bem comum.

Esta posição compreende o Estado autenticamente democrático como o que considera as potencialidades humanas e o bem da sociedade. A religião é compreendida como positiva, agregadora de valores e produtora de cultura nas inter-relações com diversas esferas. Cada cidadão tem sua liberdade religiosa garantida, bem como o direito de expressá-la, inclusive publicamente, sem que esta seja considerada ofensiva.

A religião é dimensão transcendente da vida humana e, portanto, traz em si funções próprias. Ao produzir sentido na organização social, a religião oferece equilíbrio espiritual à pessoa em sua relação consigo e com o próximo. O senso do sagrado perpassa a sociedade organizada e constitui historicamente a humanidade.

Muitos dos conflitos modernos estão no questionamento da relação religião-Estado, discutindo a importância de tudo que está relacionado à primeira, valorizando e centralizando a ação social no segundo. Um dos fatores é o avanço da ciência, identificada como condição do progresso humano e social. Contraposta a confissões religiosas, muitas vezes a ciência é colocada em oposição à religião na esfera pública. A religiosidade é elemento constituinte da história humana na formação das sociedades, precedendo e perpassando toda a formação moderna.

O fim do século XX e o início do XXI exige que se desfaça a associação antagônica entre o avanço da ciência e a constituição de um Estado identificado como a-religioso. Estado democrático e laico não é Estado sem religião, ou melhor, é Estado com diversas manifestações religiosas, e mesmo com as pessoas que não professam crença na Transcendência.

Em nenhum movimento revolucionário em que se constitui o Estado laico consta defesa da laicidade associada à retirada da religião da esfera pública. Laicidade e religião permanecem, ainda que diversos grupos criem dificuldades específicas para alguma instituição ou posicionamento religioso, normalmente por considerarem uma determinada prática prejudicial a interesses próprios.

O Estado moderno e laico, enquanto espaço de participação democrática, deve garantir a liberdade religiosa e promover o diálogo pelo bem comum.

Enquanto espaço público, podemos considerar o processo educativo dentro desta perspectiva de formação no diálogo e na liberdade.

O professor é alguém que professa sua concepção de ser humano na dinâmica de ensino-aprendizagem, imprimindo sentido à vida através de seu agir.

Assim, deve ser considerado em sua cidadania, na sua responsabilidade e na sua liberdade, em todas as relações em que se insere.

A escola pública, gratuita e de qualidade é a garantia do acesso de todos ao processo educacional e precisa ser considerada enquanto espaço favorecedor do diálogo inter-religioso na formação da identidade das novas gerações. A defesa de uma escola integral precisa ser relacionada à educação integral, em que a dimensão transcendente da identidade religiosa seja considerada, não como elemento de conflito, mas sim como princípio de diálogo entre as pessoas e campos do saber.

O ensino religioso centra muitas dessas discussões. É ponto de controvérsias no conceito de laicização de diferentes concepções de Estado e na afirmação da secularização.

Na organização da sociedade encontra-se a instituição escolar enquanto espaço público de confronto-diálogo, em que a questão religiosa permanece nas discussões. Nestas perpassam diferentes concepções de liberdade, de educação, de Estado e mesmo de relações entre seus diversos elementos. Em todos eles, a autoridade e o protagonismo dos cidadãos são elaborados culturalmente.

2.4. Conclusão

Como visto, compreender a identidade da Igreja é entendê-la também em sua missão educativa, resposta ao mandato missionário e por ele configurada. Ao longo do capítulo se procurou mostrar a relação profunda entre evangelizar e educar. Ir ao mundo envolve enfrentar o desafio sempre novo de sustentar um conjunto de relações institucionais, as quais, partindo da família, passa pela escola, percorre a comunidade religiosa e tem hoje o Estado como um dos principais desafios.

A questão da educação não é uma questão de Estado. Educar é uma atividade complexa e fruto de relações amplas, em que o Estado atual não é o principal interlocutor e sim um elemento dificultador. Uma educação que pretenda ser democrática precisa envolver a dimensão religiosa. Este projeto torna a educação crítica de projetos parciais, como o tecnicista, do aprender a fazer, objetivando profissionais apenas com competência específica para o trabalho; de programas em que o Estado deseja formar o que melhor atende a seu projeto

político; e de modelo sócio-econômico em que a pessoa é entendida como consumidora, muitas vezes de si mesma. É nesse sentido que se compreende a reflexão sobre o papel do Estado no processo educacional.

No desafio de compreender a relação Igreja-Estado, o Concílio parte do princípio do bem comum e aprofunda o conceito de comunidade humana, que se perpetua através da sucessão das gerações e é anterior ao Estado. Comunidade que se constitui em nações e em Estado, e não o contrário. É a nação que sustenta os governos e suas instituições, das quais nascem os políticos e a necessidade de organização jurídica.

Os diversos povos buscam o Transcendente, desenvolvendo diversas formas de religiosidade. Esta forma a pessoa e os povos em seu sentido de existência e no consolo de seus dramas. Uma discussão que seja realmente democrática precisa considerar as religiões tanto na formação quanto na manutenção do Estado, compreendendo o pensamento religioso como indissociável do pensamento político.

Quem sustenta que o laicismo é ateu ou que a religião é de caráter privado do cidadão precisa refletir se a construção sócio-histórica Estado foi criada por uma minoria. Se assim fosse, teríamos um Estado laico forjado, uma falsificação ou limitação do que realmente é a laicidade.

O conceito e a formação do Estado laico é uma exigência do cristianismo, bem como seus desdobramentos. Jesus diz a Pilatos que “meu Reino não é deste mundo” (Jo 18, 36). São as dificuldades históricas entre a Igreja e as diversas organizações civis que definem esta relação. Os contextos históricos em que a relação Igreja-Estado estreita-se deixam feridas difíceis de cicatrizar. O controle estatal por si contesta a autoridade da Igreja. A imposição de um sobre o outro é uma violência.

É neste conjunto de relações que se pode entender o magistério eclesial no sentido amplo da palavra, como responsabilidade dos batizados e da comunidade humana. Através do diálogo com as diversas ciências que se desenvolvem, a Igreja compreende melhor o mundo e o ser humano neste mundo.

O desenvolvimento intelectual e moral, e o patrimônio cultural, bem como o preparo para o mundo do trabalho e o convívio fraterno, são direitos do cidadão. A sociedade no seu conjunto é responsável pela formação de seus cidadãos. O ponto de partida é a defesa do direito dos pais, pois a família é a primeira

educadora. Além disso, a sociedade deve cuidar da fundação de escolas, instituições e formação dos professores.

Aqui está a beleza que emerge do apostolado na educação, na responsabilidade e na solidez da formação de gerações a serviço no mundo: os cristãos participam da comunidade escolar em diversas atuações, como nas associações de pais, no acompanhamento na formação intelectual e moral, na colaboração com as atividades acadêmicas e no desenvolvimento de inúmeras relações humanas. “Educação é também uma prioridade pastoral e envolve os líderes da Igreja, que são responsáveis pelas formas organizacionais e institucionais da caridade”⁵⁴, pois educar é uma forma de caridade.

Servir na educação é servir o futuro, educar a partir da consciência de onde se quer chegar, além do tempo da vida, além do século. Missão que é de todos, no direito cidadão à educação integral, e no repensar, por exemplo, do conceito de escola enquanto mediadora entre a família e o mundo.

“O conhecimento não é neutro. Ao contrário, implica sempre uma hierarquia de valores e uma determinada concepção do ser humano. E uma inserção decidida na realidade que o rodeia”⁵⁵. Considerando o fim último da pessoa e a compreensão de sua missão em serviço ao mundo, a Igreja desenvolve seu modelo de educação baseado no papel do amor enquanto edificador da prática educacional cristã. Através deste exercício, as relações humanas fundamentais configuram-se com ritmo e estilo próprios.

A educação cristã é chamada a ser revolucionária, no mesmo sentido que o evangelho. Trata-se de uma concepção contrária ao individualismo, à competição, às bases do autoritarismo, a ideologias ou de apropriações indevidas por grupos sociais e mesmo pelo Estado. Reflexão-ação, a escola articula a liberdade humana na crença da esperança, restaurando a divisão entre mente e coração. Pela comunhão, inclui emoções, paixões e sonhos no processo formativo de todos. As dimensões moral, política e social são transversais, e não secundárias.

Amar é abrir-se ao encontro de outros. Esta é a ênfase no modelo de educação que tem no centro o crescimento humano (criança, aluno, estudante, pesquisador, jovem profissional etc) e é concebida como um ato de cuidado e criatividade. Esta forma de educação deve trazer alegria para envolver as pessoas e deve encorajar a expressão de todas as boas potencialidades das pessoas.⁵⁶

⁵⁴ DEL BOVE, S., Education as a path to love, p. 114. (T. N.)

⁵⁵ ABREU, E. H. e SOUZA, N. (org.), Concílio Vaticano II, p. 197.

⁵⁶ DEL BOVE, S., Education as a path to love, p. 94. (T. N.)

Seguindo este pensamento, a educação católica e o ensino religioso confessional e plural contrapõem-se a qualquer projeto político-ideológico de formação parcial do cidadão. Neste sentido, são subversivos à concepção predominante.

Portanto, chegamos à conclusão de que considerar a religião num espaço público como a escola é aspirar à integralidade da pessoa humana. A dimensão religiosa é alicerçada em seus desdobramentos culturais e históricos. Sem a perspectiva do transcendente, a concepção de ser humano é parcial, fruto de uma sociedade subserviente ao projeto político em vigor.

Qualquer projeto evangelizador que não abarque também um projeto educativo, que também não alcance os espaços sociais, principalmente dos excluídos, apresenta insuficiências no desenvolvimento de sua doutrina social, expressando-se numa identidade parcial. A educação católica, fruto do desenvolvimento do magistério bimilenar da Igreja, é seu oferecimento de serviço de amor, numa legítima presença em cada sociedade, cultura e, civilização⁵⁷ e contribui para o progresso da liberdade humana e da vida democrática.

⁵⁷ Cf. Idem, p. 109.

A Igreja aprende no Concílio Vaticano II

Neste capítulo, faremos a leitura da história conciliar enquanto momento privilegiado de aprendizagem da Igreja. Interdisciplinar, a pedagogia e a história dialogam como conteúdo teológico. Assim, buscaremos identificar elementos pontuais do processo de aprendizagem da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, de modo sistematizado com sua dinâmica. “A dimensão pastoral torna-se assim a chave hermenêutica para se reconhecer a ‘historicidade da Igreja’ e se interpretar historicamente a verdade cristã”⁵⁸.

O processo ensino-aprendizagem está diretamente relacionado a educar o olhar. Olhar que exige distância para que se possa abarcar o Concílio Vaticano II na continuidade da Igreja na história do mundo, da presença divina na história dos homens. Também para considerar o próprio Concílio enquanto unidade humana em sua diversidade de pessoas.

Depois de cinquenta anos, o tempo permite olhar o processo conciliar e melhor compreender cada parte que compõe o seu conjunto. Depois do novo pentecostes, anunciado suas premissas a todos os povos, estudado e vivido em cada documento, pode-se compreender o Vaticano II de uma forma sempre nova.

O Concílio, como todo movimento histórico, está circunscrito em ações, posições e associações, do que se transmite através da rotina, na organização do ambiente, no tom de falar, na intencionalidade, na dinâmica, no objetivo, no planejamento, no percurso.

Não se pretende um trabalho exaustivo, até porque há muito para pesquisar na teologia e na história para ser compreendido pela pedagogia. Busca-se uma aproximação com sua dinâmica de aprendizagem, dispondo de uma perspectiva para que se possa ter referência na continuidade do estudo. Não se pretende uma discussão dos conceitos teológicos, e sim o acompanhamento do processo educativo-ecclesial no qual são constituídos, dinamizados na instituição e em seu aprender enquanto magistério. Também não se deseja aprofundar conflitos, mas compreendê-los enquanto momentos de aprendizagem na busca de unidade, sem ferir a diversidade.

⁵⁸ MATTEI, Roberto de. O Concílio Vaticano II. Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013. P. 22.

3.1. Sendo magistério

A primeira metade do século XX é marcada pela infabilidade papal do Vaticano I e a centralização curial. A relação linear entre Roma e as dioceses constitui-se com autoridade indiscutível. A convocação para o Concílio Vaticano II lança como desafio inicial o responder eclesialmente, em sair de uma posição passiva frente à Igreja em sua universalidade. O crescente protagonismo dos padres conciliares desenvolve progressivamente a formação de sua unidade episcopal, bem como sua consciência enquanto magistério. Toda a Igreja participa deste processo.

3.1.1. Anúncio e primeira sessão: diferenças que se encontram

João XXIII, através do anúncio do Concílio, convoca a Igreja a ler os sinais dos tempos e, através destes, o mundo contemporâneo⁵⁹. O contexto em que a Igrejas e encontra inserida lhe oferece informações sobre o aceleração do tempo histórico e a diversidade de identidades, favorecendo a compreensão dos seus desafios.

O catolicismo até então é compreendido como imutável em sua fundamentação filosófica para a teologia, na impossibilidade de qualquer diálogo com o marxismo, na eleição da cruz, na universal regra de obediência e na compreensão de uma teologia ecumênica baseada na modificação da fé.

Precisa-se de um olhar de misericórdia, uma nova forma de se relacionar, de uma nova teologia. Precisa-se ir à escola e aprender a ler para aprender a ensinar. Movimento que é feito como Corpo, que é conciliar: “A historicidade é destacada como condição da fé e da Igreja, os teólogos têm que estar em condições de ler ‘os sinais dos tempos’, ou seja, as manifestações da fé na história”⁶⁰.

A novidade dos meios de comunicação surpreende os padres com a notícia da convocação do Concílio, despertando expectativas e disposições. Os episcopados organizados elaboram propostas. Deseja-se uma renovação do catolicismo.

⁵⁹ Cf. Constituição apostólica *Humanae Salutis* para convocação do Concílio Vaticano II. In: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 19/2/2016.

⁶⁰ MATTEI, R. O Concílio Vaticano II, p. 57.

O processo de preparação para o Vaticano II desenvolve-se a partir dos recursos disponíveis de então: organiza-se uma estrutura a partir das normas habituais da administração vaticana, formando comissões preparatórias e nomeando predominantemente membros da Cúria. João XXIII orienta para um envolvimento mais amplo possível, sem questionário-guia e sim através da solicitação de sugestões e pareceres episcopais, teológicos e canônicos. Deseja-se a instauração de um processo livre e aberto. “Pedagogia gradual e carismática – propor indicações vigorosas e adaptadas à situação da época, confiando no instinto de fé do corpo eclesial e na capacidade criativa da assembleia episcopal”⁶¹. O método é inovador, contrário a um catolicismo estático e ideológico.

Muitos e variados são os aspectos eclesiais a serem considerados. Precisa-se de pessoas com conhecimentos específicos: os teólogos.

Na etapa de preparação, sob o impulso de João XXIII, foram tirados da sombra e do ostracismo conhecidos teólogos que haviam sido punidos por Pio XII com a perda da cátedra, proibição de publicar e dar conferências. Acabaram sendo convocados para colaborar durante a etapa preparatória, como consultores ou mesmo membros das Comissões, criando um efeito dominó que permitiu a vários episcopados trazer, entre os seus peritos, teólogos mantidos sob suspeita nas instâncias romanas.⁶²

Em 2.150 respostas, chegam contribuições de diversas partes do mundo para catalogar e classificar, em um auto-retrato da Igreja Católica às vésperas do Concílio⁶³. Culturas religiosas diversas sobrepõem-se. Os conteúdos são heterogêneos, sensíveis à localidade, conflituosos e em despreparo teológico⁶⁴. As discussões extrapolam uma comissão, precisando da formação de comissões mistas: sentido de autoridade, relações inter-religiosas, questão mariana, estrutura tomista no ensino da filosofia e da teologia, imagem e funcionamento da Igreja. Alguns temas destacam-se, como o diaconato permanente de casados, o apostolado leigo, a família, a doutrina sobre a Igreja, as relações entre a Igreja e o Estado, a organização eclesiástica, as missões, as relações entre os bispos e os religiosos e a doutrina social. O desafio do diálogo inicia sua dinâmica e a Igreja entra em estado de concílio, sem se descuidar de suas atividades ordinárias.

⁶¹ ALBERIGO, Giuseppe (org.). História do Concílio Vaticano II: o catolicismo rumo à nova era. O anúncio e a preparação do Vaticano II (janeiro de 1959 a outubro de 1962). Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 63.

⁶² BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005. P. 287.

⁶³ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. I, p.108-109.

⁶⁴ Cf. Idem, p. 109.

Em setembro de 1960 aprovam-se as normas de trabalho. Insta-se uma aprendizagem mais estrita, em que habilidades específicas precisam ser desenvolvidas para a variedade de estilos textuais. Precisa-se aprofundar temas não comuns à elaboração doutrinal de então. Precisa-se estudar.

Intensifica-se a preparação e a difusão: concepções, diálogos, busca de consenso, unidade, expressão documental. É preciso planejamento, sistematizando as ações, definindo temas e duração. A experiência católica se manifesta com inovações, como nas conferências de imprensa e atuação nos meios de comunicação.

Toda a Igreja aprende o que é um concílio, sua organização e desenvolvimento. “O Concílio era uma realidade a que a Igreja não estava mais acostumada”⁶⁵. É preciso aprender a trabalhar na correspondência que chega em diferentes tempos em cada cúria, com graus de segurança diversos, e o processo inverso nas respostas. No retorno da consulta estabelece-se uma nova relação entre Roma e cada diocese, não mais unidirecional. Sem a rede atual de informações, o isolamento geográfico pode ser compreendido como referência para o isolamento eclesial e teológico. A identificação das questões do próprio contexto precisa ser situada na dinâmica da Igreja universal, promovendo sua reflexão a partir da identidade católica, desacomodando e instigando a assumir uma posição reflexiva mais ampla e mais profunda.

A atenção de toda a Igreja é dirigida à Roma. Bispos, teólogos, universidades e congregações enviam questões. Revistas, mídia e espaços acadêmicos tornam-se ambientes de reflexão sobre o Concílio e as necessidades da Igreja. Aprofundam-se concepções. Pessoas se envolvem em diferentes graus. Vive-se o aprender a aprender, tendo a reflexão como principal instrumento e a participação como condição. A revista teológica *Esprit* 12, em 1961, promove uma sondagem segundo o modelo curial para que o laicato expresse seus votos⁶⁶. A encíclica *Paenitentiam Agere*, em 1º de julho de 1962, convoca os fiéis a participarem pessoalmente do Concílio com orações, ascese, testemunho e ação

⁶⁵ ALBERIGO, Giuseppe (org.). História do Concílio Vaticano II: a formação da consciência conciliar. O primeiro período e a primeira intersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963). Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 21.

⁶⁶ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. I, p. 366.

corajosa, como a abertura do coração no diálogo entre Deus e o ser humano. Protestantes também rezam pelo Concílio.⁶⁷

Depois de três anos, na manhã de 11 de outubro de 1962, os padres conciliares vivem o impacto do encontro do rito, de reconhecerem-se Igreja em tantos diferentes e de tantos lugares, em Roma.

Na manhã seguinte à chegada dos bispos brasileiros, foi aberto o Concílio de maneira imponente, com a imensa procissão dos mais de 2500 padres conciliares vindos de todo o mundo, procissão essa na qual se misturavam as mitras brancas dos bispos e as vestes negras e solenes dos orientais, com os trajes escuros dos observadores e convidados do Secretariado para a União dos Cristãos e o carmesim dos cardeais. Saíram todos pelo portão de bronze do Palácio Apostólico, atravessaram a colunata de Bernini e, avançando pelo centro da Praça de São Pedro, foram depois desaparecer no adro da basílica. Ficava a sensação, para quem estava assistindo aquele espetáculo de que algo único e transcendental estava acontecendo.⁶⁸

A aula conciliar apresenta-se como o encontro de pessoas, com diferentes experiências, culturas e responsabilidades. Ainda que um concílio seja presente ao longo da história da Igreja, é uma experiência inédita, pessoal, para os envolvidos e para todos da Igreja de então. É preciso superar barreiras linguísticas, coloniais e resistências a argumentos que precisam ser compreendidos e discutidos para uma fundamentação coerente e clara. Viver o Concílio é assumir o protagonismo consciente frente aos problemas do mundo, na relação intrínseca entre Igreja universal e Igreja particular.

A lentidão inicial nos debates causa cansaço e inquietude no aguardo do trabalho das comissões: nenhum documento é aprovado na primeira sessão. A diversidade de propostas aponta para resultados imprevisíveis, em um exercício de expressar esta vivência conciliar em documentos.

3.1.2.

Segunda sessão: identidade de magistério

A segunda sessão, de 29 de setembro a 4 de dezembro de 1963, começa com um novo papa, que continua o Concílio. Modificações são realizadas para este período: o número de esquemas diminui, o regulamento é modificado, a encíclica

⁶⁷ Cf. Idem, p. 470.

⁶⁸ BEOZZO, J. O., A Igreja do Brasil do Concílio Vaticano II, p. 158.

sobre a Igreja, *De Ecclesia*, desenvolve-se. Espera-se que muito seja feito para que a sessão seguinte, a terceira, seja a última.⁶⁹

O Concílio se estabiliza, preocupado com as características e os princípios da eclesialidade que se desenvolvem. Entre eles encontra-se a *Missio Dei*, na preocupação com a descolonização, a globalização dos problemas e a pobreza marginalizada; o *sensus fidei* da Igreja, com a comunhão de carismas, a união com os não-católicos e o caráter missionário da comunidade cristã; e a comunhão no magistério, e também um magistério em comunhão, a ser ouvido⁷⁰.

Refletindo sobre a relação entre liberdade e as diferentes manifestações religiosas, a diversidade do pensamento ateu, do ser humano em busca de si e do Outro, a aprendizagem ganha uma nova dimensão, como inerente ao ser humano.

A aula centra o processo conciliar. Ela é sustentada por uma estrutura e por múltiplas relações, a partir das quais o colégio episcopal se reúne para exercer seu magistério. Antes da aula, as comissões planejam, organizam e aprofundam coletivamente o estudo dos temas, sistematizam a apresentação, escrevem e reescrevem o texto e avaliam o desenvolvimento dos temas desenvolvidos nas aulas. Também se preocupam com a linguagem, com a clareza na exposição dos conteúdos, com os princípios que norteiam cada documento e com os objetivos definidos por João XXIII e mantidos por Paulo VI.

A Igreja cresce e amadurece em seu magistério como característica de sua identidade. Manifesta-se a consciência do processo colhido do patrimônio histórico e das formulações teológicas recentes, bem como o compromisso em anunciar o que a Igreja é e o que vive, a si mesma e ao mundo (cf. 1Jo 1, 3).

As linhas doutrinárias precisam ser renovadas, exigindo correspondente redação de formulações. Manifesta-se a necessidade de novas perspectivas para os desafios que o mundo apresenta. A pneumatologia, promotora da unidade dos cristãos, precisa ser reintegrada⁷¹. As implicações pastorais da fé são compreendidas a partir da sua expressão em um corpo doutrinal e que realizam-se

⁶⁹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 497; MATTEI, R. de, O Concílio Vaticano II, p. 230.

⁷⁰ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). Historia del Concilio Vaticano II: El concilio maduro. El segundo período y la segunda intersesión (septiembre 1963 – septiembre 1964). Vol. III. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2006. P. 108.

⁷¹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 516.

na pastoral. São novas dimensões de comunhão, a começar com o magistério no crescimento de sua consciência enquanto assembleia.

A beleza do magistério da Igreja encontra nos sinais dos tempos um lugar privilegiado para aprender: Jesus Mestre ensina seu Povo através do Espírito, sendo o Concílio firmado como um novo pentecostes. A identidade do *múnus* episcopal traz em si a posição de abertura à ação do Espírito Santo para toda a Igreja e, através dela, a todo o mundo. Aprender para ensinar e ensinar para aprender. Aprender permanentemente a responder aos desafios, a compreender-se como magistério, formadores de discípulos na ida ao mundo; do fazer memória em uma assembleia para ser memória, exigência de aprofundamento e amadurecimento pessoal e eclesial consciente e permanente, referência e modelo para toda a Igreja. Ensino e aprendizagem apresentam-se como aspectos de uma mesma dinâmica, em que a humanidade se diviniza.

Pelo ensino, a Igreja santifica e governa. O *múnus* episcopal traz o caráter educativo, que partilha com sacerdotes, religiosos e leigos. Pelo batismo, toda a Igreja assume o testemunho de Cristo ao mundo. Como Corpo, cada um é profeta.⁷²

No Concílio, o processo de aprendizagem sobre ser Igreja convive com a pluralidade de concepções na unidade de um único credo, no objetivo de alcançar a todos, caminho da (auto) compreensão no viver o processo da Boa Nova. Assim é possível, cinquenta anos depois, poder aprofundar este movimento conciliar e sua importância para a atualidade, buscando compreender a dinâmica histórica no amadurecimento de sua atuação eclesial. Frequentar a escola do Vaticano II é formar-se discípulo na escola de Jesus Mestre, que envia seu Espírito para nos recordar seus ensinamentos.

3.1.3

Terceira sessão: aprendendo a dialogar com o mundo

O ritmo dos trabalhos se acelera nesta sessão (14 de setembro a 21 de novembro de 1964), com a acumulação de textos e a intensificação dos debates. Padres e *experts* estudam vários temas de uma vez, o que dificulta a síntese pessoal e o rever determinado conhecimento no próprio patrimônio intelectual. O

⁷² Cf. Idem, p. 272.

esquema que se debate não necessariamente é o esquema que se vota. Para agilizar o processo conciliar, o período começa com novas regras, com maior autoridade aos moderadores e com a redução de textos.⁷³

Os conceitos teológicos não se limitam a seu aspecto jurídico. A relação entre o Pontífice e os bispos, por exemplo, gera discussões entre a proporcionalidade das relações, a transmissão de poderes, a condição enquanto membro do corpo episcopal, a comunhão hierárquica e a pluralidade de sujeitos, exigindo vivência antes de expressar-se em palavras. No decreto *Christus Dominus*, ganha força a discussão não finalizada do Vaticano I sobre as relações entre o papa e o episcopado. A partir da natureza e da função deste último, a concepção de autoridade e suas relações perpassam outros documentos, como o decreto *Presbyterorum Ordinis*, sobre o ministério e a vida dos presbíteros, e o decreto *Perfectae Caritatis*, sobre a atualização dos religiosos. Configura-se uma nova dinâmica de magistério.⁷⁴

Uma nova eclesiologia avança, diversa em sua unidade, nas diferentes funções dos membros na composição do Corpo e nos documentos que são finalizados e aprovados.

Ser magistério é diretamente relacionado a ser testemunho, que ensina por anunciar sistematicamente como vive e quem é. Seu caráter infalível é compreendido enquanto expressão da Igreja peregrina no processo de aprendizagem das coisas de Deus, constituída em função do serviço ao Povo e ao mundo. Ou seja, o magistério só se compreende na relação com o outro, a partir do qual vê o Outro.

O magistério eclesiástico constitui-se em sua identidade configurada a partir do ensinamento progressivo de Jesus Mestre, em conteúdos da fé revelada e da resposta humana, encarnados no testemunho. Este magistério é chamado a responder pela inserção em uma nova ordem, em que “o supérfluo dos países ricos deve servir aos países pobres” (MM 49), na qual a Igreja, como Mãe e Mestra, responde a demandas por uma vida plena. É um campo que se apresenta e ainda é desconhecido, exigindo prudência e responsabilidade frente à sua missão.

⁷³ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). Historia del Concilio Vaticano II: la Iglesia como comunión. El tercer período y la tercera intersesión. Vol. IV. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2007. P. 44.

⁷⁴ Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 71-73.

Reconhece-se que a função de ensinar⁷⁵ possui autonomia em relação às funções de santificar e governar, implicando em uma nova concepção do serviço magisterial. O ensinar sobrepassa os esquemas da atividade do governo e inclui a estrutura hierárquica, nascida e desenvolvida essencialmente para a função da atividade de governo. Na LG 25 temos a descrição pormenorizada do magistério ordinário disperso no corpo episcopal, reconhecido como infalível quando cumpridor de seus requisitos.

A relação entre Magistério, Tradição e Revelação é importante formadora da identidade eclesial, e de sua ação pastoral e doutrinal. A forma como constitui seus ensinamentos é expressa na ação educativa do Povo de Deus, nas suas relações ecumênicas e inter-religiosas, e nas diversas instâncias do mundo social e político.

3.1.4.

Quarta sessão: serviço à Palavra

No “Sagrado Concílio” (DV 1), o “ofício vivo de ensinar da Igreja” se situa abaixo da Palavra de Deus (DV 10). Ele escuta primeiramente a Palavra e a continuamente a proclama: “[O Concílio] quer propor a doutrina autêntica sobre a revelação e sua transmissão: para que todo mundo, com o anúncio da salvação, ouvindo creia, e crendo espere, e esperando ame” (DV 1). A discussão da constituição dogmática *Dei Verbum* (DV) e sua relação com as fontes da revelação permeia a discussão desta sessão (14 de setembro a 8 de dezembro de 1965), incidindo na votação de outros documentos⁷⁶.

A Palavra estabelece comunicação, entre si e com os que a recebem. Sendo acessível ao mundo inteiro, traz a vida eterna, salvação de todos em profundidade e é trinitária. Pela Palavra, a vida humana existe e desenvolve a consciência deste existir. Pela significação da vida humana, a Palavra é estruturante e organizadora do viver.

A definição de magistério proposta na LG 25 enfatiza a transcendência da revelação em relação a sua interpretação autorizada. A educação encontra-se

⁷⁵ Cf. ALGERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. IV, p. 568.

⁷⁶ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). *Historia del Concilio Vaticano II: um Concilio de transición. El cuarto período y la conclusión del Concilio (septiembre – diciembre 1965)*. Vol. V. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2008. P. 320.

como um dos aspectos do magistério, através do qual os batizados compreendem-se como educadores do mundo. Através da Palavra de Deus, o cristão alimenta-se na liturgia e assume conscientemente sua vocação em uma vida cidadã.

Os bispos apresentam-se como parâmetro de gestão. Em suas dioceses, atuam a partir do conceito de autoridade subjacente ao seu magistério, ao seu governo e à santificação, tanto no relacionamento entre seus pares como com a hierarquia e com o Povo de Deus. Os fiéis participam enquanto batizados. A autoridade perpassa a estrutura eclesial e é referência para a sociedade.

Neste contexto, os bispos retornam às suas responsabilidades diocesanas, nas quais, com o múnus do governo e da santificação, vão desenvolver esta compreensão de magistério e fomentar o aprendizado. Santificam governando e ensinando. Através do governo, ensinam e santificam. Assim, são magistério no exercício do governo e da santificação.

Por seu magistério, a Igreja imprime marcas de comunidade no mundo, como o valor da palavra, da disciplina, das relações de autoridade e do diálogo. Através destas marcas, atua na organização da sociedade, difundindo bens que lhe são caros, como a concentração, a coerência, a organização e a coesão, próprios do pensamento intelectual, da emissão da Palavra. Através da educação, a Igreja ordena o mundo, encarna a Palavra na história e anuncia a razão como próprio da humanidade, predispondo o ser humano à fé.

3.2.

Fazer-se magistério

A consciência educativa que o episcopado vive e aprende a se expressar é desenvolvida na auto-compreensão do ser Igreja durante o período do Concílio. Processo pedagógico que se realiza ao longo de sua história, em sua caminhada escatológica. Tendo a identidade missionária no anúncio do evangelho, este magistério desdobra-se no assumir a realidade humana em si, santificando-se enquanto santifica o mundo.

3.2.1.

Na liturgia

Ao começar o Vaticano II, João XXIII orienta para que a liturgia seja a primeira a ser discutida. O Concílio é aberto pela celebração litúrgica diária. Em

pluralidade de ritos, estabelece o ritmo dos trabalhos, desacomodando uma estrutura rotineira e exigindo sua atenção e compreensão. A celebração eucarística é expressão da unidade dos presentes. Com características específicas de sacerdócio, é enriquecida na diversidade de ritos e origens de cada um. “A liturgia é simultaneamente a meta para a qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde provém toda a sua força” (SC 10).

“Ao participarmos da liturgia, como discípulos de Jesus Cristo, somos convidados a trazer, ecoando em nosso coração, a vida e as esperanças das pessoas que encontramos naquele dia, naquela semana e das pessoas do mundo inteiro”⁷⁷. Cada um traz sua diocese, suas ovelhas, sua formação, sua cultura, tornando o mundo inteiro presente na celebração e na pessoa do bispo. Este mesmo mundo encontra-se nas discussões entre os participantes e nas comissões, tendo as aulas conciliares como centro do processo. O contexto e as pessoas com que os presentes convivem são referências de compreensão nas discussões, participando do desafio de uma Igreja universal que se manifesta na Igreja local e de uma Igreja local que traz a Igreja universal.

A liturgia converge a missão da Igreja e a vida espiritual dos fiéis. É na celebração eucarística que todos se encontram na comunidade para alimentarem-se da Palavra de Deus e, como Corpo de Cristo, oferecerem-se como alimento do mundo em seu dia-a-dia.

A eucaristia, presença de Cristo na Igreja e sua fonte de unidade, promove a celebração da profissão de uma fé única, verdadeira e íntegra, em comunhão com o bispo ligado à Sé Romana. A comunhão sob duas espécies participa desta expressão da unidade do Povo de Deus, permitindo que se busque uma data comum para a Páscoa com as igrejas orientais. Considera-se, então, a diversidade de culturas, a acessibilidade, a língua vernácula e as normas a partir da celebração da unidade eucarística na unidade dos fiéis em cada Igreja particular. Sendo responsabilidade ministerial dos sacerdotes, é um tema íntimo e conhecido, facilitando a discussão conciliar que se inicia. Neste contexto, cresce um movimento organizado dos bispos de manifestarem-se através de Conferências

⁷⁷ ABREU, Elza Helena de e SOUZA, Ney de (org.). Concílio Vaticano II: memória e esperança para os tempos atuais. São Paulo: Paulinas: UNISAL, 2014. P. 168.

Episcopais onde há e de criação de novas, configurando a identidade da própria Igreja que discute a organização e a atuação deste episcopado⁷⁸.

A reflexão sobre a eucaristia fomenta a compreensão da Igreja enquanto comunhão mística entre Deus e humanidade. Portanto, o estudo da liturgia deve ser promovido em seu aprofundamento teológico, permitindo uma participação mais consciente de todos. Como a Igreja e seu ensino realizam-se para o povo, assim também é a liturgia. É o mistério de Deus que se manifesta através da Igreja em sua convocação para a celebração, ensinando-lhe progressivamente quem é.

Desta compreensão desdobra-se a preocupação com a homilia, sobretudo aos domingos, dias santos e festividades. Seu conteúdo deve ser sistematizado teologicamente.

Na segunda sessão, a constituição *Sacrossanctum Concilium* (SC) é aprovada e a atenção passa a ser a perspectiva da “renovação do culto divino para contribuir significativamente à renovação da Igreja”⁷⁹. A preocupação dirige-se para as reformas litúrgicas, em formulações apropriadas. Discute-se a participação dos leigos, a administração dos sacramentos e os ritos. A eucaristia diária é trazida para o rito ordinário romano. Na celebração, Cristo se faz presença, santificando o ser humano, que o glorifica - centro da cristologia que se desenvolve. A assembleia participa mediante sinais sensíveis.

A celebração envolve a capacidade intelectual da pessoa em sua compreensão e em sua consciência: a comunidade celebra o culto dirigido ao Pai, pelo Filho, no Espírito Santo. A celebração une a Igreja local e toda a Igreja, em conexão com o bispo diocesano e com o de Roma. O mistério trinitário envolve as relações entre Deus, a hierarquia e o Povo. Assim, a eucaristia é comunhão presente e visível no culto divino, do qual conduz e deriva a fé. É sacramento da unidade e um ato público.

A “participação plena, consciente e ativa” (SC 14) expressa a unidade e a comunhão de vida de cada cristão. Nesta relação tão rica quanto diversa, a Igreja testemunha quem é ao mundo através da ação de cada fiel. Para o católico, ser quem é vincula o mistério do qual participa e, portanto, não é algo privado, mas vivido junto às pessoas com as quais mantém relações.

⁷⁸ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 50-51.

⁷⁹ ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 226-227.

Neste segundo período, desenvolvem-se temas que perpassam as discussões conciliares: o sacerdócio de Cristo e dos fiéis no vínculo entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum, a santificação do ser humano no culto a Deus, a participação ativa e a relação entre o fiel e a Igreja. Todos são articulados em um único Corpo.

Assim, a SC, primeiro documento discutido e aprovado, antecede o perpassa nos demais. Em continuidade e unidade, também no pós-concílio, a SC traz as premissas de um magistério em processo de aprendizagem sobre si, sobre a Igreja e sobre o mundo. É promulgada em 4 de dezembro de 1963. A renovação da liturgia é iniciada, sendo também renovação da própria Igreja.

Nas sessões seguintes, a realidade configurada é absorvida nas celebrações, sendo iniciada pelo próprio Papa Paulo VI⁸⁰. Muitos padres iniciam mudanças, nem sempre respeitando as orientações do Concílio. Igrejas locais realizam modificações litúrgicas próprias, adquirindo função institucional em relação ao centralismo romano. Uma crise de fé se manifesta, trazendo um perigo de cisma para o horizonte da Igreja.⁸¹

3.2.2. Na identidade da Igreja

A terceira sessão intensifica a discussão eclesial iniciada pela SC e pelo esquema *De Ecclesia*. Como fonte dos demais, este último esquema é promulgado em 21 de novembro de 1964, no seu desenvolvimento na constituição *Lumen Gentium* (LG).

O debate da primeira sessão centra-se em torno do ser Igreja, favorecendo novas perspectivas. Em diversos âmbitos eclesiais, vive-se a natureza comunitária, de serviço e de testemunho. A Igreja é mística, na qual o Invisível perpassa e alimenta o visível.

Igreja-mistério sobrepõe-se à dimensão jurídica, em “abandono da imagem da Igreja como ‘sociedade perfeita’, análoga às organizações estatais modernas”⁸² e sobressaindo sua dinâmica de ação no mundo. O movimento é de peregrinação na história, protagonizando seu testemunho. Configurada na dinâmica formada

⁸⁰ Cf. Mattei, R. de, O Concílio Vaticano II, p. 309.

⁸¹ Cf. Idem, p. 492.

⁸² ALBERIGO, G., Breve história do Concílio Vaticano II, p. 197.

pela cúria e pelas comissões, pelas Conferências Episcopais e pelo Povo de Deus, a Igreja particular tem relativa autonomia. Esta traz o dever de integrar as diversas culturas no seu patrimônio universal e a missão de formar discípulos como continuidade da iniciativa divina de vir a nós.

O argumento do cardeal Frigs (com suposta contribuição de seu teólogo, Ratzinger) auxilia nossa compreensão: “pergunto se esse modo de proceder é correto, universal, científico, ecumênico, católico, em grego ‘*katholon*’, ou seja, que abraça o todo e contempla o todo. Nesse sentido, podemos perguntar se o modo de proceder é católico.”⁸³

A relação com os Estados é tema de tensão, em um aprendizado difícil frente à multiplicidade de sistemas políticos, muitos hostis à religião e à Igreja. A questão do Estado laico, da separação entre religião e poder público, precisa ser ordenada: a Igreja tem o direito de ocupar-se das questões temporais por estas interferirem na ordenação do ser humano ao fim sobrenatural. Portanto, o poder público não pode ser indiferente à religião, pois ambos orientam-se na cooperação pelo bem comum. Sendo tarefa de todos, cabe primeiro ao Papa e aos bispos conservar e elevar à ordem sobrenatural tudo de honesto e de belo de toda nação. A tensão Igreja-Estado vai permear diversas discussões, como a da educação.⁸⁴

O intervalo entre as sessões possibilita que as discussões ganhem novo espaço de reflexão, na respectiva da realidade de cada participante: a perspectiva da Igreja universal na própria diocese, na paróquia, da compreensão vivida no Concílio. Assim, o inter-período exige de cada padre conciliar instrumental intelectual para a superação de limites pessoais e eclesiais.

O retorno para a segunda sessão traz a diferença do tempo de amadurecimento e da experiência. A rotina e as relações episcopais são estabelecidas na organização das Conferências e muitas dificuldades são superadas, como a residência temporária confirmada e o ritmo do período constituído. As necessidades são definidas e atendidas, possibilitando o estudo dos esquemas com maior concentração.

O modo como a Igreja se compreende questiona sua relação com as outras confissões religiosas e de como entende a unidade cristã: a Igreja Católica é compreendida como igreja latina pela centralização em Roma. No entanto, a

⁸³ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 306.

⁸⁴ Idem, p. 274.

experiência conciliar é de universalidade, convocando a todos a uma nova compreensão.⁸⁵

O pontificado é refletido: sendo um direito divino, a infabilidade papal expressa o dever episcopal de santificação das igrejas locais na celebração eucarística e no governo das dioceses. A experiência de atuação conciliar faz os bispos repensarem a própria identidade enquanto episcopado.

Uma nova configuração eclesial se define: o colegiado. Expressão da autoridade no governo da Igreja, ele exige atualização de todas as instituições em normas jurídicas adequadas, em nova forma de ser Igreja.

Também a memória precisa ser melhor compreendida, rompendo a auto-referência para inserir-se na história com uma consciência mais ampla, em que o processo de encarnar-se considere a responsabilidade de serviço da Igreja.

O processo da consciência da própria identidade eclesial favorece o encontro com quem é diferente, o abrir-se à possibilidade de aprender com um outro. O ecumenismo e o diálogo inter-religioso tornam-se questões intensas nos debates das aulas conciliares, perpassando todos os documentos a partir de então e realinhando a relação com as demais igrejas cristãs e com o mundo.

A Escritura e o governo de Pedro e dos discípulos na Igreja são questões deste realinhamento. Poder e legitimidade são compreendidos na assistência do Espírito Santo, que garante o entendimento e a distinção de poderes: o poder de um não diminui o poder do outro.⁸⁶

Outro desafio: a secularização da sociedade, a partir da qual é compreendida a crise da identidade sacerdotal, debate intenso da forma de ser Igreja que exige reavaliação na intersessão. O exercício do magistério realiza-se na atualização da Igreja local, divulgando as questões discutidas, respondendo às dificuldades, reunindo-se com os seus e com outros bispos na continuidade dos estudos.

A história local e universal se acelera, manifestando novas necessidades, que são consideradas na terceira sessão. Emerge um episcopado maduro individualmente e enquanto unidade. Em setembro de 1964 agrava-se a situação do Vietnã, sofrendo crescente intervenção militar americana; a China anuncia que domina a bomba atômica; desacelera-se o processo de desestalinização e posterior debilitação do regime soviético —espera-se a queda de Jrushev em Moscou (15 de

⁸⁵ Cf. MATTEI, R. de, O Concílio Vaticano II, p. 300.

⁸⁶ Cf. GIUSEPPE, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. IV, p. 401-402.

outubro de 1965); ditaduras militares se pronunciam na América Latina. Novos desafios apresentam-se para o Concílio e o mundo precisa de respostas.

Documentos fundamentais, a constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG) e o decreto *Unitatis Redintegratio* (UR) são aprovados e é criada uma comissão pontifícia para a reforma do Código de Direito Canônico – a consciência da Igreja exige atualização jurídica como elemento moral de referência para a sociedade contemporânea. Novas e imprescindíveis aprendizagens tornam-se necessárias, como as novas linguagens e a utilização dos meios de comunicação.

Sem os devidos planejamento e atendimento, a inserção de grandes contingentes humanos na nova realidade urbano-industrial torna a miséria material visível. O grupo de padres conciliares conhecido como Igreja dos Pobres destaca questões que promovem a pobreza, a fome e outras decorrentes deste processo. A situação influencia o Papa Paulo VI em sua encíclica *Populorum Progressio*.

O Concílio assume tudo o que se refere ao ser humano e à sua condição no mundo como próprio da Igreja. É um compromisso pastoral de atendimento material como prática caritativa. Agir no mundo é santificá-lo e esta ação não é limitada a assistencialismo, ainda que urgências se apresentem. No entanto, diversas são suas possibilidades, começando pelas historicamente valorizadas, como o ensino e as atividades intelectuais e culturais. O Concílio expressa-se como o processo de compreensão da Igreja em sua ação no mundo.

Ir ao mundo em serviço é despir-se de prerrogativas e privilégios, de uma política de poder e do triunfalismo hierárquico, com os quais não é possível o diálogo sincero. Um momento significativo é o do Papa Paulo VI retirar a tiara papal e depositá-la no altar de Cristo, tornando a Igreja visível em atos⁸⁷.

A pobreza torna-se tema universal, incompatível com títulos, roupas e formas de se apresentar. A Igreja quer viver a solidariedade com os povos, com os trabalhadores. Para tal, indica o caminho da abstinência em favor dos que precisam e convoca os leigos à administração dos bens eclesiais.

O desafio da presença da Igreja na história torna-se um ato corajoso, de oferecer-se ao mundo em martírio, tornando-se suscetível a inferências diversas. Despida do poder e suas expressões, a Igreja precisa de ajuda para fomentar a

⁸⁷ Cf. Idem, p. 347.

responsabilidade dos cristãos com a atualidade e com a comunhão entre as pessoas, a começar com a intensificação dos trabalhos conjuntos, com a atenção junto à opinião pública e com os meios informativos. Lança-se a revista *Concilium*. Reuniões periódicas das Conferências Episcopais inserem as discussões em seus contextos, ordenando ideias e desenvolvendo-as.

A relação entre a Igreja e o Estado encontra-se neste movimento, tendo os Direitos Universais do Homem como caminho de discussão: o valor da consciência individual e dos direitos da pessoa deve ser respeitado.

O debate se intensifica em torno do conceito de liberdade: liberdade religiosa e liberdade civil, cristandade e cristianismo, cristão e cidadão, liberdade da pessoa e poder do Estado.

A dinâmica da inserção da Igreja no mundo remete à sua própria formação na história, conduzindo à discussão da Tradição e da Revelação.

Na semana de 14 a 21 de novembro de 1964 questiona-se procedimentos em temas polêmicos como a posição de Maria na Igreja e o ecumenismo, bem como a condução discreta de Paulo VI, que acompanha, pondera e decide entre posições.⁸⁸

Cresce a necessidade de prolongamento do Concílio numa quarta sessão: trabalhos para finalizar, temas a amadurecer e a participação de muitos bispos no Congresso Eucarístico em Bombay. Precisa-se interromper as discussões no final de novembro.

O início da quarta e última sessão ocorre em 14 de setembro de 1965, dia da exaltação da santa cruz, celebrando a centralidade de Cristo no coração humano, laço de unidade e dimensão espiritual do Concílio.⁸⁹

A maturidade da terceira sessão cede espaço para o cansaço, da duração do Concílio acima do tempo esperado, da viagem longa da origem à Roma da maioria dos bispos, das despesas às responsabilidades que esperam respostas. Muitos esquemas e temas aguardam expressão em documentos. Rotina, revisão e disciplina são exercícios da co-participação da ação divina.⁹⁰

O trabalho das comissões encontra-se em tensão com as contribuições, o rigor na escrita, as posições particulares, os direcionamentos de cada tema –

⁸⁸ Cf. Idem, p. 364.

⁸⁹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. V, p. 33.

⁹⁰ Cf. Idem, p. 9.

trabalho de constante reelaboração. A Igreja abre-se em humildade e disciplina, movimentando-se inicialmente com os bispos e peritos, e na indicação de leigos. Diversos temas perpassam as reflexões, como a educação e os meios de comunicação. O trabalho se apresenta na tríade comunhão-serviço-martírio.

São 2700 membros da Assembleia Conciliar⁹¹: 2500 bispos, 27 novos cardeais, 23 auditoras e 29 auditores e, sem antecedentes, um casal, os esposos Álvares, do México. Chega-se a 101 observadores não-católicos, de 28 comunidades eclesiais. Temos também peritos, imprensa e todo o mundo. Pela primeira vez, o Vaticano II recebe a presença do patriarca de Constantinopla, representado pelo bispo Mons. Emilianos. É uma experiência única e pessoal de magistério, momento privilegiado para aprender a ouvir e a conviver.⁹²

3.2.2.1. No Povo de Deus

O batismo é o princípio de pertença à Igreja que constitui o sentido dos demais princípios. A igualdade de filho é o estatuto do cristão que percorre os aspectos eclesiais e pelo qual a pessoa é inserida no Povo constituído por Deus.

Esta discussão alcança todas as pessoas de boa vontade que, de alguma forma, são associadas ao mistério pascal de Jesus Cristo. A reflexão sobre a busca de unidade abrange cristãos de outras denominações, de outras religiões e ateus.

A questão específica dos leigos permanece em pauta até a última semana, quando o decreto *Apostolicam Actuositatem* (AA) é promulgado. A segunda sessão (1963) marca sua inserção como auditores⁹³. De sua participação no sacerdócio comum dos fiéis estende-se a outros aspectos, como no magistério. O que é estrito ao episcopado, é abrangente a todo o Povo, em especificidades próprias.⁹⁴

A Comissão do Apostolado dos Leigos é constituída no início do Concílio. Torna-se uma necessidade aprofundar sua responsabilidade em relação à Igreja, em um desenvolvimento teológico e de superação jurídica. Não é uma questão de sua atuação. Inúmeros leigos destacam-se na história, dos mártires romanos a

⁹¹Cf. ALBERIGO (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. II, p. 334.

⁹²Cf. ALBERIGO (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. V, p. 64.

⁹³ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *História do Concílio Vaticano II*, v. II, p. 402.

⁹⁴ Cf. Idem, p. 272.

Francisco de Assis, de Catarina de Siena aos missionários nos diversos processos de colonização, da fundação e atuação em escolas às organizações caritativas e às irmandades brasileiras. A questão está na categoria epistemológica da teologia que precisa ser desenvolvida e na superação do clericalismo. O esquema inicial provoca longas discussões do episcopado. A atuação do leigo como cidadão no mundo não se encontra ao alcance dos olhos do bispo nem está limitada à paróquia.

Um aspecto importante do contexto é a ampliação dos estudos dos leigos. A universidade, pelas necessidades profissionais que se apresentam, encontra-se em abertura à democratização. A apropriação de conhecimentos e a promoção acadêmica exigem um testemunho coerente de cada pessoa. Estamos diante de uma geração de cristãos universitários em processo de ascensão social, tornando-se uma elite intelectual manifesta em diferentes espaços, fazendo-se ouvir em movimentos sociais e trazendo uma crescente autonomia no pensar e no agir.⁹⁵

A sociedade deixa de ser rural e concentra-se na cidade. Em suas novas necessidades, o cristão confronta a nova dinâmica que vive e seus aprendizados com a configuração da Igreja. O clericalismo e o autoritarismo apresentam-se como obstáculos. O Concílio compreende que o mundo muda, que a pessoa está mudando e que é necessário enfrentar o desafio de anunciar o evangelho neste contexto. A Igreja precisa rever-se, aprender uma nova linguagem, aprender a organizar-se quanto ao conteúdo a ser anunciado e a discernir a estrutura a ser denunciada. Assim, o Vaticano II identifica o leigo em um apostolado próprio, tornando sua presença tema transversal nas discussões e princípio de atuação eclesial. A ação laical consciente exige uma formação teológica adequada nas faculdades teológicas.

Deste modo, o Povo de Deus assume uma dinâmica exigente no novo relacionamento entre o clero e o leigo. Rompem-se estruturas mentais através da compreensão eclesiológica. Pelo Espírito, Cristo santifica o mundo pela ação do leigo na família, no estudo e no trabalho.

O leigo é compreendido como crente e cidadão, dois aspectos constitutivos e sobrepostos de sua identidade. Como crente, assume a responsabilidade do testemunho, da vivência de sua fé, em assumir os valores evangélicos na relação

⁹⁵ Idem, p. 481.

com os demais, com os não-católicos. Como cidadão, vive na *polis*, com direitos e deveres frente ao bem comum, na resposta às exigências próprias da vida na sociedade.

A discussão do quarto capítulo da *Lumen Gentium*, o *De Laicis*, marca o início dos auditores leigos, situando-os na eclesiologia que se desenvolve e tornando presentes as organizações internacionais do laicato.

Em 26 e 27 de fevereiro de 1963, são indicados como auditores leigos na elaboração dos textos conciliares, decisão publicada em 14 de setembro de 1963⁹⁶. Também são associados de modo oficioso na elaboração de diversos esquemas⁹⁷ e na participação nas aulas conciliares, decisão de Paulo VI. Sua presença é intensificada a partir da terceira sessão, quando se discute mais intensamente as questões do mundo. Representados nas Comissões do Apostolado dos Leigos e na Comissão Mista, há a ausência de representação de movimentos femininos⁹⁸.

No retorno à Roma para a terceira sessão, os bispos avançam na compreensão da identidade leiga. Inseridos em diferentes instâncias da complexidade social, os leigos assumem maior responsabilidade frente à configuração histórica que se desenvolve. Semeiam os valores cristãos na solidariedade com todas as pessoas e exercem a cidadania, tanto no mundo como na Igreja, vinculando ambos - restabelecem a unidade.

Os temas desta sessão são de particular interesse dos leigos. Sua nomeação considera os continentes e as regiões, bem como as competências científicas e profissionais, os diversos ambientes sociais e a insubstituível cooperação das mulheres. Em inserção crescente no Concílio, os leigos realizam pronunciamentos próprios de seu estado laical. As mulheres são nomeadas pela primeira vez na terceira sessão. Leigas e religiosas, não pertencentes a institutos religiosos e nem são casadas. No entanto, não são admitidas na eucaristia no início do dia.⁹⁹

Em 25 de setembro, a sta. Monnet é a primeira mulher a assistir uma sessão conciliar. Somente nas congregações gerais são debatidas questões de interesse propriamente feminino. Porém, as mulheres são convidadas oficial e extra-oficialmente para formular comentários sobre documentos oficiais, tendo

⁹⁶ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 402.

⁹⁷ Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 274-275.

⁹⁸ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 403.

⁹⁹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. IV, p. 33.

participação em algumas das reuniões das subcomissões – não na comissão de religiosos.¹⁰⁰

Elas têm cafeteria própria, com o pretendido isolamento fracassado pelo desejo de homens e mulheres em conversar e colaborar. Desenvolve-se o hábito de ver e ouvi-las¹⁰¹.

São mulheres, no plural. Não só referente ao número, mas também sua diversidade no trabalho apostólico. Sua presença envolve reflexão sobre sua dignidade, estímulo à formação intelectual, religiosa e espiritual. Considerando-se a vida familiar de modo novo, defende-se e promove-se responsabilidades e a dignidade pessoal próprias da mulher, especialmente na vida pública¹⁰².

Em uma comissão específica, não conciliar, Paulo VI promove um estudo sobre o controle de natalidade e os contraceptivos. É uma reflexão que abrange a dignidade da mulher, o conceito de matrimônio e sua constituição. É preciso compreender melhor o discurso teológico e suas relações com o corpo humano.¹⁰³

Todos são convocados à escola conciliar: os leigos, para uma melhor atuação social frente à sua condição no mundo, e o clero, para uma nova relação com os leigos. O apostolado leigo precisa de uma formação correspondente e uma disciplina específica em virtude do batismo e do crisma.

No período conciliar, os leigos alcançam organização de caráter internacional e amplia-se a reflexão teológica iniciada em período anterior. O Decreto *Apostolicam Actuositatem* inclui a elaboração conceitual de apostolado e de leigo (nn. 2-4) e de ser Igreja missionária no mundo em diversos campos de atuação.

Ser leigo é a identidade específica na configuração cristã de ação, missão e vocação sacerdotal no mundo. A compreensão de sua identidade modifica as relações dos membros do Corpo, na dimensão de horizontalidade, em uma hierarquia de funções não valorativa. Forma-se uma nova perspectiva de Povo, em articulação do Reino em si.

A reflexão sobre o leigo é relacionada à doutrina do sacerdócio comum dos fiéis. Mediante o batismo e a crisma, todos os fiéis participam verdadeiramente no ministério de ensinar, dirigir e governar, com sua especificidade, em uma nova

¹⁰⁰ Cf. ALBERIGO, G. (org.). Historia del Concilio Vaticano II, v. IV, p. 36.

¹⁰¹ Cf. Idem, p. 37.

¹⁰² Cf. Idem, p. 286.

¹⁰³ Cf. Idem, p. 287.

compreensão de Igreja e de mundo. Vivendo no Espírito, o Povo de Deus é Igreja-Mistério que caminha da criação à consumação, em unidade e diversidade. Aprender sobre o leigo é aprender sobre a dignidade dos cristãos em sua diversidade clerical, religiosa e leiga, sobre a missão salvadora da Igreja em suas funções profética, sacerdotal e régia de Cristo, sobre a relação de direitos e deveres de leigos e hierarquia, sobre a vocação de todos à santidade e sobre o caráter escatológico da vocação humana.

A participação ativa do leigo prepara a chegada do Reino de Deus, promovendo a importância e a confiança nos jovens, que sustentam as mesmas importância e confiança nos pastores. Pelo leigo, a diferença se apresenta como riqueza e torna a todos sacerdotes pelo batismo, no oferecimento de si.

Tal identidade exige também participação no mundo político e econômico, o que favorece a colaboração entre católicos e não-católicos em atividades pela caridade. Assim, a Igreja se conecta com a luta mundial contra a fome e a pobreza, e a favor da justiça social.

Além de decreto próprio (AA), em uma síntese sobre os principais elementos da doutrina, o leigo está presente em todos os documentos do Concílio. Amplas são as perspectivas para sua atividade, ainda que limitada a modelos teológicos e pastorais próprios da época.

Em comunhão explícita com a hierarquia, o leigo insere-se na realidade como liderança política e social, como produtor de cultura em um campo próprio de santificação. Por sua identidade, reconhece-se melhor a participação da mulher.

3.2.2.2. No episcopado

O episcopado encontra-se em situação privilegiada de aprendizagem. Como farol que vê a realidade e a ilumina, cada padre conciliar assume o compromisso em promover o ensino do que vivem no Concílio em suas igrejas particulares. A intenção neste processo acelerado e intenso é fazer o melhor¹⁰⁴.

Inicia-se o Concílio com a consciência de que se tem muito a aprender: o que é um Concílio, sua rotina, sua organização, suas regras; a intervir, a elaborar textos específicos, em linguagem própria e em conceitos objetivos; a refletir em

¹⁰⁴ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 169.

conjunto com bispos de todas as partes, de línguas e origens diversas; a elaborar e aprovar decisões que nem sempre enquadram-se no quadro conceitual próprio; a dialogar, a refletir e a encontrar-se entre as sessões; a estudar com os teólogos, a atualizar o aprendido em sua diocese; a ler os sinais dos tempos; a viver em uma fraternidade efetiva. Aprende-se a aprender. O magistério envolve a autoridade episcopal de ensinar e ensinar envolve aprender.

Os bispos vão ao Concílio esperando que o mesmo seja breve, com os encaminhamentos dos temas adiantados pela Cúria. Da simples obediência ao protagonismo como magistério, constitui-se uma nova forma de ser Igreja e de ser no mundo.

Os bispos são os herdeiros do múnus apostólico de ensinar o Povo de Deus, da significação da vida a partir do evangelho. As discussões de sacramentalidade e colegialidade aprofundam sua auto-compreensão e desenvolvem as relações entre primado e episcopado, entre bispos e Igreja universal, das relações destes com os padres, com estes e os leigos, com o mundo. Ser bispo é ser modelo de relação. Ao longo do Concílio, cresce a frequência dos bispos nas reuniões das Conferências Episcopais.

É a primeira visita de muitos a Roma, sendo um desafio transitar e ser pontual às atividades: é preciso conhecer o espaço, suas facilidades e dificuldades, a vida vaticana, questões referentes à residência temporária, custos, saída de sua diocese, do que lhe é costume, superar as novidades, desacomodar, adaptar-se à rotina necessária, acompanhar temas nem sempre comuns ao seu quadro teológico, identificar pessoas desconhecidas como portadoras da mesma identidade, comunicar-se constante no latim não usual. Absorver inúmeras novidades e organizá-las são próprias da primeira sessão.

As comissões são apresentadas na aula conciliar e sua formação é contestada por poucos se conhecerem - a identidade episcopal não garante uma relação de confiança. Manifesta-se a responsabilidade com os encaminhamentos e as Conferências devem fazer indicações para as Comissões. A colegialidade é promovida pela sua articulação e estruturação. Novas Conferências definem seus estatutos e começam a se tornar fator de orientação.¹⁰⁵

Mas, naquele 13 de outubro, as conferências episcopais entraram concretamente como protagonistas nas primeiras escolhas que padres conciliares deviam fazer:

¹⁰⁵ Cf. Idem, p. 43.

pela primeira vez os secretários das conferências episcopais mantêm conversas e contratos que prescindem do controle e da vigilância das Congregações romanas.¹⁰⁶

Multiplicam-se iniciativas de estudo individual e coletivo dos textos conciliares, prolongando-se durante a intersessão.

A segunda sessão apresenta novas exigências e destaca a liturgia. O Papa solicita reflexão e iluminação do Espírito Santo para a votação.

Discute-se a relação entre bispos e pontífice, bem como a restauração do diaconato para homens casados. Vive-se uma realidade de colegialidade na reflexão sobre a relação entre hierarquia e leigos, e sobre o sacerdócio dos fiéis a partir da tríplice missão de Cristo. O *sensus fidei* da comunidade é confirmado.

O Papa confia a recepção e a direção de leigos aos moderadores. Também aprova a iniciativa de pobreza e a língua vernácula nos debates. Mudanças profundas são iniciadas no episcopado.

O esquema sobre as fontes da revelação torna o debate tenso, sendo o primeiro conflito doutrinal. Os bispos precisam estudar e aprofundar seus conhecimentos. As conferências nacionais organizam encontros semanais com teólogos de confiança ou um bispo. Assim, atualiza-se sobre os progressos dos estudos teológicos no campo que mais interessa à ordem do dia. É preciso aprender a avaliar criticamente os esquemas em discussão e ter subsídios para captar as ideias-chaves e seu desenvolvimento nos documentos oficiais.¹⁰⁷

A terceira sessão colhe a maturidade da colegialidade episcopal. Retornando de sua igreja particular, o bispo revê sua autoridade, a mesma em relação aos pares e ao Papa. A consciência da autoridade pessoal guia as discussões sobre a relação entre Deus, Igreja e mundo. A Trindade como relação de pessoas é referência para as relações do diaconato, do celibato e do exercício episcopal. Exercita-se constantemente a objetividade e a clareza nos argumentos. A instituição educativa ganha espaço com o esquema sobre a escola católica.

O Concílio olha para a comunidade eclesial, em que parte sofre com a fome, inúmeras injustiças e violências. O episcopado assume suas dores e urgências nas discussões. Não como representação, mas constitutivo do ser bispo, de seu pastoreio, de suas preocupações. É preciso expressar esta identidade através da relação entre o Papa e o episcopado, do modo como se compreende a relação e a

¹⁰⁶ Idem, p. 50.

¹⁰⁷ Idem, p. 221.

autoridade envolvidas tornando-se espelho para as demais relações eclesiais e mesmo sociais. A compreensão da organização hierárquica e de autoridade orienta as instituições e os cristãos. Ser bispo é ser modelo que ilumina os demais.

Em 25 de janeiro de 1965, 25 novos cardeais são nomeados, sendo três patriarcas orientais. Segundo Alberigo¹⁰⁸, tornam-se membros do Concílio e não representantes da maioria, o que afeta a solidariedade e o caráter incisivo das decisões. O cansaço depois de cinquenta congregações gerais, a interminável série de sessões, reuniões e encontros, com discussão dos variados temas, abala a serenidade da maioria.

A quarta sessão exige disciplina e perseverança frente às dificuldades que os padres não europeus, principalmente, manifestam. Longa é a distância percorrida, tanto de suas casas como nas questões nascidas da redação e da aprovação dos esquemas. No entanto, a crescente apatia da maioria da assembleia preocupa¹⁰⁹.

Os peritos se destacam, promovendo a formação teológica dos bispos com conhecimentos específicos, a fim de que estejam em condições de tratar bem as questões fundamentais da vida da Igreja. São eles que compõem e emendam textos para dar-lhes rigor objetivo e torná-los aceitos.¹¹⁰

O Santo Ofício é o único órgão de então para formular juízo sobre problemas de doutrina e da correta interpretação dos documentos publicados no Concílio¹¹¹. Espera-se a criação de um órgão colegial para ajudar o Papa em seu ministério de ensinar e em sua maneira de responder aos problemas eclesiais – um sínodo dos bispos, de caráter representativo e autoridade efetiva. O Sínodo é o instrumento de continuidade do movimento conciliar, no estudo, no protagonismo episcopal do mundo todo, de proximidade com o Papa e referência em Roma.

3.2.2.3.

No sacerdócio ministerial

São poucas as reflexões sobre o presbítero, que são finalizadas em breves proposições e promulgadas em 7 de dezembro de 1965. Estas proposições concentram-se na natureza missionária do sacerdócio, na cooperação com os

¹⁰⁸ Cf. ALBERIGO (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. IV, p. 575-576.

¹⁰⁹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. V, p. 185.

¹¹⁰ Cf. *Idem*, p. 343.

¹¹¹ Cf. *Idem*, p. 17.

respectivos bispos e no melhor conhecimento e relacionamento com os leigos. O decreto *Presbyterorum Ordinis* oferece base para diretórios pastorais pós-conciliares e para o Novo Código de Direito Canônico. A perspectiva sobre a identidade do padre se modifica com o Concílio, deixando de ser simples executor de ordens da hierarquia.

A natureza do presbiterato encontra-se relacionada à missão da Igreja e integra os aspectos espiritual, pastoral e intelectual. Sua função não é restrita ao valor da disciplina e da piedade. Como pessoa, o presbítero tem características próprias e suas virtudes devem ser cultivadas. Sua formação deve ser permanente, tendo em vista a complexidade da vida social e a rapidez com que se produzem as trocas sociais e culturais. A redefinição da pessoa do padre e de sua função na sociedade envolve a dimensão sacramental em uma formulação escatológica - é o oferecimento de si para o chamado da Igreja.

Destaca-se a importância da pobreza para maior liberdade apostólica e como obrigação implícita no trabalho de evangelização, em uma Igreja pobre e dos pobres.

O sacerdócio encontra-se relacionado com a família, em sua importância para o fomento, o sustento e o apoio de vocações até a maturidade, quando ingressa no seminário.

O clero secular é especificado em algumas sessões em sua relação com a vida paroquial e com valor simbólico.

3.2.2.4. Na vida religiosa

A vida religiosa é discutida com prudência pelos bispos, pois compreendem que a vida contemplativa deve ser protegida de modo distinto e como vocação inspirada pelo Espírito Santo.

Uma preocupação do Concílio é a crise de obediência do religioso com seu respectivo superior, manifestando uma crise de autoridade, crescente e visível em diversas partes da Igreja. O debate concentra-se na capacidade dos superiores em propor uma obediência que seja idônea para uma pessoa adulta e madura. Outro ponto encontra-se na referência à pobreza de Cristo, em sua obediência e castidade.

Uma questão conflituosa é a admissão ao sacerdócio dos irmãos dedicados ao ensino, suscitando ativa participação dos maristas, principalmente dos italianos (cf. PC 10). “Os Irmãos das escolas cristãs e, em particular, Sauvage, questionavam a intercessão, porque esta parecia modificar o caráter estritamente laical da congregação.”¹¹²

3.2.2.5. Na missão

Inicialmente, a proposta para o termo missão inclui tanto a evangelização das áreas descristianizadas em países historicamente cristãos como o comprometimento geral da Igreja em todos os aspectos da história humana.

A discussão desenvolve-se a partir do esquema XIII. É o primeiro teste da Igreja em dialogar com o mundo a partir da aprendizagem em dialogar consigo. A questão desdobra-se e é o último documento aprovado e promulgado (a GS).

A terceira sessão desenvolve uma nova perspectiva de Igreja. Assim, discutir missão envolve a superação do colonialismo e do neocolonialismo, do enfrentamento da descolonização, da globalização dos problemas, da pobreza marginalizada e da estrutura excludente. Missão é identidade eclesial em ir ao encontro do mundo em diversos ambientes, para fomentar a comunhão e formar comunidade. As discussões aprofundam teologicamente a perspectiva missionária como *Missio Dei*, como participação na natureza trinitária de Deus. A união com não-católicos configura o caráter missionário.

Promulga-se o decreto *Ad Gentes* em 7 de dezembro de 1965. Nele, a compreensão ampla de missão é descrita como característica da identidade da própria Igreja. O decreto evita referência direta a aspectos territoriais, considerando categorias de pessoas as quais se dirige em mensagem e atividade da Igreja.¹¹³

3.2.3. Na Palavra

Para a Igreja, a importância da Palavra é histórica, herança recebida do povo hebreu. Pela Palavra, Deus cria o mundo, fala pelos profetas, encarna-se,

¹¹² ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. V, p. 182. (T. N.)

¹¹³ Cf. ALBERIGO (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. IV, p. 525-526.

permanece no mundo na Sagrada Escritura e através da expressão humana. A Palavra sustenta a caminhada. Pela Palavra, a pessoa é racional e consciente (cf. Gn 1).

“Uma palavra é um microcosmo da consciência humana”¹¹⁴, é elemento organizador de sua consciência, de coerência e coesão, de comunicação, de relacionamento entre os homens. A importância da Palavra torna-se referência para as palavras: anuncia a Palavra, comunica-se com o outro e com o Outro, dialoga com Deus. Palavra é operação própria do ser humano no silenciar-se no diálogo com Deus e para anunciá-lo.

Pela palavra, o ser humano participa da atividade criadora de Deus, dando nome às coisas, à própria criação (cf. Gn 2, 20): esquemas, comentários, constituições, declarações, documentos e diversos desenvolvimentos teológicos. O exercício de autoridade sobre o mundo através do domínio da palavra torna o ser humano plural, na necessidade de comunicar-se com o outro, ao outro. Pela palavra escrita começam as discussões conciliares e o pensamento eclesiológico é sistematizado.

Cada discussão e cada um dos 16 documentos conciliares são também exercício da palavra, trazendo a memória da palavra inicial do esquema, sua discussão, aprofundamento, conflitos e confrontos, acordos, concordâncias, superação de resistências e hesitações.

A “guarda da Palavra” e seu serviço é responsabilidade específica do magistério (cf. DV 10). Anunciador da Palavra, ensina-a através das palavras na celebração eucarística. Através do Povo de Deus, ensina a ler e a escrever nos bancos escolares. No acesso às palavras, a alfabetização acessa um novo mundo, o escrito. A palavra torna-se um acesso à Palavra e ao letramento, princípios organizativos do pensamento, da memória, da comunicação, em um processo permanente e norteador da aprendizagem do mundo e, através dele, de Deus. Anunciada, vivida, torna-se palavra escrita e memória que perpassa o tempo e transpõe espaços, produzindo história, orientando a leitura e a aquisição de conhecimentos.

Mestre da Igreja, a Palavra ensina-lhe quem é e constitui sua identidade. “O sagrado Concílio, magistério vivo da Igreja’, coloca-se sob a Palavra de Deus;

¹¹⁴VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. P. 132.

antes de tudo ele mesmo a escuta, depois anuncia”¹¹⁵. A responsabilidade em anunciar orienta a escuta e a escrita de esquemas, intervenções, reescrita, aprovando e promulgando os documentos.

Palavra é um Mestre exigente: rigor na precisão e na clareza dos conceitos, na sistematização, na organização e guarda dos registros para disponibilidade à consulta; que permanece estável através da escrita; que preocupa-se com a beleza e é sensível com os pobres e com todos; que aponta para o Terceiro Mundo, em situações específicas e mentalidades locais¹¹⁶.

Palavra que é comunicação na organização de uma agência de imprensa para garantir a palavra oficial, esvaziando conflitos de informação e direcionamentos indevidos; que exige proficiência linguística com o latim inicial; técnica e estilo redacional dos documentos; é caminho para apropriar-se do Concílio; e para garantir a sinceridade do debate autêntico. Comunicadora de si mesma, interpela a pessoa humana e aguarda uma resposta.

Palavra é ensino dos sinais dos tempos, em uma linguagem que concilia a necessidade da “precisão doutrinal com a preocupação pastoral, atenta à mentalidade do ser humano contemporâneo”¹¹⁷, enfatizando pontos diferentes em diversas posições teológicas e sendo critério de discernimento.

Palavra é conceito universal, é pastoral e é ecumênica, para a qual todos convergem, independente do credo. Em muitas mãos, é escrita pelos bispos e teólogos na unidade conciliar.

Palavra ensina gradativamente em quatro sessões através de instrumentos humanos: esquema, texto, manifestação episcopal e teológica, identificação de ausências e necessidades, aceitação por grupos diferentes e direcionados a grupos determinados. E é reconhecida na escrita do texto, lugar de encontro comum.

Palavra é exigência de definições, fluência na escrita, precisão jurídica, reestruturação das instituições curiais, registro histórico do cotidiano eclesial, permeando o trabalho em regras próprias e respondendo ao perfil de Igreja que aponta. Forma um episcopado maduro, superior às escolas teológicas.

¹¹⁵ ALBERIGO, G., Breve história do Concílio Vaticano II, p. 169.

¹¹⁶ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 148.

¹¹⁷ ALBERIGO, G.(org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 225.

Palavra mobiliza esforço pessoal de bispos, assessores, teólogos e envolvidos para peregrinarem no Concílio em sua linguagem eclesial, fomentando a consciência em agir em nome de, em agir para.

Palavra é respeito à unidade e às diferenças, às posições diversas que exigem (re) elaboração permanente para tornar-se compreensível a todos e criar relações eclesiais.

Palavra é presença do Espírito Santo, na reflexão e iluminação das votações, formando a identidade própria da Igreja e sustentando a orientação teológica e as proposições.

Palavra é o próprio Deus que se revela através das palavras do ser humano, convidando-o a ser seu arauto, tornando a pessoa portadora de autoridade que fala em seu nome como missionário e testemunha. É Cristo que vive na pessoa humana e através dela se manifesta ao mundo como expressão do divino no humano (cf. Gl 2, 20).

Palavra é norma autêntica de interpretação da tradição apostólica e da Escritura, autoridade infalível através do magistério¹¹⁸. É realidade linguística e profética, na qual a Palavra do Pai encarna-se no humano.

Palavra é escrita que valida uma prática, com organização sistemática, explicando a razão de ser da Igreja. Preservada nos mosteiros na Alta Idade Média, guardada e transmitida no percurso da história, fonte primária de pesquisa histórica e de memória; capacitadora do ser humano na racionalização e expressão de si, tornando-se inteligível ao outro.

Sua aprendizagem possibilita a leitura bíblica a todos os cristãos, em progressivo alcance a partir do acesso à alfabetização e à dinâmica da cultura que também é letrada, bem como na identificação do contexto dos símbolos da Igreja com os da Sagrada Escritura, fomentando a Verdade na cultura e na história.

2.3.1. No diálogo e na comunicação

O diálogo conciliar ensina a Igreja a dialogar consigo mesma e com o mundo, em processo de aprender a conviver. “A necessidade de exposição da doutrina católica em conformidade com os modos de pesquisa e formulação do

¹¹⁸ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, p. 214.

pensamento moderno, com as urgências de um magistério de cunho sobretudo pastoral”¹¹⁹, exige colaborações diversas, como dos especialistas em temas específicos que são desenvolvidos.

Quem inicia esse diálogo é o próprio Deus que, por seu Verbo, o Filho, no Espírito Santo, nos vem falar: Esse diálogo deve acontecer dentro da própria Igreja católica; deve acontecer com as outras Igrejas cristãs de boa vontade; deve acontecer com as outras religiões; e deve acontecer também com os que não têm fé.¹²⁰

Os ambientes envolvidos na pesquisa teológica e histórica se empenham em temas eclesiológicos, doutrinários e conciliares, como o historiador H. Jedin, que publica uma síntese dos Concílios ecumênicos em 1959. É o período em que se funda o Instituto bolonhês, com uma equipe internacional.

Dialogar é partilhar diferenças, conflitos e credo. Alguns teólogos como Rahner, Schillebeeckx e Congar, que tiveram suas produções questionadas pelo Santo Ofício, são membros de comissões e acompanhantes do episcopado. Ideias antes consideradas avançadas e divergentes amadurecem, inserindo-se nas reuniões e permeando as aulas conciliares. A perspectiva particular sobre um tema cede ao processo de mudança do Vaticano II. A dedicação ao serviço e a fidelidade à doutrina e à Igreja ajudam na superação de mágoas e resistências, transformando adversários em participantes da obra criativo-salvadora, na resposta a Deus através do protagonismo do Concílio.

O Vaticano II marca a aprendizagem do episcopado em protagonizar oportunidades: aulas conciliares, cafés nos corredores, reuniões e grupos de estudo. Aprende-se entre os bispos, com os teólogos, com a imprensa, com os leigos, com o Papa, com outras igrejas cristãs e com os não-cristãos. Aprende-se a conviver com muitas diferenças, como a língua, a cultura e a estrutura de pensamento, no exercício de busca do comum, do que aproxima e no desejo de consenso.

Na reflexão sobre os meios de comunicação, duas questões permeiam o diálogo conciliar: a questão em si, na capacidade que estes meios oferecem, e seu fim, o apostolado. Duas aprendizagens específicas e vinculadas, com a formação de um secretariado para a Imprensa e para a orientação dos fiéis. Neste período, o potencial dos meios de comunicação social se afirma, principalmente no rádio e

¹¹⁹ ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 332-333.

¹²⁰ Cardeal Aloísio Lorscheider, Arcebispo de Aparecida, in Gonçalves, Paulo Sérgio Lopes, Bombonato, Vera Ivanise (orgs.). Concílio Vaticano II: análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004. P. 6.

na televisão. É um desafio apropriar-se de seu funcionamento em processo de crescente e permanente atualização e avanço tecnológico.

A imprensa está presente no processo conciliar desde o anúncio feito por João XXIII, mobilizando a opinião pública e fazendo chegar a todos o que acontece em Roma. Pela importância do evento, logo forma-se uma rede internacional de informações, com profissionais de várias origens e de várias línguas¹²¹.

A Igreja identifica a capacidade inerente aos meios de comunicação e direcionando-os para o anúncio do evangelho e para a formação do discipulado. O fim pastoral promove seu uso, essencial ao ser humano contemporâneo.¹²²

As informações se acumulam em diversas áreas, como na política, na academia e nas relações ecumênicas. A imprensa apresenta-se como difusora. O Concílio torna-se uma experiência de colaboração internacional com as reuniões preparatórias e com o estudo entre e durante as sessões, inconcebível em um momento anterior. Pela dificuldade em lidar com a imprensa, cria-se um comitê oficial responsável pela divulgação do movimento conciliar. Muitos padres conciliares são influenciados em suas reflexões pelo divulgado através dos meios de comunicação.¹²³

No meio teológico, fundam-se revistas, como a *Concilium*, como um meio de instrumentalizar os bispos em sua relação tanto com os meios de comunicação como com a imprensa, além de difundir os estudos teológicos.

O laicato encontra-se dentro deste campo, principalmente os jovens. É evidente seu papel e o alcance de sua competência e experiência, bem como a oportunidade de cooperação entre católicos e não-católicos para a santificação da sociedade em seu conjunto. O intercâmbio acelera a troca de informações, promove a atividade comunicativa, permite que o público tenha acesso ao conhecimento e ao acontecimento, tornando o expectador presente e participante dos eventos.

O Concílio hesita em compreender o uso intencional destes meios para a formação da opinião pública, configurando-os em meios de comunicação de

¹²¹ Cf. MATTEI, R., O Concílio Vaticano II, p.232.

¹²² Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 251.

¹²³ Cf. Idem, p. 219; MATTEI, R., O Concílio Vaticano II, p. 231.

massa. A possibilidade de formar conceitos e práticas ideológicas diversas não é considerada.

A ida de Paulo VI à Terra Santa apresenta ao mundo o encontro com cristãos locais, a aproximação com judeus e muçulmanos, e com o patriarca ecumênico. Inúmeras são as implicações ecumênicas e inter-religiosas. No abraço entre o Papa e o Patriarca Atenágoras I, abrem-se possibilidades imprevisíveis: sem deixar sua própria identidade, a Igreja peregrina pelo encontro na oração, em um gesto que diz ao outro e a todos que ele é seu irmão. Seguem-se patriarcas ortodoxos, armênio e representantes de outras comunidades cristãs.

Em Nazaré, a importância da vida familiar e do mundo do trabalho convida o amor pelos pobres. Em Belém, Paulo VI saúda os homens de boa vontade, inclusive os que negam a Deus, dirigindo aos responsáveis pelos povos uma chamada à paz. A Igreja visita as primeiras comunidades, a Pedro, em missão de paternidade universal.¹²⁴

O diálogo torna-se a chave de um relacionamento viável mediante a superação de posições pessoais: Paulo VI pede perdão pelas ofensas históricas e perdoa as que a Igreja sofreu. São grandes os dramas do mundo e a Igreja deseja participar da solução dos conflitos. Assim, o Concílio torna-se referência de relacionamento numa perspectiva universal.¹²⁵

Em sua primeira encíclica, *Ecclesiam Suam*, Paulo VI centra o tema do diálogo como leitura universal da realidade e orientador do esquema XIII. A Igreja no mundo, *Lumen Gentium*, orienta a questão eclesiológica¹²⁶.

A Igreja quer enfrentar o desafio do diálogo com todos os homens, em denominações cristãs e não cristãs, com instituições internacionais, para desenvolver projetos de justiça social. Quer também aprofundar estudos sobre o ateísmo pessoal e não somente o relacionado ao Estado, superando o clima de oposição expresso pela Igreja do silêncio do Leste Europeu e dominada pelo Estado ateu. O objetivo é elevar a Igreja como uma instância de paz e de ajuda ao desenvolvimento integral do mundo, acima de confrontos.¹²⁷

Na intersessão 1962-1963, a Igreja intensifica os contatos com os regimes comunistas do Leste Europeu, para a libertação de Mons. Slipyi da Igreja

¹²⁴ Cf. ALBERIGO, G. (org.). Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 295.

¹²⁵ Cf. Idem, p. 229-230.

¹²⁶ Cf. Idem, p. 391.

¹²⁷ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 201-202.

ucraniana depois de 18 anos de detenção soviética. Movimento que a expõe a críticas internas.¹²⁸

Em 10 de outubro de 1965, Lercaro, que presidiria a aula de 14 de outubro dedicada às votações sobre a declaração *Nostra Aetate*, recebe apoio dos judeus através de um telegrama de Joseph Lichten. Este é membro da associação judia dos B'nai B'rith e envia o apoio em nome da conferência de presidentes das principais associações judias americanas. Os bispos africanos questionam sobre as religiões africanas tradicionais. Nas discussões, identifica-se a necessidade de sacerdotes e leigos bem formados para o diálogo ecumênico e inter-religioso. A Igreja precisa educar-se para a superação do eurocentrismo, do ocidentalismo e do (neo) colonialismo, considerando o contexto da Igreja local em suas diferentes culturas. Precisa também desenvolver uma linguagem eclesial que se insira no sistema de pensamento do mundo, tornando a Boa Nova acessível a todos.¹²⁹

O diálogo com a ciência e a ética, e entre a ciência e a transcendência, percorre as discussões. Formações específicas de auditores e temas interdisciplinares se desenvolvem. Discussões acadêmicas diversas e ambientes universitários buscam respostas para os dramas humanos e para o desenvolvimento de novas tecnologias. Campos do saber se conjugam para uma melhor e maior compreensão do ser humano e da realidade. As ciências profanas participam do diálogo, junto com a teologia protestante.

3.2.3.2.

No ecumenismo e no diálogo inter-religioso

Da primeira à última sessão, a presença de expoentes não-católicos aumenta de 78 para 83 participantes, de 22 para 24 representações. Acompanham as reuniões semanais com a secretaria para a unidade dos cristãos, comentam as novidades produzidas e estabelecem contatos habituais, oficiais e oficiosos com bispos e teólogos católicos - decorrência das discussões da LG. “Depois de séculos’ cristãos diversos falam-se como cristãos”¹³⁰.

Paulo VI pede perdão a Deus e aos irmãos cristãos pela parte dos católicos nas causas da separação e nas faltas contra a unidade, assumindo responsabilidade parcial sobre a separação. A divisão dos cristãos é um escândalo!¹³¹

¹²⁸ Cf. Idem, p. 505-506.

¹²⁹ Cf. MATTEI, R. de, O Concílio Vaticano II, p. 336.

¹³⁰ ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 40.

¹³¹ Cf. ALBERIGO, g. (org), Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 229-230.

O ecumenismo torna-se um ato interno da Igreja Católica, de como concebe a si em relação com as outras igrejas e como entende a unidade cristã. A busca de um pensamento que alcance a todos desenvolve pressupostos ecumênicos que percorrem os documentos, numa preocupação com a própria capacidade em estabelecer diálogo com as comunidades reformadas.

A proposta ecumênica cria uma dinâmica de diálogo e reconciliação e pressupõe o reconhecimento e o respeito pelo outro, confiança em sua boa-fé e capacidade de acolher e valorizar positivamente suas qualidades. O herege, o cismático torna-se o irmão que deve ser reencontrado.¹³²

Compreendida como Igreja latina, o diálogo religioso torna a Igreja universal, enfrentando a dificuldade da maioria dos bispos em entender sua originalidade, bem como a falta de clareza nos conceitos.¹³³

Os ideais democráticos influenciam a preocupação inter-religiosa. Novos tempos em novas exigências, que exigem diálogo, descentralização e universalização da cúria, numa ação pneumatológica.

As reflexões centralizam a Igreja Católica na iniciativa ecumênica e inter-religiosa, constituindo novas relações e expressando-as em segmentos e instituições: escolas, comunidades e sociedade.

Pelo diálogo, os problemas da família humana tornam-se responsabilidade de cada um e de todos, possibilitando o desenvolvimento de projetos e de temas comuns. Problemas universais precisam de organização internacional.

Aprova-se a declaração *Dignitatis Humanae* e o decreto *Ad Gentes* em 7 de dezembro de 1965, sendo promulgados no dia seguinte.

3.2.4. Na liberdade

O conceito de liberdade desenvolve-se com dificuldade. Sua reflexão é centrada em relação à autoridade civil, não em relação à autoridade eclesial. Deseja-se o reconhecimento da liberdade religiosa fundada no princípio da caridade, na liberdade absoluta do ato de fé como integrante do próprio conceito de pessoa humana. A dignidade é anterior à religião ou a qualquer outro aspecto da identidade.¹³⁴

¹³² ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. I, p. 396.

¹³³ MATTEI, R. de, O Concílio Vaticano II, p. 300.

¹³⁴ Cf. ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 263-264.

É direito natural da pessoa humana buscar a verdade na inviolabilidade de sua consciência, nas suas relações com os outros, na sociedade, na posição da Igreja, no exercício público de culto e nas relações entre Igreja e Estado. Esta posição norteará o pós-concílio, fundamentando a educação na liberdade. “A pessoa é o verdadeiro sujeito do direito e não uma verdade em abstrato”¹³⁵.

A memória do extermínio do povo judeu é recente e exige uma posição do Vaticano II. Ao assumir a responsabilidade pelo mundo, a Igreja assume também o relacionamento com os judeus.¹³⁶

A aprovação da constituição apostólica *Lumen Gentium* e do decreto *Unitatis Redintegratio* é o passo decisivo para esta nova compreensão. Ambos os documentos iluminam as relações da Igreja com o mundo, inquietando a muitos. Como outros temas, a discussão sobre a liberdade exige tempo dos bispos para refletirem e aprofundarem. A necessidade de dar o primeiro passo é suprida por Paulo VI em sua ida à Jerusalém, convocando a todos a

... ver claramente a continuidade do ensinamento do Magistério nesta matéria. Que evitara o perigo ocasionado pela afirmação do caráter laico que o Estado possuía por princípio; que se reconsiderava na declaração o problema do direito objetivo ao reconhecimento da verdadeira religião na vida civil; e, finalmente, que se determina o nível de autoridade do documento.¹³⁷

O Concílio compreende que o poder civil não tem competência no juízo sobre o evangelho e sua interpretação. Assim, a liberdade civil direciona o debate em relação à religião, a liberdade moral e a liberdade de consciência. O objeto da liberdade civil é limitado à liberdade externa e jurídica, que impede que um poder humano constranja alguém a atuar contra sua consciência em matéria religiosa¹³⁸. Este caminho demanda uma declaração sobre o reconhecimento da liberdade religiosa pela Igreja, sendo baseada na dignidade da pessoa humana e na revelação. Deste modo, expressa-se a liberdade religiosa a partir de argumentos racionais e considerando-a à luz da revelação divina – a declaração *Dignitatis Humanae* (DH).

A verdadeira liberdade religiosa considera a distinção das esferas da religião e do poder público¹³⁹. Os valores, a fé e a crença precisam conviver com outros

¹³⁵ ALBERIGO, G. (org.), História do Concílio Vaticano II, v. II, p. 286-287.

¹³⁶ Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 243-244.

¹³⁷ ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. V, p. 114. (T. N.)

¹³⁸ Cf. Idem, p. 72.

¹³⁹ Cf. MOURA, Paulo Hamurabi Ferreira. A religião e o Estado laico no Brasil. Rio de Janeiro: ESG, 2014. P. 33.

valores e com outras crenças, sem que se busque assumir posições políticas que tenham a religião como instrumento de acesso ao poder.

O cardeal Rossi, de São Paulo, expõe as consequências pastorais da afirmação do direito à liberdade religiosa, entre elas a da educação dos fiéis em sua fé e a da formação da consciência dos cristãos.¹⁴⁰

Promulgada em 7 de dezembro de 1965, a DH conclui que o conceito moderno de liberdade religiosa está em consonância com o evangelho, ainda que não seja de modo explícito. E perpassa os princípios doutrinários sobre as relações entre a Igreja e o Estado.¹⁴¹

3.2.5. Na relação com o mundo (GS)

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS) é o documento que finaliza o Concílio. A GS colhe o amadurecimento dos temas, o cansaço e o crescimento dos bispos, e a leitura dos acontecimentos históricos de então.

No diálogo entre a Igreja e as pessoas, a GS apresenta-a como servidora, preocupada com as realidades humanas (cf. GS 42.45) e inserindo-se na dinâmica do mundo com a identidade evangélica. “Por isso, o ser humano será o fulcro de toda a nossa exposição: o ser humano uno e integral: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS 3).

A igualdade fundamental entre todos os homens deve ser cada vez mais reconhecida uma vez que, dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, todos têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino divinos. (GS 29)

É urgente o esforço em renovar o espírito e as formas de testemunho da Igreja e sua presença na história (cf. GS 52-53). Associada a Pentecostes, a ação do Espírito Santo na Igreja é identificada em primeiro plano e o Concílio precisa

... frisar, em linguagem tipicamente cristã, a eclesialidade da atual conjuntura histórica, as perspectivas extraordinárias que ela abria e a necessidade da Igreja enfrentá-la renovando-se em grande profundidade, a fim de poder se apresentar ao mundo e apontar aos homens a mensagem evangélica com a força e a imediatez ocorridas no Pentecostes das origens. (GS 57-58)

O clamor do Terceiro Mundo apresenta a Igreja na vanguarda com a preocupação com o pobre e com os problemas do mundo, oferecendo um critério

¹⁴⁰ Cf. Idem, p. 97-98.

¹⁴¹ Cf. Idem, p. 75.

para movimentos sociais e inserindo o clero na defesa de grupos minoritários em situação de marginalização social. O Concílio deseja enfrentar os dramas históricos e os desafios contemporâneos. Assim, pode fomentar relacionamentos fraternos, assumindo a pastoral como característica essencial de credibilidade da Igreja.

Portanto, o Vaticano II defende que as sociedades devem assumir a responsabilidade em usar seus recursos materiais e humanos para superar a situação de pobreza. Devem enfrentar a fome, as enfermidades, o analfabetismo, a falta de condições de vida adequadas, os delitos, os pecados e, finalmente, a morte. Para tal, os bispos convocam a participação de todos os católicos na criação de obras pastorais e na atuação na estrutura social, indicando que a “índole comunitária aperfeiçoa-se e completa-se com a obra de Jesus Cristo” (GS 32).¹⁴²

O cristão, então, através de sua ação, promove realidades comuns e santifica os relacionamentos sociais. Começando pelos laços familiares, as relações tornam-se fonte da vida social pela fraternidade. O Concílio desenvolve uma nova antropologia, em que a história manifesta a onipresença Deus, implícita e atuante através dos seus¹⁴³.

Neste contexto surgem novos problemas e novas áreas de conhecimento, exigindo estudos dos teólogos para a atividade pastoral. Pela colaboração entre as novas ciências e a doutrina cristã, é possível aprofundar a fé na formação do clero, dos religiosos e dos leigos (cf. GS 63).

A educação básica é compreendida como difusora de cultura. Sendo condição necessária ao progresso, supera-se a desigualdade social pelo processo educativo, em um mecanismo mais justo de distribuição dos recursos sócio-culturais. A universidade católica atua como instrumento para vencer as resistências entre Igreja e cultura, unindo os saberes de diferentes áreas do conhecimento, sendo o Instituto de Teologia o espaço privilegiado de síntese desta relação. O acesso aos estudos superiores é condição de ascensão social, promovendo o acesso ao direito à cultura e ao dever com o bem comum. A educação, então, torna-se campo para o processo de transformação social e mudança de significação de vida. “Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem

¹⁴² Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. IV, p. 355-356.

¹⁴³ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *História do Concílio Vaticano II*, v. II, p. 94.

estender-se efetivamente a todos” (GS 9). Pela difusão dos Direitos Humanos, a sociedade acredita que a educação, podendo

... libertar muitos homens da miséria da ignorância, é dever muito próprio do nosso tempo, principalmente para os cristãos, trabalhar energeticamente para que... se estabeleçam os princípios fundamentais segundo os quais se reconheça e se atue em toda a parte efetivamente o direito de todos à cultura correspondente à dignidade humana, sem discriminação de raças, sexo, nação, religião ou situação social. Pelo que a todos se deve procurar suficiente abundância de bens culturais, sobretudo daqueles que constituem a chamada educação de base, a fim de que muitos, por causa do analfabetismo e da privação de uma atividade responsável, não se vejam impedidos de contribuir para o bem comum de modo verdadeiramente humano. (GS 60)

O processo educativo é abrangente: iniciado na família, envolve o acesso e a universalização dos bens culturais, a educação desportiva, o diálogo fraterno e a investigação científica, promovendo o equilíbrio psíquico (cf. GS 61). O Concílio compreende os bens culturais como reveladores do valor espiritual e da esperança de eternidade, valorizando a influência dos santos. Uma cultura e uma pedagogia novas se desenvolvem: ao lado dos bispos doutores e homens espirituais, os leigos devem entender de teologia¹⁴⁴. É a conciliação entre a cultura humana e o ensino cristão através do processo de educação para uma cultura integral.

Neste período, a preocupação com a cultura para a mudança social não se restringe ao campo eclesial. Yuri Zhukov, presidente russo da comissão estatal para as relações culturais com o exterior, anuncia esta inserção como nova forma de promover “a luta eficaz contra a religião e o ateísmo militante”¹⁴⁵. Gramsci e Foucault, entre outros, desenvolvem sua atividade intelectual na transformação social pela cultura. Morin, através da filosofia da ciência, aprofunda as relações entre o todo e a parte. O Concílio, na GS 20, identifica ações de ataque violento à religião pelos ateus, tendo a educação da juventude como estratégia política e cultural. “Podemos legitimamente pensar que o destino futuro da humanidade está nas mãos daqueles que souberem dar às gerações vindouras razões de viver e de esperar” (GS 31). O progresso projeta uma nova realidade: a cultura de massa e a civilização do ócio.

Realizando uma leitura positiva da realidade, a GS coloca-se acima das tendências teológicas na explicitação da verdade cristã: Cristo, através da Igreja, se encarna na história e traz o Reino. Assim, identificam-se novas necessidades

¹⁴⁴ Cf. MATTEI, Roberto de, O Concílio Vaticano II, p. 347.

¹⁴⁵ Cf. Idem, p. 145-146.

eclesiais, precisando de grupos pós-conciliares para desenvolver ações pastorais precisas.

Os conflitos internacionais intensificam-se, como os EUA no sudoeste asiático. Todos esperam o pronunciamento de Paulo VI na ONU. Na responsabilidade assumida com o mundo, a Igreja fala em nome dos que não podem falar, em uma consciência que se desenvolve nas discussões, que culmina no esquema XIII.¹⁴⁶

Com a participação de peritos especializados, as subcomissões para o esquema XIII se reúnem pela primeira vez em fevereiro de 1964. Composto de partes doutrinárias e de partes pastorais, o esquema não satisfaz, precisando melhorar e especificar sobre as missões. Um desenvolvimento minucioso é realizado com imagens bíblicas, com a Igreja como Corpo de Cristo, que subsiste na Igreja católica.

Espera-se uma maior inteligibilidade da fé através de uma teologia e uma espiritualidade bíblicas inseridas no mundo dessacralizado. O caminho é uma participação maior dos leigos, um maior reconhecimento dos valores positivos nas outras igrejas cristãs, o diálogo eficaz com a sociedade e a reforma do governo central da Igreja.¹⁴⁷

Para o diálogo com todos, a forma de expressão precisa ser viva, dinâmica, sensível e centrada no evangelho. Na introdução, a GS apresenta a compreensão do ser humano perante o mundo moderno (cf. GS 4-10). Assim, sair em missão e pôr-se a serviço envolve a preocupação com o estilo, com a linguagem e com os destinatários.¹⁴⁸

Pelo mistério da encarnação, a Igreja é intimamente associada com o que é humano, com todas as pessoas e com as culturas. Coroada pela escatologia e pela cristologia, a GS expõe a ética fundamental na primeira parte. Na segunda parte, aplica a ética concreta no enfrentamento dos problemas mais urgentes e essenciais, como as dimensões do ser humano e da comunidade eclesial. A Igreja se humaniza santificando a humanidade, vivendo o mistério da encarnação, paixão, morte e ressurreição.

A Igreja, por sua parte, acredita que Jesus Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes oferece pelo Espírito Santo a luz e a força para poderem

¹⁴⁶ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. V, p. 355-356.

¹⁴⁷ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. IV, p. 20.

¹⁴⁸ Cf. *Idem*, p. 263.

corresponder à sua altíssima vocação e que não lhes foi dado, sob o céu outro nome, no qual podem ser salvos. Acredita também que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram no seu Senhor e Mestre. E afirma, além disso, que, subjacentes a todas as transformações, há muitas coisas que não mudam, cujo último fundamento é Cristo, o mesmo ontem, hoje e sempre. Quer, portanto, o Concílio, à luz de Cristo, imagem de Deus invisível e primogênito entre todas as criaturas, dirigir-se a todos, para iluminar o mistério do homem e cooperar na solução das principais questões do nosso tempo. (GS 10)

A “*Gaudium et Spes* introduz novo paradigma antropológico como fundamento a novo paradigma ético”¹⁴⁹, em que a pessoa humana em sua dignidade é chamada a realizar no mundo. Em missão, a Igreja “estimula e ajuda a cultura humana, e com a sua atividade, incluindo a liturgia, educa o ser humano à liberdade interior” (GS 58).

A natureza social do homem torna claro que o aperfeiçoamento da pessoa humana e o desenvolvimento da própria sociedade estão em mútua dependência. Com efeito, a pessoa humana, uma vez que, por sua natureza, necessita absolutamente da vida social, é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais. (GS 25)

A família e a sociedade política correspondem à sua natureza primeira. Assim, a Igreja oferece ao ser humano o sentido de sua existência (cf. GS 41).

A Igreja da *Gaudium et Spes* é, ao mesmo tempo, circular e aberta. Circular, no que concerne à organização interna e à tomada de decisões, onde todos somos irmãos e irmãs, sem distinção de raça, cor, sexo, nação, classe etc, mesmo exercendo papéis diferenciados. E aberta, na medida em que, pelo Batismo, todo cristão é chamado a ser missionário, a propagar e viver a Boa-Nova de Jesus Cristo onde quer que se encontre. Igreja como Povo de Deus por um lado, e Igreja a caminho, por outro.¹⁵⁰

Como fruto do pentecostes, a Igreja é unidade de todo o Povo de Deus, sendo farol que ilumina o caminho. Presença consorte, animadora e transformadora de um povo sacerdotal, participa do sacerdócio real de Cristo, do qual recebe a eucaristia, força para a viagem rumo à casa do Pai.

Em 7 de dezembro de 1965 é aprovada a Constituição *Gaudium et Spes*, sendo promulgada no dia seguinte, 8 de dezembro, na celebração da Imaculada Conceição, encerrando o Concílio.

¹⁴⁹ JOSAPHAT, Carlos. Vaticano II: a Igreja aposta no Amor Universal. São Paulo: Paulinas, 2013. P. 131.

¹⁵⁰ LOPES, Geraldo. *Gaudium et Spes*: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011. P. 16-17.

3.2.6. Com Maria

Depois de muitas discussões, o esquema *De Beata* é incluído como o oitavo capítulo da *Lumen Gentium*, equilibrando tendências minimalistas e tendências maximalistas.

Maria é um tipo da Igreja ou, como Cantalamessa traduz¹⁵¹, espelho do cristão. Por ela, temos a compreensão da mediação, dos que historicamente tornam-se mediadores entre os homens e Deus, de Jesus ao Pai, de Maria ao Filho, da comunhão dos santos, da importância da própria instituição, da vida de comunidade, do homem e da mulher como cooperadores da graça e da presença de Deus no mundo. Na educação, tantos fazem a mediação entre o conhecimento e nós, família, professores, amigos.

A discussão do título “Mãe da Igreja”, formulada no debate do *De Ecclesia*, prolonga-se. O argumento está centrado no alcance ecumênico e em como situar a mariologia frente à eclesiologia. Ou seja, a reflexão mariana envolve a Igreja como um todo, ainda que se tenha dificuldade em expressá-la devido à resistência de muitos e à insistência de outros, exigindo maturidade conciliar de todos. É preciso distância para poder identificar a linha comum que perpassa as posições que muitas vezes se contrapõem.

A discussão sobre os religiosos traz à discussão a vocação à santidade e a profissão dos conselhos evangélicos. Cristo é a perspectiva central, em seu Corpo Místico.

Paulo VI, no fechamento da segunda sessão, declara Maria como Mãe da Igreja, finalizando a discussão. Alegria, surpresa e indignação são silenciados pela aclamação da maioria do episcopado. A questão agora está em integrar o título e seu significado. A temida reação dos representantes de outras igrejas é de tranquilidade.¹⁵²

Reflete-se a atuação de Maria na economia da salvação a partir da cristologia. Situando-a no mistério de Cristo e da Igreja, é participante da obra salvífica. Através de Maria, a fé apresenta-se como uma resposta objetiva à interpelação de Deus. A pessoa responde na confiança de quem a interpela e não

¹⁵¹ CANTALAMESSA, Raniero. Maria, um espelho para a Igreja. Aparecida: Santuário, 1992.

¹⁵² Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. IV, p. 410; MATTEI, R. de, O Concílio Vaticano II, p. 379.

nas qualidades pessoais ou nas possíveis consequências da resposta. Manifesta-se a tensão entre a vontade de Deus e a vontade livre de homens e mulheres.

Portanto, Maria participa da reflexão ecumênica, da chamada igual e universal à santidade a partir da identidade com o mistério da vida de Cristo. É uma questão anterior à separação, cismas e confissões religiosas.

A atenção renovada à antropologia oferece nova expressão da liberdade na cooperação do ser humano com Deus¹⁵³. Em Maria, o homem e a mulher criados à imagem de Deus e significados a partir do plano divino da salvação têm a resposta para o acolhimento no coração de uma vida ao lado do Filho. Maria é a educadora por excelência, do ficar em pé perante a cruz à ressurreição, da participação em pentecostes às primeiras comunidades, do ensinar sobre Jesus Cristo da encarnação à eternidade.

3.3. Conclusão

Nos pontos identificados neste capítulo podemos compreender como a Igreja desenvolve sua consciência educativa enquanto um processo vivido na tensão entre o que é e sua relação com o mundo.

O episcopado tem questões em aberto e conflitos mundiais sem proporção anterior a enfrentar, o que lhes exige respostas pontuais como referências para as situações que se desenvolvem: o progresso moral não mantém o ritmo do progresso material, provocando deliberada independência de Deus.

A Igreja é convocada para um encontro em Roma. Situações diversas mobilizam ações diplomáticas para reunir o máximo de representantes eclesiais. Diferentes instâncias são consultadas sobre os assuntos a discutir. O convite estende-se às igrejas separadas. O diálogo é a aprendizagem primeira, permanece durante e depois de todo o trajeto, e é imprescindível para mobilizar todos os demais processos

Na Igreja reunida em Roma é preciso reconhecer-se no outro, sendo este tão diverso quanto a cultura, a língua, a estrutura eclesial e a confissão religiosa. E o Concílio faz-se memória no estudo dos concílios anteriores e na história da Igreja

¹⁵³ Cf. CONGRAGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. A Virgem Maria na formação intelectual e espiritual. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19880325_vergine-maria_po.html. Acesso em: 12/01/2016. N. 15.

no mundo. A diversidade e a unidade são dois aspectos da identidade eclesial e são aprendidas juntas. Na comunhão eucarística, vive-se o mistério na formação da comunidade e do sentido da família humana. A rede de relações que se tece encaminha as decisões durante e no pós-concílio.

A Igreja constitui sua identidade nas dificuldades enfrentadas no contexto em que se insere, em sua preocupação com o mundo. E esta identidade é compreendida como missionária e como serviço, aspectos pelos quais a Igreja assume a humanidade e santifica-se.

O Vaticano II faz-se escola. Na atuação do episcopado destaca-se o protagonismo eclesial no estudo de esquemas e temas, na escrita de textos e documentos e no repensar o agir pastoral. Os documentos trazem em si a expressão das batalhas travadas e o esforço perseverante das comissões e das intervenções para expressarem-se como Igreja. Percorre-se o árduo caminho do rigor teológico, da objetividade da linguagem e da fidelidade à Igreja. Aprendizagem que requer disciplina, perseverança e tolerância. Aqui está a beleza de como, a partir das especificidades pessoais, das tensões, da leitura da realidade e de diferentes escolas teológicas, a Igreja se faz nova, rica, diversa e una. A Igreja faz-se dom.

As posições divergentes do episcopado permitem perceber que muitos pontos da doutrina não são suficientemente claros frente aos desafios de então. É necessário rever os argumentos doutrinários e aprender o evangelho encarnado na história, na qual os bispos assumem a função de magistério. O contexto histórico é configurado como desafio permanente.

Através da descoberta mútua dos participantes e a consequente formação de rede de relações fraternas, a Igreja muda seu estilo, em uma nova qualidade da vida eclesial. De somente bispos diocesanos tornam-se um episcopado de comunhão, assumindo um magistério colegiado.

Temas transversais se entrelaçam na rede conciliar e exigem formação permanente. A dimensão pastoral oferece a síntese e a renovação que se deseja¹⁵⁴. Um documento ou um tema só é compreendido no conjunto do Concílio.

Peritos de diversas escolas teológicas atuam na formação de comissões por tema e auxiliam os bispos. Vários oradores procedem do mundo das

¹⁵⁴ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. IV, p. 331.

universidades¹⁵⁵, relacionando a Igreja com a ciência. O leigo é integrado ao processo e sua atuação precisa ser melhor compreendida.

O trabalho cansativo e tenso de elaboração da doutrina em uma leitura atualizada valoriza o valor da palavra no registro histórico. Palavra que imprime a história.

A constituição *Gaudium et Spes* finaliza o Concílio e a consciência de sua incompletude numa Igreja que continua sua caminhada. Após o Vaticano II, toda controvérsia eclesial encontra-se estreitamente ligada às suas afirmações¹⁵⁶.

Comum a nova eclesiologia, o retorno do episcopado ao cotidiano manifesta estruturas mentais anteriores. É necessário realizar o Concílio em cada Igreja particular, formar uma nova mentalidade e desenvolver uma compreensão em relação com o mundo.

Na necessidade de uma atualização jurídica e de uma nova prática, continua-se o trabalho na elaboração de Novo Código de Direito Canônico e do Novo Catecismo, além de publicações específicas.

No pós-concílio, o papel do episcopado é espelho da tensão do ser humano em conflito consigo mesmo. Sua crescente maturidade é vivida através do protagonismo das questões relativas ao Terceiro Mundo, da preocupação com eclesiologia, do serviço da Igreja, sendo convocado a participar do governo eclesial na atuação pessoal nas dioceses, nas respectivas conferências e em sínodos. Em sua atuação cotidiana, os fiéis são chamados a desenvolver papel ativo e criativo na realização das decisões conciliares.

Não há como mensurar o impacto do Vaticano II na Igreja e no mundo. O Concílio envolve todo o catolicismo e outras comunidades cristãs, e imprime novo ritmo na peregrinação terrestre. Hoje, meio século depois, vive-se a Igreja em uma nova dimensão, que quer ser colegiada. O estado de concílio permanece nas exigências que traz, na configuração em uma nova eclesiologia, no agir eclesial frente ao novo tempo histórico, em uma permanente mudança.

Nestes cinquenta anos, no entanto, o desenvolvimento pós-conciliar é lento e conflituoso. A Igreja aprende em seus membros a ser ecumênica, laica, missionária e educadora. Como um processo de ser cristão em peregrinação, a Igreja realiza-se pela vivência da esperança, em que o próprio Cristo é o alimento

¹⁵⁵ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. V, p. 161.

¹⁵⁶ Cf. ALBERIGO, G., *Breve história do Concílio Vaticano II*, p. 179.

desta caminhada e ponto de chegada. Processo que é eclesial e é de identidade pessoal, integrante de um projeto maior, do Corpo de Cristo.

4

A Igreja Ensina: o gravíssimo dever da educação cristã

Este capítulo tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento da consciência educativa da Igreja durante o Concílio Vaticano II. Neste acompanhamento buscaremos descrever a superação do limite da instituição educativa para a educação como um processo de formação humana integral na perspectiva teológico-antropológica conciliar. No diálogo Igreja-mundo, os bispos sistematizam esta concepção no primeiro documento do magistério sobre educação, a declaração *Gravissimum Educationis* (GE), com o objetivo em promover uma reflexão urgente sobre a formação da pessoa humana.

A instituição escolar é o espaço privilegiado deste agir pastoral. Gerações se formam na escola católica e pela ação do leigo nas escolas não-católicas. A partir da tradição de encarnar-se na cultura e inserir-se na história, o Concílio compreende a educação como magistério a serviço do ser humano de todos os tempos, imprescindível frente às necessidades de hoje.

A Igreja, então, deseja sustentar o diálogo com a sociedade a partir da memória do humanismo cristão, defendendo a plenitude humana através da educação integral, que considera a dimensão transcendente no mundo. A pessoa é o centro antropológico-teológico e, portanto, direção de todo serviço eclesial e de qualquer regime político que se constitua a partir do bem comum.

O Concílio, portanto, afirma a primazia familiar no processo educativo e questiona as condições do mundo secularizado em que, em referência a um Estado laico, questiona-se a presença da religião na esfera pública.

A GE não define conceitos já expressos em outros documentos. Assim, sua preocupação encontra-se diretamente relacionada ao processo educativo, principalmente quanto aos seus responsáveis.

4.1.

O caminho da GE no Concílio

A Comissão Preparatória para os Estudos e Seminário é formada a partir da responsabilidade eclesial pelas escolas católicas e estudos universitários, bem como dos seminários, na continuidade formativa da educação católica.

A redação do primeiro esquema para o Concílio data de março de 1962, tem 7 capítulos e centra-se na escola católica¹⁵⁷. Em junho de 1962, a Comissão Central Preparatória apresenta observações ao esquema, levando à aprovação de uma nova versão pela Subcomissão Central de Emendas¹⁵⁸. A educação não se encontra no primeiro grupo de textos apresentado aos padres conciliares, nem é discutida na primeira sessão.

Em dezembro de 1962, a Comissão Conciliar, que substitui a Comissão Preparatória, recebe uma nova versão (segunda redação) do texto sobre escolas católicas.¹⁵⁹

Em janeiro de 1963, a Comissão Coordenadora abrevia o esquema e o organiza conforme o Código de Direito Canônico. Harmonizam-se princípios doutrinários com normas pastorais através de instruções (terceira redação)¹⁶⁰. Nesta intersessão, o esquema torna-se proposições.

Em março de 1963, Confalonieri, presidente da Subcomissão Central de Emendas, reconhece o atendimento das recomendações, mas questiona o tom polêmico para aceitação pastoral. O esquema precisa ser refeito.¹⁶¹

Entre abril e maio de 1963, vários esquemas são enviados aos padres conciliares, entre eles, o *De Scholis Catholicis*, com instruções que destacam o direito e o dever da Igreja em relação à educação (quarta redação)¹⁶². O projeto faz-se em três partes: “1) os direitos fundamentais da pessoa, da família, do Estado e da Igreja, 2) a escola em geral e a escola católica em particular, e 3) a importância atribuída às universidades católicas”¹⁶³. Desataca-se uma mudança de perspectiva em relação à primeira redação do esquema de março de 1962, tendo os direitos fundamentais como norteadores. Inicia-se o rompimento da compreensão da educação limitada à instituição confessional católica.

O Papa Paulo VI assume o Pontificado e marca a segunda sessão para 29 de setembro. Em agosto de 1963, a Comissão Coordenadora fixa os esquemas a serem discutidos – o da escola católica está ausente. Uma quinta redação do

¹⁵⁷ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). História do Concílio Vaticano II: a formação da consciência conciliar. O primeiro período e a primeira intersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963). Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 442.

¹⁵⁸ Cf. Idem.

¹⁵⁹ Cf. Idem.

¹⁶⁰ Cf. Idem.

¹⁶¹ Cf. Idem, p. 442-443.

¹⁶² Cf. Idem, p. 436-437.

¹⁶³ Idem, p. 442.

esquema começa a ser elaborada e é terminando no início da intersessão seguinte.¹⁶⁴

Entre 17 e 19 de novembro de 1963 é apresentado outro projeto sobre a educação cristã (sexta redação). “A assembleia via-se prisioneira pelas pressões da minoria: os bispos provenientes das ordens religiosas ou aqueles empenhados na gestão de escolas católicas”¹⁶⁵.

Na segunda intersessão, no processo de redação do esquema XVII (que torna-se o esquema XIII e é finalizado com a *Gaudium et Spes*), a Comissão¹⁶⁶ consulta os leigos e elabora uma proposta parcialmente diferente para este esquema. Sendo menos teológica e menos dedutiva, mais psicológica e mais pedagógica, o enfoque das discussões assume uma perspectiva eclesiológica.¹⁶⁷

Em 23 de janeiro de 1964, a Comissão de Coordenação anuncia que o esquema *De Scholis Catholicis* deve ser reduzido e pede à respectiva comissão que o transforme em votos (aceita-se o esquema ou devolve-o à comissão correspondente para revisão antes da votação final), destacando a importância da educação e da escola católica.¹⁶⁸

Em 3 de março de 1964, a Subcomissão reúne-se em plenária para discutir o *De Scholis Catholicis* e, em vez do voto pedido, apresenta um texto com dezessete proposições (sétima redação).¹⁶⁹

Em 10 de março de 1964, em nova fase da intersessão e a partir do projeto do cardeal Döfner para o terceiro período¹⁷⁰, propõe-se a reelaboração de alguns esquemas em proposições, simplificando e abreviando-as, sem afetar seu conteúdo. O *De Scholis Chatolicis* está entre os textos em proposições.¹⁷¹

¹⁶⁴ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). Historia del Concilio Vaticano II: el concilio maduro. El segundo período y ala segunda intersesión (septiembre 1963 – septiembre 1964). Vol. III. Sígueme-Peeters: Salamanda, 2006. P. 339-340.

¹⁶⁵ ALBERIGO, Giuseppe (org.). Breve História do Concílio Vaticano II: memória e esperança para os tempos atuais. Aparecida: Santuário, 2006. P. 133-134.

¹⁶⁶ Comissão Preparatória para os Estudos e Seminários, somente identificada como Comissão a partir deste ponto.

¹⁶⁷ Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 344-349.

¹⁶⁸ Cf. Idem, p. 339-340.

¹⁶⁹ Cf. Idem.

¹⁷⁰ Cf. MATTEI, Roberto de. O Concílio Vaticano II. Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013.

¹⁷¹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. III, p. 355-356.

Em 16 e 17 de abril de 1964, em votação preliminar, aprova-se o esquema *De Scholasticis Catholicis* para ser examinado na terceira sessão. Aprova-se também sua impressão e seu envio aos padres conciliares.¹⁷²

Em 11 de maio de 1964, comunica-se aos padres o envio dos textos, entre eles o *De Scholis Catholicis*.¹⁷³

Na terceira sessão, na véspera da apresentação, a Comissão aprova a troca do título pela nova perspectiva do esquema: “Sobre as Escolas Católicas” para “Sobre a Educação Cristã”¹⁷⁴.

Em 19 de novembro de 1964, o esquema é distribuído acompanhado de um informe. Este justifica a mudança de instituição escolar para a educação cristã e expõe os caminhos que o mundo contemporâneo apresenta à Igreja no campo educativo. O texto (sétima redação) é ampliado em três páginas: uma introdução, que propõe uma comissão pós-conciliar, onze seções breves e a conclusão. A estrutura contempla os fins da educação cristã (n. 1); a colaboração da Igreja no trabalho educativo (n. 2); os meios de que a Igreja utiliza para realização (n. 3); a concepção católica de escola e a recusa do monopólio estatal (nn. 4-6); as escolas católicas (nn. 7-8); as universidades católicas (nn. 9-10); e a coordenação entre as instituições católicas (nn. 7-8).¹⁷⁵

Os bispos americanos Spellman, Ritter e Cody destacam a diversidade dos contextos em diversas partes do mundo, sendo necessária uma comissão pós-conciliar e autoridade das Conferências Episcopais para desenvolvimento. Os bispos franceses Elchinger e Gouyon pedem revisão radical do conteúdo do esquema a partir do laicato, do ecumenismo e da liberdade religiosa, questionando o conceito da educação cristã, que não deveria converter-se em educação das dimensões da fé¹⁷⁶. Seguem-se intervenções que destacam o isolamento das escolas católicas, a necessidade de assessoramento de pedagogos e especialistas devido aos progressos científicos, a ausência do contexto de missão, a atuação do Estado, o direito da Igreja em fundar e manter escolas para a educação cristã (defesa indispensável contra a descristianização), o direito da família (direito à

¹⁷² Cf. Idem, p. 356-358.

¹⁷³ Cf. Idem, p. 358-359.

¹⁷⁴ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). Historia del Concilio Vaticano II: um concilio de transición. El cuarto período y la conclusión del concilio (septiembre – diciembre 1965). Vol. V. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2008. P. 191.

¹⁷⁵ Cf. Idem, p. 191-192.

¹⁷⁶ Cf. Idem, p. 192.

fundação de escolas católicas e obrigação do Estado frente a estas), a importância das escolas na defesa da fé e na edificação de uma sociedade cristã, a distinção entre Estado e sociedade civil, a aceitação da liberdade da educação (diretamente relacionado à liberdade religiosa), a deficiência na relação entre a educação e a finalidade pastoral do Concílio, a fundamentação teológica e bíblica, a relação com o poder público a partir do bem comum, os docentes como referência para o nível das escolas católicas; sobre a segunda parte, das universidades católicas, a ausência de referência à liberdade científica no campo das ciências sagradas e a relativização do pensamento tomista¹⁷⁷.

Aprova-se o esquema sobre a educação cristã pela Assembleia, com 419 votos negativos entre os 1879 votantes, impossibilitando alterações do texto pela sua Comissão, exceto a partir de emendas propostas¹⁷⁸. Estas devem ater-se às intervenções na aula ou às apresentadas por escrito. As reações ao esquema são mais homogêneas em relação à totalidade do texto, com número sensivelmente superior de votos de *non placet* (não aceito) nas quatro votações, mas com menos votos *iuxta modum* (aceito com reservas). Sobre estes últimos, são numerosos somente para as proposições 4-6 que destacam os direitos dos progenitores, a colaboração dos fiéis com as instituições educativas públicas e o cuidado com a educação moral e religiosa.¹⁷⁹

Entre fins de novembro de 1964 e começo de janeiro de 1965, a secretaria da Comissão organiza as intervenções sobre os esquemas e da série dos 671 *modi* apresentados. O esquema *De Educatione Christiana* é definido para ser votado unicamente como *expensio modorum*¹⁸⁰. Membros e consultores da Comissão são convidados a fazerem observações também na revisão. Duas comissões de peritos são responsáveis pelo trabalho.

De 23 a 30 de março de 1965, a Comissão que estuda o esquema sobre a educação cristã se reúne: Mayer, secretário da comissão, Daem, relator do esquema, Hoffer, e os peritos R. Mais, G. Onclin, P. Dezza, L. Suárez, F. Bednarski e J. Sauvage. Uma proposta de esquema alternativo é apresentada por J. Nicet, do círculo de escolas cristãs. Com a estrutura do texto votado na

¹⁷⁷ Cf. Idem, p. 192-194.

¹⁷⁸ Cf. Idem, p. 194.

¹⁷⁹ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). Historia del Concilio Vaticano II: la Iglesia como comunión. El tercer período y la tercera intersesión. Vol. IV. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2007. P. 537.

¹⁸⁰ Cf. Idem, p. 446-447.

assembleia, a subcomissão reescreve quase todos os parágrafos, ampliando o suficiente para enfrentar os diversos problemas associados com a educação na sociedade contemporânea – texto três vezes maior que o anterior; a redação é direcionada à educação em si, direito universal, dever da família, da sociedade e da Igreja, sendo a educação cristã e as escolas católicas associadas a esses direitos e deveres. O texto apresenta-se como princípios gerais sobre a educação cristã e, em particular, sobre as escolas católicas, ampliando a perspectiva. A redação final deve constituir referência para o trabalho futuro de uma comissão pós-conciliar e das Conferências Episcopais.

Há uma tensão de posições dentro da Comissão, sendo as principais sobre a educação cristã como direito subjetivo dos batizados e outra sendo a educação como dever decorrente do mandato de evangelizar. Tal situação possibilita um acréscimo na forma de tratar as tarefas educativas da Igreja e do Estado na perspectiva de uma sociedade plural, em que o Estado laico assume responsabilidades na esfera da educação. O debate ocorre pela interpretação radical do princípio da subsidiariedade, indulgente com os sistemas educativos do poder público. A Comissão busca o equilíbrio entre as posições, lembrando os perigos do monopólio estatal. Através do objetivo em atender às diversas circunstâncias políticas e sociais, com suas respectivas preocupações, manifesta-se a experiência de quem é referência em educação e atua nas escolas estatais.¹⁸¹

Este quadro de tensão desdobra-se no pós-concílio, por entre os conflitos sobre o direito universal (Igreja responsável por todos), a educação cristã, a formação de identidade que inclui a religiosa, o ensino ecumênico, o ensino inter-religioso e o ensino laico. Hoje, as discussões centram-se no ensino religioso fenomenológico, no ensino confessional e no ensino confessional e plural.

Para a Subcomissão, os desafios continuam na redação da GE: os direitos recíprocos da família, das autoridades civis e da Igreja sobre a Educação – ou seja, os princípios educativos cristãos na fundação de escolas próprias e na escolha destas escolas para matrícula pela família, bem como a presença eclesial em diversos espaços sociais. Em situações jurídicas e políticas distintas, destaca-se o desafio de ser Igreja educadora frente à pluralidade das configurações dos Estados.

¹⁸¹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, vol. V, p. 195.

Buscar formulações em educação implica rever o contexto plural em que a mesma se desenvolve. Educação e mundo são interdependentes – discussão que é característica na terceira sessão. A Subcomissão elege os direitos de cada pessoa como diretriz para a declaração, assumindo o princípio da subsidiariedade como norma geral.¹⁸²

Entre 26 de abril e 4 de maio de 1965, ocorre sessão plenária da Comissão, que responde favoravelmente ao trabalho realizado até então, somente corrigindo e analisando os detalhes.¹⁸³

O texto é enviado aos latinistas para corrigir e revisar, apresentando-o em versão definitiva em julho - não foi enviado aos padres em 12 de junho com os demais, somente a informação que seria entregue no começo do período.¹⁸⁴

Os redatores e a secretaria da Comissão redigem informes explicativos. Em início de junho segue a primeira versão aos membros da Comissão para considerações. O informe está pronto para preceder a *expensio modorum* em meados de julho e, nos dias seguintes, a resposta aos *modi* está finalizada.

Em 22 de setembro de 1965, uma semana após o início do período, a Comissão aprova o informe em sessão plenária, finalizando seu trabalho. Este informe enfatiza o texto como um documento básico, pois o mesmo requer trabalho posterior de uma comissão pós-conciliar, bem como das Conferências Episcopais. É necessário um estudo de cada questão em separado, seguido das questões que surgissem. A ajuda de peritos de todas as partes do mundo, incluindo os leigos, é necessária para as adaptações às diferentes situações locais.¹⁸⁵

Em 1 de outubro de 1965, a educação é discutida na reunião de representantes das Conferências Episcopais. Concorde-se com o pedido de reabertura de *modi* sobre o esquema, que ainda não tinha sido distribuído.¹⁸⁶

Em 6 de outubro de 1965, em aula, distribui-se o texto emendado com as respostas aos *modi* apresentados. Michel Duclercq, fundador e antigo diretor adjunto da Equipe de Professores da França, através de uma carta ao moderador Lercaro, critica o esquema e questiona sua necessidade. Duclercq qualifica a

¹⁸² Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). Historia del Concilio Vaticano II: la Iglesia como comunión. El tercer período y la tercer antersesión. Vol. IV. Sígueme-Peters: Salamanca, 2007. P. 540.

¹⁸³ Cf. Idem, p.541.

¹⁸⁴ Cf. Idem, p. 542.

¹⁸⁵ Cf. ALBERIGO, Giuseppe (org.). Historia del Concilio Vaticano II: um Concilio de transición. El cuarto período y la conclusión del concilio (septiembre – diciembre 1965). Vol. V. Sígueme-Peters: Salamanca, 2008. P. 196-197.

¹⁸⁶ Cf. Idem, p. 198.

declaração de antiquada frente ao contexto da sociedade moderna e plural, o que decepcionaria católicos que exercem atividade em escolas públicas. Também defende que as considerações da GS no capítulo dedicado à cultura são suficientes¹⁸⁷. Diversas e divergentes são as iniciativas de compreensão a partir do contexto pós-conciliarem que seria feita a leitura da declaração.

Em 7 de outubro de 1965, em reunião dos moderadores (Lercaro, Suenens e Döfner) com Felici (secretário geral) e Tisserant (presidente da subcomissão mista), discute-se o voto *iuxta modum* também para o esquema sobre a educação. Muitos são os pontos controvertidos, mas não chegam a um acordo¹⁸⁸. Ocorrem dificuldades de ação conjunta em nova reunião dos representantes das Conferências Episcopais: os bispos brasileiros enviam uma lista de correções a Daem, que teria como consequência o retorno ao texto anterior. Junto com o bispo Vuillot, os brasileiros querem rejeitar o esquema, conscientes da dificuldade de êxito.¹⁸⁹

Entre 8 e 10 de outubro de 1965 ocorrem reuniões e negociações para modificações. Envia-se ao tribunal administrativo uma petição de voto *iuxta modum* sobre os pontos controvertidos. Estima-se em cerca de 300 *modi* sobre a situação geral da educação no mundo moderno e os direitos do Estado. Busca-se apoio entre os cardeais.¹⁹⁰

Em 11 de outubro de 1965 apresentam-se outras propostas e pede-se a reabertura do debate.

Em 12 de outubro de 1965, baseado no regulamento, os pedidos são negados, causando insatisfação. Daem comenta com Prignon sobre a larga tradição da doutrina do esquema, temeroso de que o ponto da limitação dos direitos do Estado na educação seja o causador da rejeição.¹⁹¹

Em 13 de outubro de 1965, o esquema é submetido à votação depois da discussão pelos moderadores.

O único sinal evidente de insatisfação foi a declaração de protesto firmada por um grupo de bispos latino-americanos e distribuída aos padres com o título: Argumentos para a revisão do esquema sobre a educação cristã. O argumento enumerava uma série de razões que explicavam a postura dos firmantes e instigava os bispos a votarem contra o esquema. A principal objeção contra o esquema era

¹⁸⁷ Cf. Idem, p. 197.

¹⁸⁸ Cf. Idem, p. 198.

¹⁸⁹ Cf. Idem, p. 198-199.

¹⁹⁰ Cf. Idem, p. 199.

¹⁹¹ Cf. Idem, p. 200.

essencialmente o direito de identificar, sem crítica alguma, os conceitos de educação e de escola, mantendo assim uma índole de pensamento tipicamente ocidental. O fenômeno da educação, de que se ocupava o esquema, devia ser considerado em sua totalidade, e deve, como uma experiência que não é precisamente para os jovens, sim que se perpetua ao longo de toda a vida; que não pode reduzir-se a modelos estáticos e abstratos e, sobretudo, que não deve identificar-se com a instrução pura e simples.¹⁹²

Na declaração acima citada, os bispos em questão discutem o direito da família na escolha do modelo educativo, indicando que é impossível em determinadas circunstâncias, de acordo com a configuração do Estado. Eles fazem objeção pela falta de clareza na distinção entre missão evangelizadora, sendo somente esta a essência do mandato apostólico, e missão especificamente educativa e escolar. Este grupo de bispos repete a observação de Duclercq sobre o desconhecimento da função dos professores católicos no sistema das escolas estatais, instigando o voto contrário. A divergência perde a intensidade pela oposição limitada em relação aos pontos particulares e no juízo geral. São poucos os votos negativos, 183 votos entre os 1996 votos emitidos.¹⁹³

Algumas causas entre a divergência das discussões e a votação podem ser identificadas: o cansaço de um debate prolongaria a duração do Concílio; a tensão entre a postura tradicional de alguns bispos sobre as escolas católicas e a espera de votações consideradas mais importantes pelos representantes do episcopado europeu; a apelação de alguns bispos contra a aprovação, que poderia ser feita ao Papa.¹⁹⁴

Em 28 de outubro de 1965, em sessão pública, promulga-se a declaração *Gravissimum Educationis* com 35 votos contra e 2290 votos a favor¹⁹⁵. O tema da educação é promulgado.

O Papa Paulo VI, na missa que seguiu à sessão que promulga também a GE, afirma que os documentos aprovados

eram um sinal de uma “Igreja viva”, que recebe do amor a Cristo seu próprio “impulso à perfeição”... instituição antiga que era capaz de renovar-se a si mesma no diálogo com o mundo e com as culturas contemporâneas sem perder sua insubstituível conexão com sua própria tradição.¹⁹⁶

Quanto à declaração sobre a educação cristã, ainda podemos afirmar que a

¹⁹² Idem, p. 200-201. (T. N.)

¹⁹³ Cf. Idem, p. 151.

¹⁹⁴ Cf. Idem, P. 201-202.

¹⁹⁵ Cf. MATTEI, Roberto de. O Concílio Vaticano II. Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013. 429-431.

¹⁹⁶ Cf. ALBERIGO, G. (org.), Historia del Concilio Vaticano II, v. V, p. 215.

declaração sobre a Educação Cristã, *Gravissimum Educationis*, pode considerar-se como o mais problemático dos denominados esquemas pastorais. Seu caráter híbrido, evidente superior na fase final da redação, demanda preocupações opostas que existiam dentro do episcopado: por um lado, a defesa das escolas católicas; por outro, a contribuição da Igreja ao problema da educação... Por isso, o voto final positivo pode entender-se unicamente, segundo V. Sinistrero, como o resultado de uma série de considerações contingentes: a perspectiva de continuar o trabalho em uma comissão pós-conciliar; o impacto negativo que teria um possível silêncio do Concílio sobre os problemas da educação; e, finalmente, a presença no esquema de uma exortação aos católicos para que estudassem mais a fundo os problemas da educação. Além dos severos juízos que se formularam sobre a declaração, o esquema se caracterizava – como admitia o padre Dezza, um de seus principais redatores – por uma maneira geral de abordar os problemas estudados nele, o qual se fazia em estreita conexão com a complexidade dos mesmos.¹⁹⁷

Assim, a Igreja identifica a educação como sua missão no mundo, integrando-a ao seu processo de renovação e crescimento das estruturas eclesiais. Processo inacabado e dinâmico, que continua no pós-concílio.

4.2. O pós-concílio

Em 3 de janeiro de 1966, Paulo VI institui uma comissão pós-conciliar com os membros da Comissão anterior para tratar de assuntos sobre a educação. Esta Comissão é responsável em determinar os critérios e as instituições responsáveis pela interpretação dos decretos conciliares em sua aplicação.

A década seguinte é iniciada como uma fase de simples leitura dos documentos conciliares, identificando diversos contextos através de um estudo objetivo e literal. Na fase seguinte é realizada uma leitura mais sistemática, a partir dos principais temas transversais.¹⁹⁸

Em 28 de junho de 1988, na Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, o Papa João Paulo II renomeia a Comissão como Congregação para a Educação Católica (dos Seminários e dos Institutos de Estudo). Sua competência abrange duas áreas¹⁹⁹:

- a) Todas as Universidades, Faculdades, Institutos e Escolas Superiores de estudos eclesiásticos ou civis dependentes de pessoas físicas ou morais eclesiásticas, bem como Instituições e Associações com fins científicos;
- b) Todas as Escolas e Institutos de instrução e de educação, de qualquer nível e grau pré-universitário, dependentes da Autoridade Eclesiástica, orientados para a

¹⁹⁷ Idem. P. 217.

¹⁹⁸ Cf. Idem. P. 497.

¹⁹⁹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Congregação para a Educação Católica. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_20051996_profile_po.html. Acesso em 12/01/2016.

formação da juventude, salvo aqueles Institutos que estão sob a responsabilidade para as Igrejas Orientais e para a Evangelização dos Povos.

A relação entre a Igreja e a educação é expressa em vários documentos emitidos pela Congregação para a Educação Católica, oferecendo orientações para uma melhor ação pastoral no campo educativo.

4.3.

Algumas conclusões parciais

Sucessivas são as reelaborações da declaração sobre a educação, como sucessivas são as dificuldades e as tensões quanto à sua definição e à sua orientação.

O texto inicial do período preparatório é centrado na escola católica, em tom de condenação e desaprovação sobre o monopólio do Estado na área da educação. A referência é a instituição confessional como característica própria da Igreja, sem considerar outras possibilidades.

O episcopado associa-se em grupos para as votações nas aulas conciliares. Posições particulares deixam marcas nos encaminhamentos seguintes ao Concílio, suscitando a necessidade de documentos posteriores. Podemos observar que interpretações históricas e ideológicas da compreensão da educação católica definem posições, bem como os principais movimentos de grupos durante e após o Concílio. Alberigo sistematiza as posições dos grupos em questão em seus principais movimentos²⁰⁰:

- Movimento secularista, que defende o fim das instituições educativas católicas. Sendo um direito do cidadão e um dever do Estado, cabe a este a responsabilidade educativa em instituições próprias;
- Movimento a favor da educação cristã, compreendendo a instituição educativa católica como instituição essencial à evangelização. A confessionalidade é destacada;
- Movimento contra a escola católica, considerando-a instrumento de privilégio e de poder, e responsável pela formação dos grupos que se mantém como elite sócio-econômica e nas posições de governo;

²⁰⁰ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. III, p. 340.

- Movimento contra a escola católica, defendendo a inexistência da instituição por considerá-la desnecessária ao trabalho evangelizador da Igreja.

Radicalizam-se movimentos e posições, com influências diversas. A centralidade da educação católica na instituição é destacada. A secularização deixa marcas no pensamento educativo do episcopado.

A Comissão responsável considera a questão em uma declaração, a GE, definindo uma perspectiva que considere as posições manifestadas e possibilitando uma compreensão a partir do Concílio. A educação é entendida como apostolado eclesial, integrante de sua missão evangelizadora. As discussões são intensas e as sugestões se multiplicam.

Discutir educação é discutir questões basilares: a atuação da família, do Estado (confessional, não confessional, laicidade, liberdade), a organização da sociedade e da Igreja. A diversidade de contextos geográficos e históricos dificulta a unidade – discussão que é aprofundada na terceira seção. Importante destacar que alguns temas associados à educação não são de domínio da maioria dos padres. São específicos a um campo que não atuam e poucos podem aprofundar em argumentos, questões em que o número de leigos cresce em estudo e atuação. Os padres conciliares precisam de pessoas de confiança que possam orientá-los. É neste momento que os auditores leigos são indicados em maior número.

A discussão centra-se na relação entre Igreja e Estado. As questões propriamente pedagógicas e as decorrentes são compreendidas a partir desta relação.

É neste período a Igreja realiza o movimento de assumir os problemas do mundo contemporâneo. Temas não diretamente relacionados à fé e à vida interna da Igreja são confrontados e discutidos. Considera-se a educação entre eles e é nesta perspectiva que a educação cristã é compreendida. O esquema sobre as escolas católicas é superado pelo direito à educação – tema universal, urgente e imprescindível, em um direito humano inalienável.²⁰¹

Compreender a educação neste novo mundo é considerar a Igreja associada a um Estado laico, em que a religião e o poder público são instâncias

²⁰¹ Cf. ALBERIGO, G. (org.), *Historia del Concilio Vaticano II*, v. IV, p. 469-470.

independentes, e estabelecer um vínculo dialógico onde hoje prevalecem relações de conflito. Os padres conciliares precisam de um critério para este desafio - a atuação em subsidiariedade. No entanto, muitas posições se enraizam em seus defensores, apresentando um longo e difícil caminho pós-conciliar.

Outro ponto que precisa ser destacado é a constituição mistagógica e teológica do leigo em conexão com a educação cristã. É necessário a conversão pessoal permanente sobreposta à atividade profissional, em uma síntese que direciona a formação docente e dos demais profissionais da educação. A organização leiga não se limita à comunidade religiosa e realiza-se também através da instituição educacional. A Igreja não só vai ao mundo com o leigo, mas também assume este mundo em sua identidade, no seu testemunho, no seu serviço como profissional.

É um caminho discreto e forte do pentecostes conciliar: o leigo é autônomo nos diversos areópagos da sociedade plural, nos quais anuncia e denuncia que o Reino está entre nós através de seu serviço profissional. A Igreja acompanha seu movimento nas paróquias, nas dioceses e nos eventos. No mundo extramuros, o Espírito sopra onde quer.

4.4.

A educação cristã na declaração *Gravissimum Educationis*

A declaração *Gravissimum Educationis* expressa o equilíbrio entre diversas posições dos participantes do Concílio. Sendo aprovada na última sessão, colhe o ensinamento do Vaticano II e o sistematiza no processo educativo, destacando as instituições escolares.

Refletir sobre a educação e a instituição escolar a partir da ótica teológica gera incômodos e tensões. A ausência de uma bibliografia específica favorece discussões diversas e adversas, pois as diferentes posições do Concílio deixam marcas. No entanto, é um desafio que precisa ser enfrentado, para que a identidade católica quanto à educação seja melhor compreendida e vivida.

O vocabulário técnico-pedagógico, a organização escolar, o contexto e as relações específicas são de difícil acesso ao teólogo formado e atuante em outros campos. A posição de aluno não é suficiente para compreender a dinâmica educativa, mais ainda se considerarmos a abrangência e as inter-relações de uma

rede pública. Este é um ponto que limita a discussão conciliar mesmo hoje, na relação entre o poder público e a educação. Sem considerar a dinâmica educativa em uma rede mais ampla, a leitura será sempre parcial, não respondendo plenamente ao caminho proposto pelo Concílio.

Historicamente, a educação é uma forma de atuação da Igreja na formação das gerações, em seu serviço ao mundo. Ela é em si mesma o anúncio da nova pessoa que a GE propõe, em que todos os batizados são convocados a inserir-se na dinâmica educativa.

4.4.1. O proêmio

A apresentação da declaração *Gravissimum Educationis* (GE) encontra-se de acordo com as demandas e compreensões de seu contexto, difundindo seu alcance universal. Urgente nas relações com o mundo, a educação é aprofundada como ação privilegiada da Igreja no mundo secularizado, compatível com sua valorização pela sociedade.

O conceito e seu acesso estão em ampliação quanto à necessidade social, que envolve a relação entre a pessoa e a sociedade. A família é identificada como princípio educativo, início desta relação.

A alfabetização é reconhecida como meio de acesso a bens culturais e imprescindível à realização do processo educativo – o acesso ao mundo pelo acesso à palavra. A educação cristã é compreendida como responsável no seguimento da vocação celeste, sacralizando o processo educativo no alcance de todos.

Ampliar o atendimento escolar envolve apreender a palavra em sua leitura e em sua escrita, não somente para a faixa etária infanto-juvenil, mas também compreendendo a educação enquanto processo permanente característico da humanidade. Este processo de aprendizagem precisa alcançar a todos, principalmente os que têm defasagem escolar – os adultos –, e os que começam a viver a dinâmica do mundo do trabalho – os jovens. A escolarização se amplia, bem como a importância e a influência no mundo urbano e industrial de então. Gravíssima é a importância e a necessidade da inserção de todos neste processo, principalmente os que se encontram excluídos.

A compreensão da dignidade humana identifica o ser humano como protagonista da (sua própria) história e se desenvolve a partir da terceira sessão do Concílio. Expressa na DH e na GS, assume sua concretude através da educação. A pessoa humana alcança sua integralidade na participação na sociedade e no mundo do trabalho pela crescente consciência da sua dignidade e da responsabilidade com a vida social. Desenvolvem-se novos valores, novos conceitos e novo modo de entender o mundo.

Os progressos que se realizam na técnica, na investigação científica e nos meios de comunicação oferecem melhores condições de vida e no trânsito na cultura, favorecendo a apropriação de seus elementos e o estabelecimento de novas relações pessoais. O lazer é um bem promovido pela diminuição da jornada de trabalho.

Neste quadro de otimismo, em que os Direitos Universais do Homem (1948) são difundidos e reivindicados pelas sociedades, a educação é compreendida como instrumento de acesso aos bens sociais, de emancipação pessoal e de progresso. O Estado torna-se o principal responsável, expandindo redes de ensino, construindo prédios e intensificando a formação de docentes para alcançar o crescimento do número de matrículas. Cresce a taxa de natalidade, diminui a mortalidade, a população cresce, a migração urbana se intensifica, a industrialização torna-se sinônimo de progresso e de acesso a bens de consumo. Culturas de vários lugares encontram-se nas salas de aula. Buscam-se novos métodos para alfabetizar, para ensinar, para formar para o trabalho, para que a formação educativa alcance as necessidades sociais que se manifestam no contexto. A diversidade de projetos de instituições educativas reflete os avanços das ciências sociais, oferecendo novas possibilidades de compreensão do processo de aprendizagem. A qualidade do ensinar e do aprender é relacionada à superação social do analfabetismo e dos dramas a este relacionados. Reivindicam-se os direitos humanos, os direitos civis e a democracia. Busca-se uma educação que ofereça acesso a todos, formando integralmente a pessoa humana.

A Igreja lê estes sinais e compreende que é neste mundo que deve executar o mandato recebido de Jesus (cf. Mt 28, 19-20), estabelecendo nele sua ação educativa, bem como seus princípios. A educação é sua preocupação fundamental, de gravíssima importância, pois está diretamente relacionada à sua ação em favor do mundo e de acordo com sua vocação celeste. Cabe “anunciar o mistério da

salvação a todos os homens e de tudo restaurar em Cristo”, de “cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena”.

Pelo mandato evangélico, a Igreja assume o campo educativo como sua responsabilidade, em resposta a Cristo. A diversidade de contextos e de posições conciliares indica o caminho de estabelecer princípios para este serviço fundamental, indicando a escola como direção privilegiada, sem excluir outras.

Pela limitação do Concílio em si, identifica-se a necessidade de uma comissão pós-conciliar para a continuidade das orientações. A esta comissão caberá aprofundar pontos e situações que se façam necessários, bem como a contextualização dos princípios GE, além de orientar posteriormente as Conferências Episcopais.

4.4.2. Educação como Direito Universal (GE 1)

Direito inalienável, a educação encontra-se entre os direitos humanos fundamentais. Educa-se a pessoa e não de modo restrito à formação e à instrução em uma determinada faixa etária, nem à instrumentalização para uma profissão ou um fim específico. A reflexão sobre a educação considera a dignidade humana de acordo com as características da identidade da pessoa, correspondente ao seu fim. Dignidade que se plenifica na abertura ao diálogo através do desenvolvimento de relações fraternas e responsáveis, dos vínculos próximos na cultura local e de sua nacionalidade com diversos povos. A centralidade no ser humano envolve suas características de identidade e as pessoas com quem convive. Das relações próximas, amplia-se o círculo de relacionamentos, compreendendo e fomentando a consciência de participação social, sendo membro da família humana.

O objetivo da educação cristã é definido como “formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o ser humano é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte”. A fundamentação jurídica é elevada à vocação celeste – formando para o bem comum, forma-se para o céu, não como posição dualista, mas em realidades que se sobrepõem: o processo educativo transcende a própria pessoa humana na sua relação com as demais, assumindo progressivamente a responsabilidade destas, em amadurecimento pessoal.

Para que o objetivo com o bem do próximo seja alcançado, a educação deve ser interdisciplinar e deve considerar o processo em sua continuidade e no aprofundamento em áreas específicas. As ciências humanas em desenvolvimento oferecem conhecimentos importantes e a GE cita a psicologia, a pedagogia e a didática nesta contribuição. Confia-se na ciência, no progresso humano, no avanço do conhecimento, e estes a serviço da família humana.

A formação educativa é compreendida na integralidade física, moral e intelectual, na qual se desenvolve a responsabilidade pessoal e pelos demais. A GE destaca um elemento importante, pouco considerado nas facilidades do progresso científico: o esforço contínuo. A participação de cada um no processo educativo exige disciplina, constância, o assumir responsabilidades maduras, a capacidade de dialogar, de estabelecer diferentes relações e iniciativa. A formação cristã busca responder às questões da vida, oferece-lhe um sentido.

O conhecimento amoroso de Deus não se limita ao testemunho e à orientação pessoal dos envolvidos, mas também expressa uma direção educativa. Esta direção se configura na precisão do tempo, das atividades, na superação de dificuldades, no relacionamento com as pessoas e com o conhecimento de si, do seu corpo, de seus limites, que se modificam conforme se cresce e se aprende. Amadurece-se em todas as características, sendo uma delas a sexual, numa educação “positiva e prudente”.

As crianças, os adolescentes e os jovens precisam de orientação madura para seu pleno desenvolvimento, em um relacionamento de confiança para sua inserção no mundo social mais amplo. É um acompanhamento por pessoas adultas e maduras que auxiliam da infância à juventude, e mesmo a outros adultos. Adulto maduro auxilia os demais a se tornarem protagonistas de responsabilidades, e não de recebimento passivo de bens variados. Conforme este amadurecimento, a educação é progressiva em resposta ao conhecimento aprendido à medida que se apropria do mesmo. O ensino técnico-profissionalizante deve ser uma das perspectivas desta formação.

Educa-se a pessoa como membro da comunidade humana em vista de seu fim último. É um caminho que traz em si o objetivo da chegada, tornando cada passo importante, pois estabelece seu significado no aprender a “conhecer e a amar mais a Deus perfeitamente”. A dimensão religiosa é direito da educação cristã e deve ser intensificada na juventude – direito que é integrante de uma

educação saudável, pois forma a pessoa em sua integralidade. Portanto, toda a Igreja é responsável e cada fiel é exortado a colaborar na democratização do acesso à instituição educativa, para que alcance a todos também em sua qualidade.

Centrada na educação escolar e promotora da educação integral, a GE afirma a presença do sagrado como direito dos alunos e dever do Estado. Para os fiéis, o acesso a esta formação integral é um compromisso de fé, no qual são exortados a assumirem pessoalmente.

4.4.3.

Natureza e fim da educação cristã (GE 2)

O batizado é configurado em uma nova vida, com direito à uma formação adequada. Esta formação deve envolver duas dimensões: como pessoa humana e como batizado. Ser cristão é ser comunidade e esta se manifesta na convocação ao culto, centro da vida da educação cristã, em que se torna uma nova pessoa, justa e santa (cf. Ef 4, 22-24), perfeita, da idade plena de Cristo (cf. Ef 4, 13). A partir da celebração eucarística, o cristão é enviado para ser forjado no mundo, na ação e na relação social, no instaurar o Reino pela sua presença de esperança e de testemunho da presença de Deus entre nós, em nós.

A eclesiologia do Concílio envolve a relação entre a fé e a educação: o mundo como campo de serviço, no qual o cristão vive como cidadão da *polis*, em que sai a “ordenar efetivamente a Cristo o universo inteiro” (AA 2). Pela educação cristã, o leigo amadurece esta consciência, principalmente os jovens, “esperança da Igreja”. A GE 2 também lembra aos pastores que é seu dever dispor as coisas de maneira que todos os fiéis gozem desta educação cristã (cf. CD 12.14), acompanhando a formação dos jovens em sua interação com o mundo, formando e formando-se enquanto Igreja que se constitui na diaconia.

4.4.4.

Os educadores: pais, sociedade civil e Igreja (GE 3)

A família é a primeira e principal responsável pela educação. Ser pai e ser mãe é ser educador, de responsabilidade gravíssima, que permanece durante toda a vida dos filhos. Formar uma família é formar um ambiente em que o amor seja o condutor das relações. Primeira escola de convivência social, a família é

referência de relações fraternas e responsáveis para contextos que se ampliam na escola, na sociedade e na família humana. É a “comunidade íntima de vida e de amor, querida pelo próprio Deus” (GS 12).

É a partir da referência familiar que se realizam as demais, inclusive as referências religiosas. Mediadora, é a partir da família, de seus valores, de sua compreensão do mundo, que os filhos são educados moralmente e que adquirem uma formação ética – os aspectos pessoal e social se sobrepõem.

Célula social, a família estrutura e forma a sociedade. Esta afirmação apresenta-se polêmica frente a algumas configurações políticas, em que o Estado assume o processo educativo. A declaração afirma o direito natural dos pais na educação de seus filhos, referência para todas as orientações subsequentes.

A família cristã, abençoada pelo sacramento do matrimônio, vive segundo a fé batismal, transmitindo-a aos filhos, acompanhando-os pela vida eclesial, promovendo sua formação no amor e na adoração a Deus e no amor ao próximo. Esta convivência é alicerce para os relacionamentos sociais, na atuação responsável e consciente nas estruturas mais amplas, assumindo o compromisso na vida e no progresso do Povo de Deus.

Compreendida como Igreja doméstica (LG 11), a família é o caminho para o testemunho através do serviço ao mundo. Integrante da sociedade, atua através do dever de educar.

Toda a sociedade é responsável pela educação dos seus cidadãos, no ordenamento para o bem comum temporal. Assim, o princípio da educação familiar tem sua continuidade na sociedade. Esta subsidia sua atuação educativa em consonância com a responsabilidade familiar.

A juventude é destacada e sua formação não é restrita à instituição educativa. Os jovens buscam espaço nas cidades e no mercado de trabalho, enfrentando inúmeras dificuldades. Sua educação deve ser promovida “de vários modos”. Aqui podemos compreender a democratização da escola como bem e instrumento de progresso social, a qual a família confia seus filhos. Uma diversidade de meios se desenvolve, como o rádio e a televisão, e instituições oferecem acesso à formação de jovens e adultos, muitos até então excluídos da escola em seu acesso ou pela evasão.

A Igreja responde ao mandato de formar discípulos (cf. Mt 28, 19) no seu dever de educar, em sua capacidade de constituir-se sociedade humana na história

dos homens. Configura-se uma comunidade educativa que traz “o dever de anunciar a todos os homens o caminho da salvação, de comunicar aos crentes a vida de Cristo e ajudá-los, com sua contínua solicitude, a conseguir a plenitude desta vida”.

Para a Igreja, a educação é uma obrigação de mãe, como instituição humana e como instituição religiosa. Educar é dar sentido à vida e promover uma leitura transcendente da realidade, da vida configurada a partir do espírito de Cristo. É inserir-se na sociedade, de encarnar-se na história, de permear a cultura dos povos e levá-la à plenitude.

A Igreja reconhece-se como educadora. Anunciadora da Boa Nova, a Igreja percorre o caminho progressivo da vida, no qual o cristão se desenvolve à medida em que promove o bem social e a edificação de um mundo mais humano. Para a Igreja, educar envolve o conceito de plenitude da pessoa humana, esta sendo portadora de uma dimensão espiritual que lhe imprime significado de vida.

O Concílio amplia sua preocupação em formar o batizado no caminho de Cristo. Esta formação realiza-se através da formação integral da pessoa em vista do bem da sociedade, edificando um mundo melhor.

4.4.5. Meios da Igreja para a educação cristã (GE 4)

A educação é múnus da Igreja, devendo ser promovida por todos os meios de que dispõe. A iniciação cristã, então, é compreendida como a educação da fé, da vida segundo o espírito de Cristo, a partir da qual o batizado atua consciente e ativamente em seu mistério, em direção a uma ação apostólica.

No entanto, a educação cristã não restringe sua atuação à fé nem no acesso aos sacramentos. Sua compreensão é da pessoa em todas as dimensões, em vista de sua atuação ao bem comum. É próprio da Igreja educar a pessoa humana e, através desta atuação, educar-se.

Ao formar a pessoa, a Igreja forma-se, forma seu Corpo, compreende melhor o ser humano e, conseqüentemente, o mundo em sua dinâmica histórica. A Igreja aprende a ler os sinais dos tempos, dispondo os meios que tem para o uso na sociedade: “os meios de comunicação social, as múltiplas organizações culturais e desportivas, os agrupamentos juvenis e, sobretudo, as escolas”.

Educar o cristão no mundo é diretamente relacionado a educar o mundo. É abrir as portas da Igreja para ir ao encontro de todas as pessoas, de acompanhar a formação do batizado em sua inserção na realidade, de inserir-se nela através do cristão que atua na cultura e em suas diferentes manifestações. Fazer o movimento de sair de si, na perspectiva transcendente, é promover uma compreensão da pessoa humana e do mundo, vivendo o presente como antecipação do fim. A Igreja ensina porque tem um objetivo a alcançar, uma transformação a realizar, um conteúdo a adquirir, valores a vivenciar. O planejamento é uma visualização deste alcance, de como, através da atividade, adquire o conteúdo e caminha, peregrina. O fim torna-se presente no início e realiza-se no caminhar. A leitura escatológica é facilmente realizada.

A missão educativa de servir culmina na celebração litúrgica dominical, em que a diaconia é apresentada e de onde se retorna para o serviço semanal, “para cultivar as almas e formar os homens”.

4.4.6. Importância das escolas (GE 5)

A escola é uma instituição educativa privilegiada, pois envolve um tempo de permanência por longo período da vida humana, da infância à juventude, da formação da identidade e da personalidade. Envolve todos os segmentos sociais, em diferentes proporções e atuações, partilhando objetivos e interesses. Através da escola, a Igreja congrega esforços variados, promovendo a vida em sua multiplicidade.

Na sua formação como comunidade, a escola promove o desenvolvimento intelectual, a capacidade de produzir julgamentos retos, a transmissão dos conhecimentos historicamente constituídos, o sentido dos valores e a formação técnico-profissional. Reúne pessoas em diversidade, desde as funções como índoles e origens. Durante anos, a escola é um centro de convergência de alunos, professores, equipe, família, segmentos da sociedade civil, dispondo cada um ao convívio fraterno, à “vida cultural, cívica e religiosa”.

A GE marca a passagem da escola-instituição para a escola-comunidade, caracterizando-a em sua profundidade teológica e pastoral. Nesta nova perspectiva, o dever de educar nas escolas é “belo” e é resposta à vocação

educativa, que exige o cultivo de “inteligência e de coração, numa preparação esmeradíssima e uma vontade sempre pronta à renovação e adaptação”. A específica qualificação do educador é resposta à uma vocação pessoal e representativa da família humana. Sua formação profissional alcança diferentes áreas do saber, desenvolvendo instrumental pedagógico próprio. A dimensão religiosa é desenvolvida na comunidade eclesial, em permanente aprofundamento mistagógico e teológico. A síntese pessoal realiza-se no serviço, em uma prática diária, planejada, organizada, sistemática, contínua e disciplinada. Sua formação é permanente em todas as suas dimensões, tanto no estudo de áreas específicas do conhecimento quanto do contexto de atuação. Todos os envolvidos encontram-se em ação de serviço à família humana.

4.4.7. Obrigação e direito dos pais (GE 6)

Os pais trazem em si o direito e o dever “primeiro e inalienável” de educar seus filhos. Como tal, cabe-lhes a responsabilidade e a liberdade de escolher a escola, ou seja, o projeto político-pedagógico que responda à formação que deseja.

O poder público subsidia este direito, na concepção de que lhes cabe o dever e a responsabilidade de “proteger e defender as liberdades dos cidadãos”, sendo a educação e a escola reconhecidos entre estas liberdades. Portanto, é dever do Estado prover subsídios para que a escolha da escola se realize de fato, segundo a consciência e a liberdade familiar, caracterizando a cidadania de uma real sociedade democrática.

A instituição escolar é identificada social e historicamente como promotora do direito à educação, sendo a escolarização obrigatória da infância à juventude. O poder público é responsável por prover e acompanhar esta escolarização, garantindo a primazia da família e a liberdade religiosa. Numa sociedade democrática, cabe também ao Estado garantir uma justa participação do cidadão na cultura e a formação para o exercício consciente de seus direitos e deveres.

Nesta relação de subsidiariedade, cabe ao do poder público acompanhar o processo escolar dos cidadãos, provendo as necessidades que se apresentam, como a competência dos professores, a qualidade do estudo e as demandas que se

manifestam. Sendo a sociedade plural, os modelos de instituições e propostas educativas devem ser diversos, “excluindo o monopólio do ensino, que vai contra os direitos inatos da pessoa humana”. A riqueza cultural das sociedades, seu progresso e o convívio nesta diversidade devem ser considerados nas políticas propostas para a educação. Sem dúvida, é um desafio que permanece nos dias atuais.

A Igreja defende os direitos dos pais, recorda-lhes seus deveres e exorta seus fiéis a assumirem sua identidade de educadores e cidadãos. Os pais são os responsáveis pela formação da nova geração, sendo participantes da Igreja e do mundo. Como família, os pais formam a comunidade escolar pela matrícula de seus filhos, cabendo-lhes acompanhar o trabalho pedagógico, com particular atenção à educação moral, que é sua primeira responsabilidade; devem colaborar para que o processo educativo se realize em benefício de seus filhos; associarem-se a outros pais para melhor contribuírem no projeto político-pedagógico em que todos se encontram inseridos, em especial os jovens.

Aos profissionais da educação, a Igreja recorda-lhes que a eles cabe a pesquisa para uma constante seleção e sistematização dos conteúdos, de estratégias de ensino-aprendizagem eficazes, de uma dinâmica educativa que envolva a inserção de todos e o desenvolvimento de laços de amizade.

4.4.8.

Solicitude pelos alunos das escolas não-católicas (GE 7)

Por também ser uma sociedade humana, a Igreja tem o dever e o direito de acompanhar seus fiéis na aprendizagem escolar, o que inclui as escolas não-católicas. Dever que é gravíssimo, principalmente quanto à educação moral e religiosa, que lhes são específicas. No entanto, a Igreja reconhece a dificuldade de sua inserção em escolas que não lhes pertencem e por isso sua presença se realiza com afeto e auxílio próprios. Este contexto favorece o testemunho dos leigos, convocados a serem “luz no mundo” (Mt 5, 14) a partir do modo como nele vivem, a testemunhar em sua fé como docente, discente, equipe e família.

A identidade religiosa dos batizados nas escolas não-católicas promove o interesse pela iniciação cristã e pelo ensino religioso, especificidades educativas que serão desenvolvidas em documentos posteriores. Na GE, o ensino da

“doutrina da salvação” encontra-se como unidade na escola, sem necessidade de distinção no contexto histórico de então.

A preocupação com o desenvolvimento da pessoa, seja quanto à faixa etária, seja quanto a condições específicas, faz-se presente. A declaração reconhece os avanços em campos de estudo que contribuem no processo ensino-aprendizagem, como a psicologia e a sociologia, auxílios indispensáveis para a educação espiritual dos estudantes e conhecimentos essenciais acessíveis aos educadores.

Algumas limitações dos educadores precisam ser superadas pelo grave dever dos pais. Lembrando sua responsabilidade primeira quanto à educação, também a identidade dos pais como cidadãos garante-lhes direitos frente à formação escolar de seus filhos, como na definição da proposta pedagógica que desejam. É direito e também é dever exigir a formação completa dos seus, que a GE vai definir como “formação cristã e profana”. A perspectiva interdisciplinar durante o período escolar permite o diálogo entre campos de conhecimento e, considerando a dimensão religiosa, a síntese que promove o sentido da vida.

A declaração retoma a discussão da relação entre Igreja e Estado, que, sendo este último plural em sua composição social, deve considerar o direito à liberdade religiosa. Sua responsabilidade alcança a promoção da educação dos cidadãos através das escolas, garantindo os princípios morais e religiosos das famílias que integram a comunidade educativa.

4.4.9.

Escolas católicas: importância e direito da Igreja (GE 8)

Tema do primeiro esquema sobre a educação, a compreensão da Igreja sobre a escola católica se desenvolve ao longo do Concílio, integrando-se em novo *status* na eclesiologia que se desenvolve. Considerada como instituição particular, é a partir dela que a Igreja se insere no campo escolar, ainda que não seja de modo exclusivo. A reflexão sobre a escola católica ajuda a melhor definir os conceitos de educação, de escola, de cultura, de rede escolar e de formação.

Instituição educativa própria da Igreja, a escola católica assemelha-se a outras escolas em sua identidade, sem perder sua especificidade. Nesta relação dialética entre semelhança e diferença, pode-se definir o conceito de escola, bem como de escola católica. Como as demais, a formação humana com fins culturais

é o objetivo enquanto escola. A GE apresenta-se como documento inicial neste desenvolvimento.

Como escola católica, em sua configuração como comunidade evangélica, a liberdade e a caridade criam um ambiente que proporciona aos alunos o desenvolvimento de sua personalidade segundo a filiação divina. O processo de ensino-aprendizagem é iluminado pelo aprofundamento da fé e do conhecimento de sua identidade, promovendo uma cidadania terrestre através do testemunho da própria vida. Inserida no tempo, lendo seus sinais, a escola católica atua como fermento da comunidade humana pelo exercício da vida apostólica dos membros de sua comunidade.

Inserida no mundo, a escola católica é missionária, instrumento de diálogo “entre a Igreja e a comunidade humana”, através da qual o Povo de Deus serve os homens. Grave é sua importância para a Igreja em sua liberdade para fundar e dirigir instituições educativas. Grave é a garantia da diversidade de processos de ensino-aprendizagem em diferentes áreas e capacidades, a serem promovidos pelo poder público. Grave também é o exercício deste direito “para a liberdade de consciência e defesa dos direitos dos pais, bem como para o progresso da própria cultura”.

O direito de escolha dos pais concebe uma dinâmica social que prevalece sobre o regime político de grupos diversos, como os ideológicos. É uma discussão que permanece revolucionária, pois centraliza o processo na pessoa, membro de numa família, e não da concepção particular de partidos e ideólogos.

Como processo pessoal, o educador define a escola católica, bem como seus objetivos e estratégias. Em resposta à uma especial vocação, seu compromisso o encaminha para a formação específica na área de conhecimento em que vai atuar, comprovando-a por títulos adequados, em reconhecimento social de sua formação. A formação religiosa centra-se na comunidade reunida para a celebração eucarística e continua no aprofundamento teológico. Nestas dimensões, acadêmica e religiosa, o educador atua a partir de uma síntese pessoal realizada a partir do conhecimento adquirido e compreendido frente ao contexto em que se insere. A atuação do educador católico é definida como apostólica, imprescindível à Igreja em seu testemunho pessoal e profissional, no seu serviço à sociedade.

A comunidade escolar configura-se como lugar de vivência evangélica, na qual os educadores estabelecem relações fraternas entre si, com os alunos, com a equipe e com as famílias, testemunhando sua identidade cristã pelo anúncio de Cristo em suas vidas.

Junto com os pais, a escola desenvolve o processo educativo em sua dinâmica, considerando a educação sexual e seu fim na formação da família e da sociedade. Discussão polêmica hoje, que remete a questões não só morais, mas de preeminência na educação das crianças e jovens.

Vivendo em comunidade, as amizades se desenvolvem, tornam-se referências e muitas continuam depois de terminados os estudos. A escola é centro social da vida familiar e da religiosa, com crescimento pessoal integrado com o conhecimento escolar, em processo único de amadurecimento.

O Concílio lembra aos pais o compromisso com a formação religiosa de seus filhos, na preferência da matrícula em escolas católicas, de acordo com a disponibilidade e acesso. Esta responsabilidade abrange sua participação, sua colaboração em suas necessidades escolares e seu acompanhamento do processo educativo. Assim, a escola é compreendida em continuidade à formação familiar, expressão do círculo eclesial doméstico, na qual a família integra-se como participante.

4.4.10. Diversidade das escolas católicas (GE 9)

A compreensão da escola enquanto comunidade deve ser comum às escolas dependentes da Igreja, em seus variados modelos e contextos sócio-geográficos. Mais que uma instituição, a escola é um lugar existencial, é um espaço de convivência e de partilha de vida.

Um destes modelos é o das escolas em território de “novas cristandades”, “frequentadas por alunos não-católicos”. A importância e o reconhecimento do projeto educativo destas escolas são assumidos pela comunidade escolar, pois enfrentam o desafio de considerar as características locais, sem proselitismo. Nelas destacam-se a convivência fraterna a partir da pluralidade de membros, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, bem como o reconhecimento da contribuição que a escola católica oferece ao mundo através da educação.

O Concílio identifica necessidades que precisam ser atendidas e, para que ocorra, é preciso a expansão do atendimento educacional católico. A formação da cidadania tem o ensino básico como alicerce, em “escolas inferiores e médias”, segundo a terminologia da GE. Para garantir o acesso de todos, outras modalidades educativas devem ser consideradas, como a educação técnico-profissional na formação para o trabalho; a educação de jovens e adultos, na supressão de defasagens e atendimentos específicos não realizados na idade regular; e formação de professores, em aprofundamento teológico e em campos específicos do conhecimento.

Ao considerar a dimensão religiosa na formação de professores, o Concílio integra fé e razão na docência, promovendo sua educação integral, em que sua identidade é considerada a partir da sua atuação como Povo de Deus no espaço escolar. A relação entre Igreja e ciência é dinamizada no processo educativo.

Respondendo a intervenções de grupos, a GE exorta a todos, pastores e fiéis, a assumirem a escola católica como “realização cada vez mais perfeita do seu múnus”. Por ela, realizam-se sacrifícios para atender as necessidades que se identificam, principalmente no atendimento aos mais pobres, sejam de bens econômicos, sejam nas condições familiares, ou mesmo quanto ao dom da fé. A Igreja se compromete, através da instituição educativa católica, pelos que mais precisam.

4.4.11. Faculdades e universidades católicas (GE 10)

A formação educativa perpassa a vida humana. As “escolas de nível superior” continuam o ensino básico e aprofundam um campo do conhecimento.

Cada disciplina tem estatuto próprio e, como tal, realizam sua pesquisa a partir de uma metodologia específica, partilhando seu conhecimento e desenvolvendo seu campo do saber, próprio deste nível de ensino. A liberdade na pesquisa acadêmica é característica da busca permanente e constante pela atualização.

Através de centros de excelência científica, a Igreja contribui para o progresso da humanidade e da pessoa, promovendo a instalação de instituições onde é necessário e assim permitindo o acesso e a produção de conhecimento.

A maturidade da pessoa humana ao chegar à faculdade permite a constituição do ser humano pleno, no conhecimento da fé e no uso da razão, no aprofundamento e na formação, para assumir posições na produção da cultura e como liderança social.

Na universidade católica, o curso de Teologia é imprescindível e responsável pela formação de leigos, sendo este o objetivo primeiro.

O jovem universitário apropria-se do conhecimento, pelo qual direciona a sociedade e a própria Igreja. A demanda universitária no período é crescente, bem como o crescimento do número de unidades acadêmicas. Esta formação favorece uma nova identidade para o leigo, com acesso a conhecimentos específicos pelo desenvolvimento de novos campos de saber.

Nesta dinâmica universitária, surgem novos questionamentos, leituras, posturas, demandas, movimentos, ideias, ideologias. E a Igreja preocupa-se com os seus e com o mundo. Os pastores precisam cuidar da vida espiritual de todos os alunos da universidade católica, bem como manter residências e centros universitários próximos a universidades não católicas. Os estudantes precisam ser acompanhados por sacerdotes, religiosos e leigos escolhidos e preparados com cuidado para o “auxílio espiritual e intelectual permanente à juventude universitária”. É a promoção da relação fé e vida, fé e razão, do conhecimento como busca da verdade, como estímulo intelectual.

Para os jovens que apresentam dons específicos para o ensino e para a pesquisa, a Igreja orienta seu acompanhamento e a direção para o exercício do magistério. Este não é para os “menos dotados”, para os que não conseguem uma colocação profissional de acordo com a própria vontade. O exercício do magistério exige qualidades e qualificações específicas, tanto espirituais quanto intelectuais, que se manifestam na formação do jovem maduro. Assim, associa-se o ensino e a pesquisa.

4.4.12.

Faculdades de ciências religiosas (GE 11)

O Concílio compreende o grave dever das faculdades de ciências religiosas em formar para o ministério sacerdotal, para o magistério nos estudos eclesiais superiores e para funções específicas no apostolado intelectual. É

gravíssimo o dever do católico na própria formação, no esforço pessoal para o progresso dos estudos. As ciências religiosas não são exclusivas à formação do clero, sendo o religioso e o leigo cada vez mais instigados a estudarem.

Esta área específica é responsável por investigar os campos das disciplinas sagradas que se desdobram em diversos campos do saber; por aprofundar conhecimentos para compreensão sempre mais profunda da Sagrada Escritura; por expor inteiramente o patrimônio cristão; por promover o diálogo ecumênico com os irmãos separados e com os não-cristãos; e por apresentar respostas às questões surgidas com o progresso.

A Igreja apresenta-se como pesquisadora, característica de sua identidade. E suas faculdades eclesiásticas, devidamente atualizadas, apresentam-se como promotoras do conhecimento das ciências sagradas, utilizando métodos e instrumental apropriados para realizar suas investigações.

4.4.13.

A coordenação das escolas católicas (GE 12)

Considerando a identidade e o fim comum, bem como as necessidades do mundo, o Concílio orienta para a formação de uma rede de escolas católicas, de modo a colaborarem umas com as outras. A partir do compromisso crescente entre as diversas instituições escolares católicas, entre si e com as demais, promovem um processo de interação e cooperação da comunidade humana.

O trabalho conjunto na pesquisa acadêmica, sua coordenação e colaboração permitem a complementaridade e a democratização no acesso ao conhecimento. Assim, este trabalho pode ser realizado entre as faculdades de uma mesma universidade e entre universidades diversas. O trabalho em conjunto permite a abertura ao outro e a partilha do caminhar para o fim comum. Crescem os frutos para o bem da humanidade.

4.4.14.

Conclusão: exortação aos educadores e alunos

A preocupação com a juventude perpassa toda a GE. O mundo de então é jovem. E os jovens assumem os desafios de seu tempo com a coragem que lhes é característica, respondendo à vocação na escolha da continuidade de seus estudos.

O Concílio exorta-os para que recebam o múnus educativo e, como educadores, vão em missão às regiões onde a educação da juventude está comprometida.

O Concílio finaliza a declaração agradecendo aos sacerdotes, aos religiosos e aos leigos que assumem seu apostolado na educação, e pede que perseverem em sua missão. Pelo ensino, a educação é evangelizadora, pois Jesus é Mestre e ensina aos educadores sua arte pedagógica. É por seu Espírito, no estudo das ciências e na atuação pedagógica, que a Igreja se renova e sustenta sua presença no mundo, sobretudo no intelectual, que define e constrói os parâmetros de interpretação e de direção da humanidade.

Este mundo intelectual realiza-se através da inserção do pensamento eclesial: Palavra que se expressa, que se encarna no mundo, em que a fé e a razão desenvolvem o pensamento intelectual e norteiam a formação humana.

O amanhã começa na ação educativa de hoje.

4.5. Conclusão

A GE estabelece princípios a serem desenvolvidos posteriormente por uma comissão própria e pelos bispos das igrejas particulares (proêmio). No desenvolvimento de seu pensamento, destaca-se a importância dos leigos nas instituições não-católicas.

A tensão entre a educação cristã, o direito dos batizados e o dever decorrente do mandato de evangelizar oferece desdobramentos em discussões pós-conciliares: a defesa do direito universal, a educação cristã, a formação de identidade que inclui a religiosa, o ensino ecumênico, o ensino inter-religioso, o ensino laico e, atualmente, o ensino religioso fenomenológico, o ensino confessional e o ensino confessional e plural.

Os princípios educativos não são frutos de idealizações e sim da compreensão e sistematização da própria vida da Igreja em seu caminhar, como processo de aprendizagem e anúncio da Boa Nova no mundo. Buscam-se soluções concretas para sua pastoral, em um esquema que considere a perspectiva eclesiológica em discussão.

O compromisso dos padres conciliares com a educação choca-se com as relações específicas com a sociedade e com o Estado, que fragilizamos direitos da família.

A educação é compreendida como um direito para a superação da pobreza através do acesso aos bens culturais, da justa distribuição dos bens e da ascensão social. É necessário transpor a abstração dos argumentos e encarnar-se na atuação dos cristãos. É esta a saída do limite da escola católica para uma escola não-confessional, que envolve posicionamentos e conhecimentos específicos, próprios dos leigos que atuam neste espaço, que perpassam a estrutura social e modificam suas bases. O Vaticano II transpõe o pensamento institucional para a compreensão do processo educativo humano.

A atividade educativa é de cooperação de batizados, de não-católicos, de instituições diversas e de várias instâncias do poder público. Por ela, promove-se a solidariedade como caminho para ser percorrido no pós-concílio. As posições críticas vigoram por muito tempo, sendo algumas observadas ainda hoje.

O Concílio sistematiza sua compreensão de Igreja que se faz serviço através do processo educativo – aprendendo e ensinando em ações entrelaçadas. Aprendendo de Jesus Mestre, guiada pelo Espírito Santo, a Igreja assume e aprende a amar a todos (cf. Jo 15, 12), oferecendo a si mesma como alimento diário nas instituições escolares, através dos seus.

Pela educação, a Igreja se faz ponte, promovendo a travessia entre os campos do saber e a comunidade escolar, entre o mundo e uma nova realidade.

5

Conversão pastoral como processo educativo permanente

Aprofundaremos neste capítulo a relação dialógica que se constitui neste pós-concílio entre a consciência educativa da Igreja e sua respectiva ação pastoral no mundo. Tal reflexão tem como objetivo convocar a todos a uma reflexão do processo educativo como permanente conversão. Assumir a pastoral na educação é considerar-se Igreja em missão, que não se acomoda às estruturas sociais que excluem a tantos e ameaçam a vida humana. É também aprender a anunciar a Boa Nova às novas gerações, como herança do que recebemos em usufruto. A conversão pastoral envolve uma constante avaliação da caminhada para identificar aonde melhor ir, dar o passo seguinte. É um exercício que se faz em conjunto, em comunidade.

Estamos na escola do Concílio Vaticano II, que marca a história da Igreja e do mundo, configurando uma nova realidade. O centro da vida cristã, a partir da qual irradia o Evangelho, é a comunidade. Através da relação entre as pessoas constitui-se a relação com Jesus Cristo. A relação com Jesus Cristo configura a relação da comunidade. É uma proximidade que implica comunhão, serviço e testemunho.

A cátedra, o púlpito e a docência são lugares de autoridade e inserem-se no projeto educativo cristão. São espaços em que a Igreja reunida compreende a si mesma em sua ação missionária e educativa no mundo, num movimento alimentado pela eucaristia e impulsionado pela ação do Espírito Santo.

O agir educativo é uma razão de ser da própria Igreja, uma obra de misericórdia. É expressão de sua missão peregrina na história na condução em favor das novas gerações, “para que vocês estejam onde eu estiver” (Jo 17, 21).

Em comunidade e a partir da comunidade, a Igreja vive seu processo contínuo de conversão, formando as instâncias eclesiais e exercendo suas atividades. Tendo a comunhão trinitária como fonte, a comunhão dos santos se expande na solidariedade humana. Assim, a comunhão eclesial em sua ação pastoral no mundo abrange todas as dimensões da vida humana, tornando-as participantes da vida e da justiça divinas pela prática dos valores evangélicos. Inserida no mundo, a Igreja infunde neste os valores éticos, pessoais e morais, fomentando o Reino a partir da consciência eclesial como, “segundo Aparecida,

com uma autêntica *conversão pastoral* que não se reduz a mudanças de estruturas e planos, mas principalmente de mentalidade” (CC 150).

Assim, os fiéis assumem este compromisso nas instituições educativas, iniciando sua ação na família, atravessando a escola e multiplicando em ações nos meios que se fazem intencionalmente educativos, como os de comunicação.

Educar é um processo que permeia o ser humano em suas relações, em resposta ao relacionamento com Deus. A compreensão da educação instiga a pessoa a sair do imobilismo e do conforto, e a tornar-se artífice no mundo, na consciência de sua identidade única na família humana. “Educação é um processo pelo qual aprendemos uma forma de humanidade”²⁰². Processo que é mediado pela linguagem, na Palavra que se faz carne e que alimenta, configurando o fiel e o mundo a partir da relação amorosa entre a humanidade e Deus. “O princípio interior, a força permanente e a meta última de tal dever é o amor” (FC 18). Através do processo educativo, a Igreja realiza a conversão do agir pastoral no mundo.

5.1. Novas formas de ser presença no mundo

Na atualidade, a tela do computador, do *iphone* e do *smartphone* delimita a perspectiva com que se compreende a realidade. As informações são midiáticas, virtuais. A relação entre as pessoas é definida pela ponta do dedo. A sociedade, a cultura e a religião encontram-se neste contexto. O individualismo, o relativismo moral e o utilitarismo difundem-se e formam um novo processo de identidade. Um acelerado processo de globalização e a aplicação de novas tecnologias no campo da informação atuam nos percursos formativos. Os processos são múltiplos.

As migrações diversificam as identidades culturais no mesmo território, trazendo dificuldades na integração de grupos humanos. A sociedade se configura global e diversificada, local e planetária, em que diversos e contrastantes modos de interpretar o mundo e a vida estimulam os jovens a diferentes propostas de valores e desvalores.

²⁰² ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1981. P. 51.

As radicalidades e os fundamentalismos destacam-se. A estabilidade da família fragiliza-se em situações de mal-estar e pobreza, gerando e difundindo um sentido de desorientação a nível existencial. As dificuldades afetivas no período do crescimento e de maturação de crianças e jovens expõem-nos ao perigo de serem “batidos pelas ondas e levados por qualquer sopro de doutrina” (Ef 4, 14)²⁰³. É preciso renovar permanentemente as esperanças e seguir na estrada da vida em uma nova presença no mundo. “Estamos diante de um desafio educativo” (LS 209).

Não há estratégias de libertação que não passem pela educação, direito inalienável de qualquer cidadão, processo único através do qual o ser humano pode resgatar a sua dignidade a afirmar-se no mundo como pessoa, configurando a sua existência por um sistema de valores e transformar a liberdade de desafio numa liberdade de participação democrática. Neste sentido, a educação é uma força impulsionadora da mudança, uma arma de conversão do ser humano, de resgate da sua dignidade... uma educação em liberdade, promotora do espírito crítico e problematizante que seja capaz de fazer a ponte entre a teoria e a prática e de responder à riqueza presente na diversidade cultural.²⁰⁴

É preciso enfrentar as dificuldades e as limitações através das relações que se constituem entre nós. A consciência de que somos uma única família, que o que acontece a um membro afeta a todos, que só crescemos e amadurecemos juntos, é a direção da revolução cristã que se realiza na história.

A família doméstica expande-se na comunidade escolar, sendo referência nos relacionamentos sociais. O ser humano é o conteúdo da educação. Educar é apresentá-lo a ele mesmo, ao que é, através do que realiza na história. E é no presente que o ser humano é e age, em seu contexto histórico, a partir do qual escreve a história humana. Ser humano que é enquanto tal porque é família, é escola e é cidadão. E, através do agir pastoral, é Igreja.

5.2. Ser magistério é ser educador

Ser magistério é estar aberto a um ensinamento sempre novo, participação na autoridade de Jesus Mestre. O ensinamento que envolve a pedagogia do amor, do empenho, do diálogo em busca da verdade e da convivência provocadora. É

²⁰³ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20070908_educare-insieme_po.html. Acesso em: 12/01/2016. N. 1.

²⁰⁴ FIGUEIRA, Eulálio e JUNQUEIRA, Sérgio (orgs.). Teologia e Educação: educar para a caridade e a solidariedade. São Paulo: Paulinas, 2012. P. 193.

configurar uma pedagogia de quem a vive e por isso a comunica como algo de si.²⁰⁵

O contexto atual traz desafios que precisam ser enfrentados: a nova e agressiva secularização, auxiliada pela globalização e hostilidade à fé tradicional; o enfrentamento vital de grupos fundamentalistas islâmicos; e os dilemas morais que a revolução na biotecnologia e na engenharia genética apresentam.²⁰⁶

As fragilidades da Igreja também são desafios a enfrentar, seja nos escândalos e controvérsias na América do Norte, na debilidade e indiferença religiosa na Europa, no florescimento da África, na difusão protestante na América Latina ou na resistência de uma minoria na Ásia²⁰⁷. Fragilidades que se apresentam em graus diferenciados por todo o planeta.

No entanto, a certeza de que “o dever e o direito de educar assiste à Igreja, a quem foi confiada por Deus a missão de ajudar os homens para poderem chegar à plenitude da vida cristã”²⁰⁸ configura sua identidade, presença e permanência (resistência) no mundo da educação. Enquanto magistério, a Igreja sustenta seu agir na diversidade de funções, que convergem para o fim último. Sua estrutura se sustenta na educação integral, na necessária dimensão religiosa que a integralidade humana envolve para o desenvolvimento da personalidade, dinâmica do processo formativo da pessoa cidadã e crente.

Importante superar a confusão entre educação integral e escola integral. Enquanto a primeira está ligada ao processo e suas dimensões, a segunda é relacionada à instituição, muitas vezes compreendida como carga horária diária da escola.

Na defesa da educação integral encontra-se a escola em que se forma a partir das dimensões da pessoa humana, inclusive a identidade religiosa. No processo educativo democrático em que se realiza a igualdade de oportunidades para todos, a matrícula e a qualidade da formação devem ser garantidas. A escola faz-se comunidade pela integração de participações, dos profissionais aos alunos, tendo os pais como atuantes e responsáveis no processo. Ser comunidade é o

²⁰⁵ Cf. CNBB. Pastoral da Educação: estudo para diretrizes nacionais. Edições CNBB, 2016. N. 46. (Estudos da CNBB, 110)

²⁰⁶ Cf. DEL BOVE, Stefano. Education as a path to love: a leadership perception of Benedict XV's challenge to catholic education. 2008. 186p. Tese (Doutorado) – Graduate School of Education, Fordham University, Nova Iorque, 2008. P. 8.

²⁰⁷ Cf. Idem, p. 10.

²⁰⁸ CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 11.ed. São Paulo: Loyola, 2010. N. 794.1.

aprendizado em que cada pessoa apresenta sua responsabilidade em favor da formação de uma sociedade mais humana.

No pós-concílio, a centralização do processo educativo na escolarização faz com que se amplie o atendimento da educação infantil à creche, estendendo-se pela juventude e pela maturidade (do ensino médio à graduação), tornando-se imprescindível a consciência educativa para uma atuação pastoral neste meio. Nesta expansão do atendimento escolar frente ao atual contexto, é preciso ter clareza de que ser magistério na instituição educativa apresenta-se como assumir a pedagogia divina na realidade. Sendo os leigos os principais agentes, é preciso também que sua inserção profissional seja iluminada pela razão na perspectiva da fé, em que as dimensões secular e teológico-espiritual formem um cristão integral. Assim, o ato educativo é realizado pela busca da razão de ser das coisas para organizá-las: o ambiente, no tempo e espaço; a presença de pessoas que agem e interagem; e um programa ordenado e livremente aceito. As pessoas, o espaço, o tempo, as relações, o ensino, o estudo e as atividades diversas são consideradas em uma visão orgânica e multidimensional no projeto político pedagógico.

“As formas e a gradualidade no desenvolvimento do projeto educativo estão condicionadas e guiadas pelo nível de conhecimento das condições pessoais dos alunos”²⁰⁹. São estes conhecimentos que auxiliam o educador católico na organização de um ambiente familiar, humano e espiritualmente rico, materialmente modesto, de estrutura idônea e com espaços reservados para as atividades cotidianas. Todos são responsáveis a partir de sua especificidade, inclusive os alunos. A reflexão dos elementos do projeto pedagógico auxilia a estruturação e a organização do agir consciente da Igreja na formação de discípulos-cidadãos.

5.2.1 Na família

No princípio, é a família. Por ela, a vida inicia-se como serviço (cf. FC 28), numa comunidade querida pelo próprio Deus como comunidade íntima de vida e de amor (cf. GS 12). Os pais são os primeiros e mais importantes educadores.

²⁰⁹ Congregação para a Educação Católica. Dimensão religiosa da Educação na Escola Católica: orientações para a reflexão e a revisão. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19880407_catholic-school_po.html. Acesso em 12/01/2016. N. 23.

O dever de educar mergulha as raízes na vocação primordial dos cônjuges à participação da obra criadora de Deus: gerando no amor e por amor uma nova pessoa, que traz em si a vocação ao crescimento e ao desenvolvimento, os pais assumem, por isso mesmo, o dever de ajudar eficazmente a viver uma vida plenamente humana. (FC 36)

Todo e qualquer outro meio de educação precisa ser configurado como auxiliar deste exercício.

Na relação entre pais e filhos, o amor e o respeito encontram-se como referência de autoridade irrenunciável para outras instâncias sociais, na formação moral que não pode ser delegada, na educação da vontade e na formação ética (cf. AL 263-266). É no diálogo entre pais e filhos que se vive na consciência do dom, no qual cada um dá e recebe. É a formação de uma família de “pessoas que compreendam sem reservas que a sua vida e a vida da sua comunidade estão nas suas mãos e que esta liberdade é um dom imenso” (AL 262).

A família é o âmbito de socialização primária, porque é o primeiro lugar onde se aprende a relacionar-se com o outro, a escutar, partilhar, respeitar, ajudar, conviver. A tarefa educativa deve levar a sentir o mundo e a sociedade como “ambiente familiar”: é uma educação para saber “habitar” mais além dos limites da própria casa... A família tem de inventar, todos os dias, novas formas de promover o reconhecimento mútuo. (AL 276)

A vida familiar marca os acontecimentos: o ritmo semanal da escola e do trabalho, das atividades em casa, da organização do ambiente, das festas, do lazer, dos nascimentos e mortes, da sala e da cozinha. A família informa e forma os valores e a identidade de todos. Numa família católica segue o acompanhamento na vida religiosa na celebração dos sacramentos, o encontro para orações, as festas litúrgicas, a compreensão dos significados religiosos, impregnando o cotidiano de amor e de respeito, marcando as crianças por toda a sua vida (cf. CT 68) e tornando a família cristã “sinal da salvação de Cristo no mundo” (FC 6). “A família deve continuar a ser lugar onde se ensina a perceber as razões e a beleza da fé, a rezar e a servir o próximo” (AL 287).

Na família, cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, como, por exemplo, o uso correto das coisas, a ordem e a limpeza, o respeito pelo ecossistema local e a proteção de todas as criaturas. A família é o lugar da formação integral, onde se desenvolvem os distintos aspectos, intimamente relacionados entre si, do amadurecimento da pessoa. Na família, aprende-se a pedir licença sem servilismo, a dizer “obrigado” como expressão de uma sentida avaliação das coisas que sabemos, a dominar a agressividade ou a ganância e a pedir desculpa, quando fazemos algo de mal. Estes pequenos gestos de sincera cortesia ajudam a construir uma cultura da vida compartilhada e do respeito pelo que nos rodeia. (LS 213)

O testemunho concreto no enfrentamento das dificuldades introduz os filhos progressivamente na descoberta do mistério e no diálogo pessoal com Deus (cf.

FC 60). No dever permanente de educação na fé (cf. FC 51), os pais comunicam o evangelho aos filhos e a família evangeliza outras famílias no ambiente em que está inserida. Novas formas de colaboração se desenvolvem nas comunidades cristãs.

Como cidadãos, todos os batizados têm direito à educação e a uma educação cristã. Em subsidiariedade, cabe às autoridades públicas atender às necessidades familiares, para que possam cumprir suas responsabilidades.

O dever social das famílias é chamado ainda a manifestar-se sob a forma de intervenção política: as famílias devem com prioridade diligenciar para que as leis e as instituições do Estado não só não ofendam, mas sustentem e defendam positivamente os seus direitos e deveres. Em tal sentido as famílias devem crescer na consciência de serem protagonistas da chamada “política familiar” e assumir a responsabilidade de transformar a sociedade: de outra forma, as famílias serão as primeiras vítimas daqueles males que se limitaram a observar com indiferença. (FC 44)

A primeira instituição de interação nesta relação entre família e sociedade é a escola. Cabe ao poder público a oferta de matrícula e à família de buscar uma unidade que responda aos valores vividos em casa. Aspira-se uma relação cordial e constitutiva entre família, professores e equipe escolar. A escola católica apresenta-se como a comunidade cristã animada pelo fermento evangélico.

Se nas escolas se ensinam ideologias contrárias à fé cristã, toda família, junto com outras, possivelmente mediante formas associativas, deve com todas as forças e sabedoria ajudar os jovens a não se afastarem da fé. Neste caso, a família tem necessidade de especial ajuda da parte dos pastores, que não poderão esquecer o direito inviolável dos pais de confiar os seus filhos à comunidade eclesial. (FC 40)

A relação com o Estado se realiza a partir da cidadania da pessoa, membro de uma família. Esta responde em sua responsabilidade pelos seus filhos. Cabe ao poder público promover a liberdade de ensino, tutelando e garantindo a liberdade de consciência, bem como o direito inalienável dos pais em escolher o projeto educativo que lhes corresponda. A liberdade de consciência garante a independência da família em relação ao sistema político, bem como à prática pública desta consciência, presente na fé professada. “E a comunhão e a participação diariamente vividas em casa, nos momentos de alegria e de dificuldade, representam a mais concreta e eficaz pedagogia para a inserção ativa, responsável e fecunda dos filhos no mais amplo horizonte da sociedade” (FC 37).

Família e sociedade organizam-se em função complementar pelo bem de todos os homens e de cada homem (cf. FC 45), tendo a mulher uma especial participação no processo educativo de todos (cf. FC 22-24).

5.2.2. Na instituição educativa

A educação realiza-se em contexto comunitário. Na escola, o “diálogo com a família, em atitude de profunda escuta sobre as necessidades e expectativas [torna-se] autêntico laboratório de uma atitude intercultural, mais que proclamada, vivida”²¹⁰. Família e escola se vinculam a partir da preocupação educativa comum²¹¹, associadas segundo as respectivas competências.

A escola assume a responsabilidade em oferecer pontos de referência que permitam à pessoa encontrar sua posição no mundo. Os professores, pessoas mais próximas aos alunos e à família, trazem em si a responsabilidade de respeitar sempre a pessoa humana que busca a verdade de seu próprio ser e apreciar e difundir as grandes tradições culturais abertas à transcendência e que expressam aspiração à liberdade e à verdade.²¹²

A compreensão eclesial da escola está em educar as novas gerações em comunhão e para a comunhão, em um projeto de formação permanente capaz de enfrentar os desafios educativos como missão partilhada, fornecendo instrumentos eficazes.²¹³

A centralidade antropológica da educação destaca a auto-reflexividade: através do hábito de meditar sobre as próprias experiências e comportamentos, a pessoa cresce na consciência de si, desenvolvendo estratégias cognitivas e formando-se no romper da centralização egoísta. O clima de confiança, de disponibilidade e de escuta permeia o itinerário formativo. Através da reflexão sobre a própria cultura e no diálogo com as demais, o educando encontra-se em um horizonte de pertença à humanidade. Educa-se através do outro na universalidade e na cidadania, identificando os conhecimentos necessários para compreender a atual condição do ser humano planetário, que é definido pelas suas múltiplas interdependências.²¹⁴

²¹⁰ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar al diálogo intercultural em la escuela católica: vivir juntos para una civilización del amor. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20131028_dialogo-interculturale_sp.html. Acesso em 12/01/2016. N. 58. (T. N.)

²¹¹ Cf. Idem. N. 52.

²¹² Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 18.

²¹³ Cf. Idem, Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 20.

²¹⁴ Cf. Idem, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 59.

O compromisso educativo centra-se em formar um novo ser humano enquanto participante ativo na sua construção e, por meio dela, da sociedade. Pela relação fraterna com os demais, cada um reconhece seu direito à própria identidade. A partir das diferenças culturais e raciais, linguísticas, religiosas e ideológicas, todos reconhecem-se como irmãos e aceitam a diversidade.

Formar a pessoa envolve um sujeito que, no amor, constrói a própria identidade histórica, cultural, espiritual, religiosa, colocando-a em diálogo com outras pessoas, numa dinâmica de dons reciprocamente oferecidos e recebidos. No contexto da globalização, é necessário formar pessoas capazes de respeitar as identidades diversas, sobretudo os sofrimentos e as necessidades dos demais, na consciência de que "todos somos verdadeiramente responsáveis por todos".²¹⁵

A raiz da proposta formativa está no patrimônio espiritual cristão em constante diálogo com o patrimônio cultural e com as conquistas da ciência. Escolas e universidades são comunidades educativas nas quais a experiência de aprendizagem se alimenta da integração entre pesquisa, pensamento e vida.²¹⁶

Pela educação na comunidade, a educação da comunidade. Afirmam-se as identidades distintas, a diversidade. Supera-se a tendência universal de igualdade cultural das sociedades, em que se ignoram os patrimônios simbólicos construídos, defendidos e transmitidos durante séculos por povos distintos.²¹⁷

A juventude é a prioridade²¹⁸, pois é exposta aos dramas humanos e dela depende a renovação da Igreja e da humanidade. É indispensável que o jovem assimile instrumentos teóricos e práticos que o forme em um maior conhecimento dos demais e de si mesmo, dos valores das diversidades.

A partir de seu território de pertença, o jovem é sensível aos problemas sociais do seu tempo e precisa compreendê-los, projetando hipóteses para seu projeto de vida, experimentando no cotidiano a gramática do diálogo²¹⁹ e formando uma identidade forte a partir da própria tradição e da cultura.

²¹⁵ Cf. Idem. Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 44.

²¹⁶ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar hoje e amanhã: uma paixão que se renova – *Instrumentum laboris*. Brasília: Edições CNBB, 2014. (Documentos da Igreja, 15)

²¹⁷ Cf. Idem, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 70.

²¹⁸ Cf. CNBB. Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2010. P. 81. (Documentos da CNBB, 85)

²¹⁹ Idem, n. 57.

Considerando a juventude, as instituições educativas precisam ter três direções fundamentais: a integração, sua interação e o reconhecimento do outro²²⁰.

Assim, *educar em comunhão e para a comunhão*²²¹ é educar para o amor, expressão da maturidade humana. Amar é a vontade de promoção do outro, é confiar nele e, como consequência, ato fundamentalmente educativo. É verbo que precisa ser aprendido a conjugar junto, nunca sozinho, em um “processo necessário de valorização da própria identidade”²²².

Portanto, torna-se necessário desenvolver projetos educativos que destaquem a dimensão do diálogo intercultural. Só no diálogo é possível compreender as diferenças como enriquecimento recíproco, em culturas que correspondem às necessidades dos tempos e lugares. É preciso novas perspectivas pedagógicas que dialoguem com as culturas e que envolvam todos em colaboração, de modo que as pessoas de boa vontade, sem distinção de confissão religiosa, trabalhem honestamente pelo verdadeiro progresso do ser humano²²³.

Numa concepção dinâmica da cultura, “a perspectiva intercultural comporta uma verdadeira mudança de paradigma a nível pedagógico. Passa-se da integração à procura do acolhimento das diferenças”²²⁴. A diversidade é compreendida como expressão da fundamental unidade do gênero humano, em enriquecimento e desenvolvimento recíprocos, no potencial universal próprio de todas as culturas. Em resposta ao pluralismo cultural, o pluralismo escolar²²⁵. “A revolução do cristianismo é também uma revolução pedagógica e educativa”²²⁶.

Isso implica que tal encontro se deve realizar na escola em forma de elaboração, isto é, de confronto e de inserção dos valores perenes no contexto atual: de fato, a cultura, para ser educativa, deve enxertar-se nas problemáticas do tempo em que se desenvolve a vida do jovem. A escola deve estimular o aluno ao exercício da inteligência, solicitando o dinamismo da elucidação e da descoberta intelectual e explicitando o sentido das experiências e das certezas vividas.²²⁷

²²⁰ Cf. Idem, n.. 78.

²²¹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar juntos na escola católica*, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 43.

²²² Idem, *Educar al diálogo intercultural em la escuela católica*, n. 41. (T. N.)

²²³ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A Escola Católica*. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html. Acesso em: 12/01/2016. N. 67.

²²⁴ Idem, *Educar juntos na escola católica*, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 67.

²²⁵ Cf. Idem, *A Escola Católica*, n. 13.

²²⁶ FIGUEIRA e JUNQUEIRA (orgs.), *Teologia e educação*, p. 213.

²²⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *A Escola Católica*, n. 27.

Como ambiente de crescimento integral da pessoa e enquanto uma comunidade de formação e de estudo, a escola recupera sua unidade à luz evangélica, aporte para a constituição da identidade de cada um e da sociedade que se entrevê²²⁸. Como instituição social, relaciona-se com o mundo da política, da economia, da cultura e com a sociedade no seu conjunto, sendo diretamente relacionada à uma proposta política específica, na qual a família tem uma posição definida.²²⁹

Na sociedade, a educação é compreendida como projeto político, sendo lugar de atuação do leigo. Nem sempre de modo pacífico, é um campo pastoral em que se encontram projetos nacionais diversos, realidade local, núcleos familiares e valores religiosos. Processo político-pedagógico que expõe a tensão entre Igreja e Estado e que precisa da observação de leis justas para o bem comum e de referências e encaminhamentos pastorais.

Se não é indiferente o *como* um aluno aprende, também não o é o *que coisa*. É importante que os professores saibam selecionar e propor à consideração dos alunos os elementos essenciais do patrimônio cultural, acumulado no tempo, e o estudo das grandes questões que a humanidade enfrentou e enfrenta. Caso contrário, o risco é o de ter um ensino orientado a fornecer unicamente o que parece ser *útil* hoje, porque pedido por uma exigência econômica e social abrangente, mas que se esquece daquilo que para a pessoa humana é *indispensável*.²³⁰

Pensar em uma educação que seja pautada no diálogo intercultural é repensar a composição multicultural das aulas, os conteúdos de ensino, os modos de aprendizagem, a organização, as regras, a relação com as famílias e o contexto sócio-cultural. O projeto curricular abre-se à perspectiva intercultural e propõe a atenção ao estudo de civilizações antes ignoradas, favorecendo o diálogo e o intercâmbio cultural e espiritual.²³¹

A pedagogia ilumina o processo de aprendizagem pelo seu caráter sistemático e relacional. A partir de valores de referência, as disciplinas constituem importantes recursos e meios de educação. Promove-se a unidade entre os saberes, superando a fragmentação e a abstração.²³²

²²⁸ Cf. Idem, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 80.

²²⁹ Cf. Idem. A Escola Católica no limiar do Terceiro Milênio. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_27041998_school2000_po.htm. Acesso em: 12/01/2016. N. 16.

²³⁰ CNBB, Educar hoje e amanhã, p. 21.

²³¹ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 68.

²³² Cf. Idem, nn. 65.79.

As diversas ciências, em sua identidade própria de conteúdo e metodologia, encontram sua correlação dinâmica em um horizonte sapiencial, expressando algo da pessoa e da verdade. Pelas dimensões cognitiva e relacional-afetiva da aprendizagem, a pessoa descobre sua liberdade, dom de Deus.²³³

O currículo faz-se instrumento para explicitar as finalidades, os objetivos, os conteúdos e as modalidades do processo ensino-aprendizagem, manifestando sua identidade pedagógica. É um trabalho árduo, que define os valores de referência, as prioridades temáticas, as opções concretas, possibilitando a síntese entre fé, cultura e vida.

Na estruturação do ambiente e da rotina, todos encontram a referência de se localizar no espaço e no tempo, no quem vem antes e na perspectiva do depois, possibilitando a liberdade de atuar e a interdependência. A educação vive seu dinamismo no tempo, em um ambiente específico, em uma construção histórica.

5.2.2.1.

Na escola confessional católica

A escola católica é uma instituição eclesial, que, por sua confessionalidade, tem os princípios evangélicos como normas educativas, motivações interiores e metas finais²³⁴, num forte vínculo com a comunidade cristã²³⁵. Encontra-se inserida na sociedade a partir da “liberdade de ensino e direito dos pais a escolherem para os seus filhos uma educação conforme com as suas legítimas exigências”²³⁶.

Historicamente, a escola católica surge como resposta às exigências das classes menos favorecidas do ponto de vista social e econômico, para crianças e jovens vindos de famílias desagregadas e incapazes de amor, que vivem muitas vezes em situações de miséria material e espiritual como escravos dos novos ídolos da sociedade, aos quais esperam um futuro de desemprego e marginalização²³⁷. Em sua dimensão eclesial, fundamenta-se em ser uma escola para todos, principalmente para os que mais precisam.

²³³ Cf. Idem, nn. 67.69.

²³⁴ Cf. Idem. N. 34.

²³⁵ Cf. Idem, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 86.

²³⁶ Idem, A Escola Católica, n. 82.

²³⁷ Cf. Idem, A Escola Católica no limiar do Terceiro Milênio, n. 15.

De tradição pedagógica, a escola católica traz à luz sua fidelidade a sólidos e inovadores projetos educativos, que consideram a diversidade dos alunos procedentes de ambientes culturais e religiosos diferentes. Suas práticas são compartilhadas pela comunidade escolar na reflexão e no estudo em equipe.

Davis²³⁸ destaca que, em relatos de estudantes, a escola católica é identificada em relação à qualidade acadêmica. Também é considerada pela sua importância no desenvolvimento de valores e da fé, e destacando-se a existência do senso de comunidade.

Na sociedade do conhecimento, a escola católica promove a sociedade da sabedoria, de conhecer para educar a pensar e a ser luz dos valores, para assumir responsabilidades e exercitar uma cidadania ativa. O currículo é o instrumento da reflexão sobre os grandes problemas do nosso tempo.

A comunidade é animada pela espiritualidade na liturgia e na vida de oração. Conduzida pelo Espírito Santo, a escola católica promove a justiça e a solidariedade, e alimenta sua reflexão a partir do sentido da fraternidade e da dedicação. A liturgia e o ritmo sacramental regulam o tempo da vida. Neste caminho catequético-teológico e espiritual é possível ver o rosto da Igreja que apresenta o de Cristo, rezando, escutando, aprendendo e ensinando em comunhão fraterna.²³⁹

Importante destacar a participação da escola católica na pastoral de conjunto e, em especial, na pastoral familiar, sublinhando o trabalho de interação na dinâmica entre pais e filhos.

“A antiga concepção educacional católica, centrada na construção de um ser humano novo, à luz do Mestre interior, foi dando lugar a um novo ideal pedagógico”²⁴⁰. A capacidade de aprender envolve a capacidade de transformar a si e ao mundo. Ser Igreja através de uma instituição educativa católica é um modo especial de missão e de serviço. O *Instrumentum laboris*²⁴¹, destaca sua missão profética:

- ao respeitar a dignidade de cada pessoa e pela sua unidade, rejeita uma educação e instrução de massa, tornando a pessoa humana manipulável e reduzida a um número;

²³⁸ DAVIS, William. Standards for Catholic Elementary Schools: an analysis of self-study instruments and perceptions. 1990. 226p. Tese (Doutorado) - Faculty of the Schools of Arts and Sciences of The Catholic University of America, Washington, 1990. P. 30-31.

²³⁹ Cf. Idem. N. 33.

²⁴⁰ Figueira e Junqueira (orgs.), op. cit., 89.

²⁴¹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Educar hoje e amanhã, p. 19-20.

- a riqueza de oportunidades é oferecida aos jovens para fazê-los crescer e desenvolver as próprias capacidades e talentos;
- uma equilibrada atenção é dirigida aos aspectos cognitivos, afetivos, sociais, profissionais, éticos, espirituais;
- a promoção da pesquisa científica é compreendida como empenho rigoroso em relação à verdade, com a consciência dos limites do conhecimento humano, mas também com uma grande abertura da mente e do coração;
- o respeito pelas ideias abre ao confronto e à capacidade de discutir e colaborar num espírito de liberdade e de atenção pela pessoa.

Na tarefa de aproximar as jovens gerações do conhecimento, a escola as ajuda a compreender suas conquistas e aplicações, sem separar do sentido ético e do transcendente. Ciência e ética, ciência e transcendência se conjugam para uma maior e melhor compreensão do ser humano e do mundo.

5.2.2.2.

Na escola não-confessional

A compreensão cristã envolve a presença pastoral da Igreja no mundo através do serviço missionário à pessoa e à sociedade (GS). A instituição educativa não-confessional é um espaço privilegiado. Como tal, tem no leigo seu principal agente, ainda que não exclusivo, descobrindo a educação como uma das modalidades de evangelização. Através do leigo, a Igreja evangeliza educando e educa evangelizando.

Mas eu penso também nas escolas não-confessionais e nas escolas públicas. E quero exprimir votos ardentes para que, em correspondência a um direito bem claro da pessoa humana e das famílias e no respeito pela liberdade religiosa de cada um, se torne possível a todos os alunos católicos progredirem na sua formação espiritual, com a contribuição de um ensino religioso que depende da Igreja, mas que, conforme os países, pode ser proporcionado pela escola ou no quadro da escola, ou ainda no quadro de um acordo com os poderes públicos sobre a programação e horários escolares... (CT 69)

O cristão educador participa na constituição de uma comunidade educativa e esta participação envolve seu compromisso em incentivar as famílias para que, junto com a escola, atuem nos aspectos concretos da formação dos envolvidos, tendo os alunos como principal preocupação. Envolve também atenção ao ambiente sócio-cultural, econômico e político, compreendendo este além da instituição escolar, alargando a ação para o contexto regional e nacional, bem como outros âmbitos, como os meios de comunicação.

É justo esperar que o educador leigo católico dê a sua adesão, de preferência, às associações profissionais católicas. Mas não se pode considerar como estranho à sua tarefa educativa o participar ou colaborar em outros grupos e associações profissionais ou ligados à educação. Nem o dar a sua contribuição, por mais

modesta que seja, para a consecução de uma adequada política educativa nacional. Nem ainda uma possível atividade sindical, sempre em harmonia com os direitos humanos e os princípios cristãos sobre a educação.²⁴²

O alcance do agir do educador leigo não é limitado à instituição escolar e envolve um projeto pedagógico em sua compreensão mais ampla, como uma associação profissional, a defesa dos direitos de sua categoria e as necessidades decorrentes de seu compromisso profissional, “com o desinteresse e a generosidade, convicto de que a sua vocação encerra um sentido de plenitude e de compromisso pessoal e lhe abre esplêndidas perspectivas, que a fazem digna de ser vivida com entusiasmo” (CT 37).

O cristão educador é imagem do ser humano evangélico, testemunho de quem é e do que acredita, principalmente frente à responsabilidade formativa dos que tem sob sua responsabilidade. Suas atitudes e comportamentos sobressaem sobre sua palavra, apresentando-se como modelo de pessoa no mundo secularizado, tornando possível o ser cristão. Sua docência encontra-se profundamente relacionada ao conteúdo que leciona e à concepção de vida e de mundo que traz, imprimindo significado humanístico às disciplinas e às diversas relações que sustentam sua ação.

Toda a educação se inspira numa determinada concepção do homem. No mundo pluralista de hoje, o educador católico é chamado a inspirar conscienciosamente a própria ação na concepção cristã do homem, em comunhão com o Magistério da Igreja. Esta concepção, incluindo a defesa dos direitos humanos, situa o homem na dignidade de filho de Deus, concede-lhe a mais completa liberdade, porque o considera libertado do pecado por Cristo, e lhe aponta o mais alto destino, que é a posse definitiva e total de Deus através do amor. Por outro lado, coloca-o na mais estreita relação de solidariedade com todos os homens, por meio do amor fraterno e da comunhão eclesial. Estimula-o à obtenção do mais alto progresso do gênero humano, pois afirma que ele foi constituído senhor do mundo pelo seu Criador. Apresenta-lhe finalmente como modelo e ideal o Filho de Deus, Cristo, o ser humano perfeito, cuja imitação é para o homem uma fonte inexaurível de superação pessoal e coletiva. O educador católico pode estar seguro a respeito do que torna o homem mais homem. Caberá sobretudo ao educador leigo revelar existencialmente aos próprios alunos que o homem imerso nas coisas terrenas, o que vive em cheio a vida secular e constitui a maior porção da família humana, encontra-se de posse de uma tão alta dignidade.²⁴³

A educação compreendida como instrumento de ascensão social tem suas expectativas em crise. A profissão de professor está desacreditada socialmente. A baixa estima e as dificuldades geram doenças, angústia e abandono da função. A

²⁴² CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. O leigo católico - testemunha da fé na escola. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19821015_lay-catholics_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

²⁴³ Idem, n. 18.

escola não alcança os objetivos a que se propõe, oferecendo um processo deficiente na formação do cidadão, este já com dificuldades de interação social e de trânsito pelas diversas instituições.

Em termos de qualidade política, a questão também é muito grave, porquanto, de educação básica e instrumentação fundamental da cidadania, o professor não poderia ser agente dela, sem ser, ele mesmo, cidadão. Este horizonte da cidadania é múltiplo, incluindo a valorização profissional, sobretudo em termos de remuneração, encarecimento e organização associativa e sindical. Qualidade, em si, é sempre processo humano, mesmo quando se trata de qualidade formal.²⁴⁴

O compromisso do educador é imprescindível. Sua perseverança e esperança influenciam os demais. A formação das novas gerações está muito mais sob sua responsabilidade do que nas mãos do poder público. Sua mediação com a família faz com que o processo educativo avance. “Com isto chegamos ao ponto: ser professor de educação básica, em particular do 1º grau, é *profissão estratégica*, e como tal merece ser valorizada”²⁴⁵.

Os leigos católicos que trabalham na escola... constituem para a Igreja uma grande esperança. A Igreja deposita neles toda a sua confiança, no sentido de realizarem a integração progressiva das realidades temporais no Evangelho, a fim de fazê-lo chegar a todos os homens. (...) Exorta-os igualmente a se oferecerem como colaboradores nas várias formas e modos do único apostolado da Igreja, que se devem continuamente adaptar às novas necessidades dos tempos, trabalhando indefessamente na obra do Senhor, com a certeza de que, trabalhando para o Senhor, não trabalham em vão (cf. *1 Cor* 15, 58).²⁴⁶

Pela presença do cristão educador, a instituição educativa em sua comunidade torna-se mais consciente de sua dignidade e dos seus deveres, participando mais plenamente da vida econômica, social e política da sociedade.

5.2.2.3. Na universidade

Pensar em universidade é ter a tríade ensino, pesquisa e extensão como serviço amplo na produção de conhecimentos e de cultura e na formação de lideranças sociais. A elaboração madura de conhecimentos e de sínteses produz consciências que se destacam na sociedade.

No entanto, a fragmentação do conteúdo entre as disciplinas dificulta o diálogo entre eles, muitas vezes priorizando a formação técnica para o mercado e

²⁴⁴ DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 87.

²⁴⁵ Idem, p. 46.

²⁴⁶ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, O leigo católico testemunha da fé na escola, nn. 81-82.

o ensino restrito às aulas presenciais. A identidade da universidade precisa ser redefinida, integrando o ser humano em sua formação, na compreensão da busca do saber para melhor agir no mundo.

A universidade católica contribui com a perspectiva de cuidar da formação acadêmica na dinâmica de integração dos saberes, instrumento privilegiado na busca da verdade sobre a natureza, sobre o homem e sobre Deus. Sendo instituição confessional, favorece o diálogo franco entre a Igreja e todas as pessoas, de qualquer cultura. Sua presença nas diferentes sociedades suscita discussões sobre o agir ético e moral, favorecendo o diálogo entre as disciplinas e sua integridade.

A presença da teologia entre os campos dos saberes coloca-os em diálogo, ajudando-os a aprofundar suas razões e significados, assim como estes saberes estimulam a pesquisa teológica, confrontando os dramas da vida e buscando uma melhor compreensão do mundo.

“A opção preferencial pelos pobres leva a evitar toda a forma de exclusão”²⁴⁷, abrindo as portas da universidade ao enfrentamento das dificuldades que a diversidade sócio-econômica dos alunos traz, assumindo a responsabilidade pelo mundo através do compromisso assumido em seus estudantes.

5.2.2.4.

A dimensão espiritual e o ensino religioso

A educação integral ressalta a dimensão espiritual como aspecto da identidade da pessoa humana. A escola, espaço público de formação educativa, precisa ser considerada em sua responsabilidade junto à família, às novas gerações e ao cidadão que também é religioso.

Todas as crianças e jovens devem ter a mesma possibilidade de ascender ao *conhecimento da própria religião* e dos elementos que caracterizam as outras religiões. O reconhecimento de outros modos de pensar e de crer dissipa os medos e enriquece a todos com modos de pensar do outro e com suas tradições espirituais. Por isso, os professores têm a responsabilidade de respeitar sempre a pessoa humana que busca a verdade de seu próprio ser; de apreciar e difundir as grandes tradições culturais abertas à transcendência e que expressam a aspiração da liberdade e da verdade.²⁴⁸

²⁴⁷ Idem, Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 69.

²⁴⁸ Idem, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 18. (T. N.)

Como espaço público, a escola é lugar próprio do leigo, começando como aluno acompanhado pela família e continuando como profissional. É lugar privilegiado para a formação do ser humano e para o testemunho da fé, principalmente no ensino fundamental, em que a dinâmica interativa com a família é mais intensa. A consciência da missão em ser cristão no mundo educativo suscita no leigo uma leitura contextualizada da realidade para melhor responder às suas necessidades.

Para evitar enclausurar-se em um “identicismo” com fim em si mesmo, um projeto educativo deve contar com o crescente grau de plurirreligiosidade da sociedade, e com a conseguinte necessidade de saber conhecer e dialogar com as distintas crenças e com os crentes.²⁴⁹

Os fundamentos teológicos e antropológicos apresentam-se como sólidas bases para uma autêntica pedagogia intercultural, com uma concepção da pessoa humana radicada em suas redes históricas e relacionais, formando um paradigma pedagógico fundamental, meio e fim para o desenvolvimento da própria identidade da pessoa.²⁵⁰

O diálogo se desenvolve como fruto do conhecimento mútuo entre as pessoas, de uma vida em comum, tendo a construção de uma civilização que tem o amor como pilar. O diálogo e o amor são os caminhos para a maturidade porque, no convívio com as demais culturas e religiões, a pessoa cresce, amadurece e constrói a paz. Como instituição educativa cabe à escola salientar a dimensão ética e religiosa da cultura, a fim de fomentar o dinamismo espiritual e ajudar a atingir a liberdade ética que pressupõe e aperfeiçoa a psicológica²⁵¹.

A antropologia cristã põe o fundamento do homem e da mulher, e de sua capacidade de fazer cultura, no feito de serem criados à imagem e semelhança de Deus, Trindade de pessoas em comunhão. E desde a criação do mundo, nos é revelada a paciente pedagogia de Deus. Ao longo da história da salvação, Deus educa a seu povo na ordem da Aliança – é decisiva, a uma relação vital – e a que se abre progressivamente a todos os povos. Esta Aliança tem seu vértice em Jesus, que, através de sua morte e ressurreição, por ela “nova e eterna”. Desde então, o Espírito Santo continua ensinando a missão que Cristo confiou a sua Igreja: “Ide a todas as nações... ensinando-a a observar o que eu vos tenho mandado” (Mt 28, 19-20).²⁵²

A dimensão comunitária é a dimensão da natureza da fé, através da qual pode-se ler na história o apelo de Deus ao ser humano, e pode-se responder. Por

²⁴⁹ Idem, n. 55.

²⁵⁰ Cf. Idem, n. 42.

²⁵¹ Cf. Idem, A Escola Católica, n. 30.

²⁵² CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 34. (T. N.)

isso, a pessoa humana exige que sua cultura seja plenificada, significada a partir de sua fé, num apelo que traz a urgência em responder a Deus para realizar em si e no mundo o usufruto de sua soberania, dom e desígnio de Deus. “A cultura é um modo específico de ‘existir’ e de ‘ser’ do homem”²⁵³.

Na história do cristianismo podemos identificar a dimensão intercultural de seu patrimônio como vocação universal. Na busca de uma fraternidade ideal, a Igreja constrói a mentalidade da civilização ocidental como história da identidade de sua fé, que busca valores éticos comuns e presentes nas distintas tradições religiosas.

Por tanto, a dimensão religiosa não é uma superestrutura, e sim forma a parte da pessoa, e desde a infância; é abertura fundamental aos demais e ao mistério que preside toda relação e todo encontro entre os seres humanos. A dimensão religiosa faz o homem ser mais homem. Que seu ensino seja sempre capaz, como o de São Paulo, de abrir vossos alunos a esta dimensão de liberdade e de plena valorização do homem remido por Cristo, tal como está no projeto de Deus, pondo-se assim em prática uma verdadeira caridade intelectual com numerosos meninos e com suas famílias.²⁵⁴

Na reflexão de Bento XVI, a religião só pode contribuir para o diálogo se Deus tiver lugar na esfera pública. É através do testemunho que as verdades da fé inspiram o encontro entre as pessoas e sua colaboração para o progresso da humanidade. Deste modo, a razão e a fé religiosa colaboram entre si, reconhecem-se reciprocamente e reciprocamente fecundam-se.²⁵⁵

O diálogo entre as religiões e destas com as diversas posições ateias é testemunha de suas formas de interpretação da pessoa e da história. Por este diálogo temos um melhor conhecimento da posição do outro e de seus componentes éticos. “O diálogo segue sendo a única solução possível, inclusive frente à negação do religioso, ao ateísmo, ao agnosticismo”²⁵⁶.

Refletir sobre a dimensão espiritual é centralizar o que favorece o desenvolvimento integral de todo o homem e de todos os homens no reconhecimento do direito à própria identidade. É refletir sobre o sentido profundo da existência e de seus múltiplos conhecimentos, transformando-os em sabedoria

²⁵³ Idem, n. 30. (T. N.)

²⁵⁴ BENTO XVI. Discurso de su Santidad Benedicto XVI a un grupo de profesores de religión em escuelas italianas. Em 25 de abril de 2009. In: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/es/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html. Acesso em: 12/01/2016.

²⁵⁵ Cf. BENTO XVI. Carta Encíclica *Caritas in Veritate* sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2009. N. 56.

²⁵⁶ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 72. (T. N.)

de vida. Diferenças culturais, raciais, linguísticas, religiosas e ideológicas reconhecem-se como irmãs e aceitam a diversidade como constituintes da família humana.

A diversidade é um convite à comunhão, a resposta à própria natureza criada à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26-27), tendo a perspectiva da antropologia bíblica de ser uma *pessoa* como um ser fundamentalmente relacional. Comunhão que requer sempre dupla dimensão, uma vertical (com Deus) e uma horizontal (entre os homens). Dom de Deus, a comunhão é fruto da iniciativa divina realizada no mistério pascal.²⁵⁷

O valor educativo da antropologia cristã no quadro da história da salvação é evidente. Os alunos descobrem o valor da pessoa humana, objeto do amor divino, com uma missão terrena e um destino imortal. A saber, as virtudes de respeito e de caridade para consigo, para com os outros, para com todos. Enfim a aceitação da vida e da própria vocação a orientar segundo a vontade de Deus.²⁵⁸

A fidelidade à identidade em Jesus de Nazaré impulsiona o cristão a abrir a mente e o coração ao diálogo, a inserir-se no processo de secularização da sociedade multicultural que marginaliza a religião à esfera privada, desprestigiando a questão antropológica quanto à dignidade e ao destino do ser humano.

Na discussão da sociedade plural, o direito à liberdade religiosa entremeia-se com a discussão das diversas compreensões do Estado laico. Viver uma sociedade democrática é exigir a garantia da presença da religião na escola. Considerando a geração que se forma e a responsabilidade primeira dos pais, deve ser conforme as convicções destes.²⁵⁹

O ensino da religião na escola constitui uma exigência da concepção antropológica aberta à dimensão transcendental do ser humano: é um aspecto do direito à educação (cf. Cân. 799 CDC). Sem esta disciplina, os alunos estariam privados de um elemento essencial para a sua formação e desenvolvimento pessoal, que os ajuda a atingir uma harmonia vital entre a fé e a cultura. A formação moral e a educação religiosa favorecem também o desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social e demais virtudes cívicas, e constituem então um relevante contributo para o bem comum da sociedade.²⁶⁰

²⁵⁷ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 8.

²⁵⁸ Idem, Dimensão religiosa da Educação na Escola Católica, n. 76.

²⁵⁹ Cf. CONGREGAÇÃO PARA EDUCAÇÃO CATÓLICA. Carta circular n. 520/2009 aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino da Religião na Escola. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20090505_circ-insegn-relig_po.html. Acesso em: 12/01/2016. N. 10.

²⁶⁰ Idem, 10.

O processo educativo envolve a pessoa a partir da sua interioridade, na compreensão de que a dimensão espiritual não é separada na formação humana. A identidade religiosa orienta no conhecimento de si e no aprofundamento de seus valores, de sua fé, de sua constituição histórica e existencial. Transversal à cultura, a dimensão religiosa encontra-se além das escolhas pessoais de fé.

No processo educativo dialógico é importante o acesso a conhecimentos cultural, histórico, moral e literário de diversas religiões, incluindo a católica. A apresentação objetiva da história das religiões contribui para uma compreensão recíproca (cf. CT 54). Não é ensino religioso, e sim formação cultural, em que o ensino intercultural é transpassado por dinâmicas religiosas. A dimensão espiritual não é restrita a este diálogo. A religião enquanto uma prática cultural e uma dimensão espiritual é institucionalizada no cotidiano humano, precisa de estatuto próprio no espaço público, na instituição escolar.

A marginalização do ensino da religião na escola equivale, pelo menos na prática, a assumir uma posição ideológica... Além disso, poder-se-ia também criar confusão ou gerar um relativismo ou indiferentismo religioso se o ensino da religião estivesse limitado a uma exposição das várias religiões de modo comparativo e “neutro”. A propósito, João Paulo II explicava: “A questão da educação católica compreende (...) o ensino religioso no âmbito mais alargado da escola, seja ela católica ou do estado. A tal ensino têm direito as famílias dos crentes, que devem ter a garantia que a escola pública – exatamente porque aberta a todos – não só ponha em perigo a fé dos filhos, mas antes complete, com adequado ensino religioso, a sua formação integral. Este princípio está enquadrado no conceito de liberdade religiosa e do Estado verdadeiramente democrático que, enquanto tal, isto, é no respeito da sua profunda e verdadeira natureza, se coloca ao serviço dos cidadãos, de todos os cidadãos, no respeito dos seus direitos e da suas convicções religiosas” (Discurso aos Cardeais e aos colaboradores da Cúria Romana, 28 de junho de 1984).²⁶¹

O ensino religioso (ER) encontra-se em estado de polêmica na sociedade secularizada, consequência da difícil relação entre religião e poder público. O que manifesta o ser humano dividido em suas dimensões. O conflito sobressai, principalmente ao se discutir a confessionalidade. Também temos o ER confundido com catequese ou doutrinação (cf. CT 67.69). A perspectiva política atual limita a compreensão ao imediato, ao fato, retirando sua inserção no processo histórico da identidade religiosa.

Enquanto dimensão da vida humana, o ER envolve a identidade do educando, diretamente relacionada com a fé professada por sua família. Sua

²⁶¹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Carta circular n. 520/2009 aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino da Religião na Escola, n. 12.

consideração é própria de uma escola e de uma sociedade que pretendem formar a pessoa humana em suas dimensões fundamentais, que permita-lhes a síntese entre cultura e fé.

Assim, o ER encontra-se na dinâmica que envolve a vida pessoal, comunitária, profissional e espiritual, oferecendo sentido e respostas existenciais a todos. Para os estudantes, o ER organiza sua estrutura cognitiva e afetiva a partir de sua identidade religiosa.

O ER católico é distinto da iniciação cristã, com a qual mantém um nexo inseparável. O processo educativo desenvolvido pela iniciação cristã é integrante da instituição religiosa e tem como princípio a adesão da inteligência às verdades religiosas enquanto realidade salvífica vivida pela comunidade cristã na maturação de sua fé. Atravessa um espaço de tempo mais vasto e longo que o escolar - a vida toda. A iniciação cristã é espiritual, litúrgica, sacramental e apostólica.

O ER é próprio da instituição educativa, especialmente da escolar. Seu caminho é o conhecimento da identidade cristã em sua história, sublinhando o aspecto cognitivo-racional. Inserido no projeto de formação integral, o ER promove a educação da fé, em objetivos e critérios próprios da estrutura pedagógica, em um programa próprio, em consonância com a respectiva autoridade religiosa. Em relação interdisciplinar, o ER coordena o saber humano e o conhecimento religioso, promovendo os alunos culturalmente.

A catequese propõe-se promover a adesão pessoal a Cristo e o amadurecimento da vida cristã nos seus vários aspectos (cfr. Congregação para o Clero, Diretório geral para a catequese [DGC], 15 de agosto, 1997, nn 80-87); o ensino escolar da religião transmite aos alunos os conhecimentos sobre a identidade do cristianismo e da vida cristã. Além disso, o Papa Bento XVI, falando aos professores de religião, indicou a exigência de “ampliar os espaços da nossa racionalidade, reabri-las às grandes questões da verdade e do bem, unir entre si a teologia, a filosofia e as ciências, no pleno respeito pelos seus próprios métodos e pela sua autonomia recíproca, mas também na consciência da unidade intrínseca que as conserva unidas. A dimensão religiosa, com efeito, é intrínseca ao fator cultural, contribui para a formação global da pessoa e permite transformar o conhecimento em sabedoria de vida”. Para tal fim contribui o ensinamento da religião católica com o qual “a escola e a sociedade se enriquecem de verdadeiros laboratórios de cultura e de humanidade, nos quais, decifrando a contribuição do cristianismo, habilita-se a pessoa a descobrir o bem e a crescer na responsabilidade, a procurar o confronto e apurar o sentido crítico, a inspirar-se nos dons do passado para compreender

melhor o presente e projetar-se conscientemente para o futuro” (Discurso aos professores de religião, 15 de abril de 2009).²⁶²

O ensino escolar da religião católica tem finalidades específicas de instrumentalizar a razão frente às grandes questões da verdade e do bem. Tem como característica o diálogo entre teologia, filosofia e ciências, em sua unidade. Considerando a dimensão religiosa intrínseca à cultura, o ER favorece a transformação do conhecimento em sabedoria de vida.

Com *status* de disciplina escolar, o ER dimensiona o currículo junto a outras disciplinas, promovendo qualificadamente o necessário diálogo interdisciplinar e intercultural, mostrando sua eficácia enquanto ensino confessional da religião.²⁶³

Participante fundamental da prática pedagógica, o ER auxilia o aluno em uma opção de vida consciente e coerente. Integrando os conteúdos ministrados de modo explícito e sistemático, propõe o diálogo entre a cultura geral e a cultura religiosa. Assim, o cristão configura-se como interlocutor consciente de Deus, disponível a seu amor, expresso através da sua integração responsável na sociedade.

O educador tem a missão de oferecer o ER dentro dos limites concretos de suas possibilidades, em colaboração com outros educadores e ajudando a todos a crescer nos conhecimentos e em suas convicções²⁶⁴. De acordo com a faixa etária e o contexto, em diálogo com várias instâncias da sociedade, cabe-lhe sistematizar os valores e os conteúdos da fé. Deste modo, o educador é guia dos alunos no conhecimento dos elementos da ética social cristã: a pessoa humana, a honestidade, a liberdade, a paz mundial, o bem estar nacional e internacional, a miséria e a fome.

O professor de religião, utilizando as linguagens aptas a mediar a mensagem religiosa, é chamado a estimular nos alunos o aprofundamento das grandes interrogações relativas ao sentido da vida, ao significado da realidade e ao compromisso responsável para a transformar à luz dos valores evangélicos, estimulando um confronto construtivo entre os conteúdos e os valores da religião católica e a cultura contemporânea.²⁶⁵

A formação do cristão educador envolve preparo em cursos válidos para o magistério, a estabilidade profissional, a igualdade de tratamento entre outros

²⁶² CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Carta circular n. 520/2009 aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino da Religião na Escola, n. 17.

²⁶³ Cf. Idem, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 74-75.

²⁶⁴ Cf. Idem, Dimensão religiosa da Educação na Escola Católica, n.. 65.

²⁶⁵ Idem, Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n.. 54.

profissionais e o acompanhamento adequado da Igreja²⁶⁶, bem como sua integração na pastoral orgânica. Sua formação perpassa os âmbitos profissional, teológico e espiritual. “A Igreja está com eles e ilumina-os com o seu magistério social, que está à espera de ser realizado por crentes fortes e generosos”²⁶⁷.

Na educação, a religião torna-se construtora da comunidade social em vista da promoção de todo ser humano, abrindo possibilidades de emancipação e de inclusão universal que toda cultura e toda religião manifesta. Através da educação, a Igreja inclui pessoas e povos em uma única família, em espírito de solidariedade e valores fundamentais de justiça e de paz. Pela colaboração responsável de todos, segundo suas funções e deveres próprios, manifesta-se a Trindade em sua unidade. Assim, a Igreja põe-se a serviço como signo e instrumento desta unidade, “mensagem do cristianismo [que] nunca tem sido tão universal e fundamental como hoje”²⁶⁸.

5.3.

O cristão educador leigo

“Como uma vocação pessoal da Igreja”²⁶⁹, o exercício educativo é dever de todos os fiéis, a começar pela família. Para este exercício, o cristão integra-se nas diferentes instâncias da sociedade, alcançando atuação política que possa garantir uma legislação e as condições institucionais para a devida segurança e estabilidade do processo educativo, numa prática que expresse seus princípios cristãos.

A complexidade do mundo da educação sinaliza situações que somente o leigo pode alcançar, convocando-o, em seu agir cotidiano, a integrar a comunidade escolar.

Participante do múnus profético, o leigo age de modo específico no mundo e de modo privilegiado na escola, tornando a Igreja presente e operante nas instituições educativas através de seu testemunho. Deste modo, ele santifica o mundo pelo exercício de sua profissão. Como educador, é chamado a viver sua fé

²⁶⁶Cf. CNBB. Educação, Igreja e Sociedade. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2005. N. 43. (Documentos da CNBB, 47)

²⁶⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Dimensão religiosa da Educação na Escola Católica, n. 90.

²⁶⁸ Idem, Educar al diálogo intercultural em la escuela católica, n. 71. (T. N.)

²⁶⁹ Idem, Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 6.

na estrutura comunitária da escola, cuidando de sua qualificação profissional e no compromisso apostólico para formação integral da pessoa humana²⁷⁰.

“O ensino é uma atividade de grande importância moral, uma das mais altas e criativas do ser humano: o professor, com efeito, não escreve sobre matéria inerte, mas no próprio espírito dos homens”²⁷¹. Através da formação integral na educação da juventude, o educador integra progressivamente a realidade do evangelho fazendo-o chegar a todos os homens, em um apostolado da Igreja. Sua formação é ampla e permanente, profissional e religiosa, pessoal e comunitária, com títulos que corroborem em sua competência pedagógica e sólida formação doutrinal-teológica. A relação entre a metodologia e a concepção do ser humano é desenvolvida pela doutrina social da Igreja.

Como cristão, o alimento do educador cristão encontra-se na vida litúrgica e sacramental, fonte da vida cristã. Na vida celebrativa aprende a reconhecer seus limites e erros, a superar-se continuamente e a compreender que o ideal que traz sempre lhe será superior. Através da esperança, a consciência de que é um semeador e não um coletor de frutos. No amor, o reconhecimento dos estudantes feitos à imagem e semelhança de Deus e elevados a filhos em Jesus Cristo. A Palavra sustenta sua identidade e tarefa, bem como a oração da Igreja em seu favor.²⁷²

Ser educador leigo é ser testemunha da esperança e do amor no campo da educação. Pelo testemunho, o educador configura sua missão como apostolado, seja pela associação específica junto a outros educadores, aos pais e aos alunos, seja pela sua competência na disciplina que ministra e nas atividades para o bem comum, participando na distribuição dos bens criados como bens de todos. Em sua prática, propõe caminhos, participa da elaboração e atua nos projetos político-pedagógicos em coerência e diálogo entre suas convicções religiosas e com a identidade da escola.

A pluralidade de concepções de ser humano e de educação convoca sua atuação na promoção de um projeto que considere a dignidade humana em suas relações, no respeito aos outros profissionais, com os cristãos separados e com as

²⁷⁰ Cf. Idem, 30.

²⁷¹ Idem, A Escola Católica no limiar do Terceiro Milênio, n. 19.

²⁷² Cf. Idem, O leigo católico testemunha da fé na escola, n. 72.

peessoas de boa vontade; na liberdade religiosa e humana que se concretiza no pluralismo amplo da sociedade.

Na competência profissional e como cristão, o educador encontra-se sempre pronto para defender a verdade, a justiça e a liberdade. Está sempre aberto a ideias, assumindo um compromisso pessoal com os alunos e fraterna solidariedade com todos. Frente o pluralismo ideológico nos espaços formativos, o educador cristão é a pessoa que busca a difícil síntese entre cultura e fé, na coerência de uma vida moral íntegra. Sua meta é fazer de si uma referência de relações, valores e testemunho, usando sua criatividade para romper esquemas intelectuais, mentalidades historicamente construídas e propor novas possibilidades educativas.

A santidade deste leigo realiza-se com frutos expressos na concretude de suas ações e posicionamentos em prol de todos, sempre pela abertura ao sopro do Espírito²⁷³. Ser leigo educador é ser expressão da pedagogia da fé e mediador das pessoas e situações junto a Jesus, manifestando a presença divina perante a humanidade.

Mas a profissão do educador possui uma característica específica: a transmissão da verdade. E esta característica atinge o seu sentido mais profundo no educador católico. Para ele, qualquer verdade é sempre uma participação da única Verdade.²⁷⁴

“A educação requer explicitamente uma opção ética”²⁷⁵. Implica tomada de posição ante propostas, fatos políticos e o cotidiano, assumindo os limites que lhes são apresentados, a começar pelos familiares dos alunos. Muitas vezes sem uma formação religiosa ou moral, a família de muitos alunos é apática na formação ética, não sendo considerada como modelo válido de referência nem pelos próprios filhos. A conjugação dos limites da comunidade escolar com os próprios limites produz no educador, com frequência, cansaço pedagógico e dificuldade crescente na expressão do que deseja.

A opção ética enquanto leigo envolve a permanente doação de si mesmo através da prática educativa em todos os desdobramentos a que é chamado,

²⁷³ Cf. ABREU, Elza Helena de e SOUZA, Ney de (org.). Concílio Vaticano II: memória e esperança para os tempos atuais. São Paulo: Paulinas: UNISAL, 2014. P. 46.

²⁷⁴ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, O leigo católico testemunha da fé na escola, n. 16.

²⁷⁵ CNBB, Educação, Igreja e Sociedade, n. 69.

principalmente na violação da justiça e da verdade. Sendo um cristão educador, mantém a amizade com Deus, podendo encaminhar outros à esta amizade.

No apostolado deste leigo, a civilização do amor torna-se realidade, alcançando a todos na verdadeira liberdade da perspectiva dialógica que o ecumenismo e o diálogo inter-religioso envolvem. Na prática educativa, as culturas emergentes recebem sua resposta. E a Igreja realiza-se no serviço ao mundo.

5.3.1 A mulher

Mas a hora vem, a hora chegou, em que a vocação da mulher se realiza em plenitude, a hora em que a mulher adquire no mundo uma influência, um alcance, um poder jamais alcançados até agora. Por isso, no momento em que a humanidade conhece uma mudança tão profunda, as mulheres iluminadas do espírito do Evangelho tanto podem ajudar para que a humanidade não decaia.²⁷⁶

Refletir sobre a educação é refletir sobre a mulher, seja na família ou na instituição educativa. Bíblica e historicamente, parte considerável da humanidade, a responsabilidade pela formação das novas gerações passa por suas mãos. Dos primeiros passos às primeiras letras, a mão feminina conduz o ser humano na aprendizagem do mundo, a ler os primeiros sinais que lhes são apresentados, sejam eles gráficos ou não. Da mulher que ensina à pessoa que aprende, faz-se a organização de uma casa, a casa comum, lugar em que a família humana vive. Presença que permanece do abaixar para segurar as mãos para andar e para escrever ao acompanhamento de quando começa a correr.

A educação como dimensão espiritual dos pais envolve a mulher de modo especial. Filha, mãe, tia, avó, madrinha, presenças que trazem uma relação afetiva que envolve o processo educativo. Sua dignidade e sua vocação são associadas ao seu pensamento, ao seu coração e às suas obras (cf. MD, p. 5).

Em Gênesis, é a “auxiliar”, resposta à “serpente que nos enganou” (cf. Gn 3, 13), salvação pela maternidade através da descendência (cf. Gn 3, 15), geração na dor do parto ao processo de crescimento dos filhos e sua crescente inserção na sociedade. Em Jesus, é o início da salvação, o consolo no fim da vida do Filho na cruz, continuação de sua presença na Igreja em Pentecostes.

²⁷⁶ Mensagem do Concílio às mulheres – 8 de dezembro de 1965 *apud* MD, p. 1.

Com lógica que lhe é própria, oferece possibilidades às perguntas sem resposta da teologia e do mundo, participando na peregrinação da humanidade. O dualismo masculino do certo e errado encontra sua concepção agregadora: a família reunida em torno da mesa, em que todos sentam-se juntos para partilhar a refeição. Sua presença redimensiona os valores.

Além disso, é preciso observar como a própria mulher, que chega a ser “paradigma” bíblico, se encontra também na perspectiva escatológica do mundo e do homem, expressa no *Apocalipse*. É “uma mulher vestida de sol”, com a lua debaixo dos pés e uma coroa de estrelas sobre a cabeça (cf. Ap 12, 1). Pode-se dizer: uma mulher à medida do cosmos, à medida de toda a obra da criação. (...) *Esta é também a luta pelo homem, pelo seu verdadeiro bem, pela sua salvação*. Não querera a Bíblia dizer-nos que precisamente na “mulher”, Eva-Maria, a história registra uma luta dramática em favor de todo homem, a luta pelo seu fundamental “sim” ou “não” a Deus e ao seu desígnio eterno sobre o homem? (MD, p. 108-109)

Nas presenças no Antigo Testamento, as mulheres são ícones de heroísmo na condução histórica do Povo, protagonistas no ensino de valores e referências de sentido no relacionamento com Deus, figuras que antecipam a plenitude evangélica.

Nas Priscas e Júnias, participam do projeto missionário no primeiro século, destaque evangelizador das primeiras comunidades e presença fundamental do carisma próprio das mulheres no processo educativo das origens (cf. CC 93).

Em Maria, é a revelação da plenitude de sua dignidade. É a que antecipa-se ao Filho, gerando a Pessoa inteira, cercando-o do amor necessário para que cresça em “tamanho, obediência e graça” (Lc 2, 52). A maternidade espiritual na maternidade física, dom de gerar as gerações, guia os passos da pessoa humana no mundo. “A mulher encontra-se *no coração deste evento salvífico*” (MD, p. 13). Sua dignidade e vocação são reveladas como realidade de redenção. “Por isso, cada mulher é aquela ‘única criatura na terra que Deus quis por si mesma’. *Cada mulher herda do ‘princípio’ a dignidade de pessoa precisamente como mulher*”. (MD, p. 55)

Na dinâmica social, e mesmo eclesial, a mulher é discriminada, o que não é próprio de sua dignidade nem do cristianismo, mas de concepções sociais a partir das quais são estabelecidas as relações em que vive. Como consequência, sofre restrições e preconceitos incoerentes com sua dignidade.

Entendemos algo mais universal, fundado no próprio fato de ser mulher o conjunto das relações interpessoais, que nas formas mais diversas estruturam a convivência e a colaboração entre as pessoas, homens e mulheres. Neste contexto, amplo e

diversificado, *a mulher representa um valor particular como pessoa humana* e, ao mesmo tempo, como pessoa concreta, *pelo fato da sua feminilidade*. (MD, p. 106-107)

O compromisso com a civilização do amor é o compromisso em favor da mulher, com as gerações pelas quais assume o processo educativo, com sua imprescindível presença nos primeiros anos, rompendo posições discriminatórias e reconhecendo sua contribuição específica em favor da vida e da humanização da cultura, sua disponibilidade no afeto e na constituição do tecido social, sua sensibilidade ao que é humano.

A presença e a valorização da mulher é, portanto, essencial para elaborar uma cultura que ponha, realmente, no centro as pessoas, a procura da composição pacífica dos conflitos, a unidade na diversidade, a subsidiariedade e a solidariedade.²⁷⁷

No campo educativo, é significativo seu trabalho, na família e na escola, na fundação e expansão de congregações de carisma educativo feminino, como religiosas e como leigas²⁷⁸.

Enquanto as paróquias diziam respeito exclusivamente aos homens, no campo educacional as religiosas, distribuídas em centenas de congregações e três vezes e meia mais numerosas (37.023) do que a soma (11.587) do clero secular (4.433) e religioso (7.154), desempenhavam um papel relevante.²⁷⁹

“Muito antes de o Estado chegar ao oeste brasileiro ou à região amazônica, já mourejavam aí educadoras e educadores, enfrentando situações adversas, fundadas na força de suas convicções e de seu carisma de educador”²⁸⁰. Sua presença é amparo familiar e institucional, força espiritual de perseverança, fé e esperança, que une-se à força moral na “consciência de *que Deus lhe confia de uma maneira especial o homem, o ser humano*”. “A estas 'mulheres perfeitas' muito devem as suas famílias e, por vezes, nações inteiras”²⁸¹.

Sua importância está ligada a doação que faz de si, no dom que traz em si. “Se o homem é por Deus confiado à mulher, isto não significará talvez que Cristo espera dela a realização do 'sacerdócio real' (1Pd 2, 9), que é a riqueza que ele deu aos homens?” (MD, p. 110)

²⁷⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. As pessoas consagradas e sua missão na escola. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20021206_hom-grocholewski-congress_it.html. Acesso em: 12/1/16. N. 64.

²⁷⁸ Cf. CNBB, Educação, Igreja e Sociedade, n. 37.

²⁷⁹ BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005. P. 345-346.

²⁸⁰ Idem, p. 28.

²⁸¹ MD, p. 109-110.

“Nesse sentido, sobretudo os nossos dias aguardam a manifestação daquele 'gênio' da mulher que assegure a sensibilidade pelo homem em qualquer circunstância, pelo fato de ser homem!” (MD, p. 110)

Assim, é preciso aprofundar a reflexão sobre a educação quanto à integralidade humana, restabelecendo sua unidade através da consideração da dignidade própria da mulher na caminhada da história da humanidade.

5.4. Conclusão

Em sua ação na história, a Igreja tem consciência de sua identidade educativa, de viver o processo de santificação na progressiva pedagogia de Deus à medida que aprofunda o relacionamento com Ele e entre os homens.

Viver esta consciência é estar em permanente conversão. O centro do processo é a pessoa de Jesus Cristo, que conduz a humanidade a si na superação de limites estruturais da pessoa e da sociedade.

“A análise da situação educacional não pode deixar de considerar os processos educativos da própria Igreja”²⁸², pois educar abrange todas as dimensões da pessoa, em perspectiva educativo-pastoral. Como tal, refletir sobre conversão pastoral é ter a educação como prioridade, em seus processos explícitos e implícitos, de “motivações e de um caminho educativo” (LS 15), no assumir a responsabilidade pessoal e comunitária pela Criação, com os seus e com os excluídos (cf. LS 15).

Educar a inteligência e educar o coração transcendem as necessidades do tempo, preparando o cidadão do reino no serviço à sociedade e trazendo a visão unitária do ser humano que aprofunda sua fé na relação social.

Nesta perspectiva, a educação é compreendida como um processo dinâmico, inerente e permanente à vida humana, em toda sua plenitude e em suas diferentes relações sociais. Cristo é o modelo e a medida desta plenitude.

Em primeiro lugar, devemos reformular a antropologia que inspira a nossa visão de educação do século XXI. Trata-se de uma antropologia filosófica, que deve ser uma antropologia da verdade. Uma antropologia social, isto é, onde se concebe o homem nas suas relações e no seu modo de existir. Uma antropologia da memória e da promessa. Uma antropologia que faz referência ao cosmos e que leva a sério o desenvolvimento sustentável. E ainda mais uma antropologia que faz referência a Deus. O olhar de fé e de esperança, que é o seu fundamento, sonda a realidade para

²⁸² CNBB, Educação, Igreja e Sociedade, n. 50.

descobrir nela o projeto oculto de Deus. Partindo assim de uma reflexão profunda, sobre o homem moderno e sobre o nosso mundo atual, deveríamos reformular a nossa visão da educação.²⁸³

Educar envolve a relação entre as pessoas, com o conhecimento e como serviço; envolve pastoral, a ação da Igreja no mundo, a inserção dos cristãos nas instituições sociais para a instauração dos valores evangélicos nos diversos níveis e instâncias: na legislação, nas secretarias de governo e nas salas de aula. Educar envolve a pessoa no aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver; a compreender-se enquanto uma pessoa inacabada, que se cria a cada dia em suas escolhas, que se entende em suas fragilidades, muitas próprias do contexto e outras da idade; que se organiza no seu fazer através de procedimentos e estratégias; que adquire atitudes e valores; e que vive na família humana.

Neste processo, é preciso uma escolha ética para a vida, a começar pela família, seguida pela escola, pela Igreja e pela sociedade. É preciso posicionar-se através da ação pedagógica, de objetivos e práticas a favor da humanização e da construção de uma nova sociedade. É a educação da vontade humana no caminhar junto como uma comunidade, da imperfeição à perfeição. Posição que

pressupõe e envolve sempre uma determinada concepção do homem e da vida. Na prática, a maior parte das vezes, à pretendida neutralidade escolar corresponde a remoção da referência religiosa no campo da cultura e da educação... [que] deve considerar o âmbito mais decisivo dos fins e não só do “como”, mas também do “porque”...²⁸⁴

Ser cristão é ser educador, é compreender que evangelizamos nas mínimas relações e que os espaços privilegiados de sistematização e compreensão deste processo precisam ser devidamente acompanhados. Todos somos responsáveis pelas novas gerações, pelo processo de uma humanidade que continua sua peregrinação.

A missão paradigmática, por sua vez, ocupa-se da necessidade de mudar a mentalidade em razão da missionariedade, trata-se de “ser cristão” em comunidade, buscando um novo horizonte de compreensão capaz de incidir sobre uma nova prática... (CC 232)

O leigo vence seus limites pessoais e institucionais, vendo-se no jardim, com acesso ao fruto da árvore da vida. Cognoscente, compreende-se no processo permanente de criação-crescimento, amadurecendo na nova relação que estabelece

²⁸³ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Educar hoje e amanhã, p. 27.

²⁸⁴ Idem, A Escola Católica no limiar do Terceiro Milênio, n. 10.

com os demais, com Deus e com a criação. Somente nesta relação é capaz de amadurecer e amar.

*Uma pessoa madura, uma sociedade madura, então, será aquela cuja liberdade seja plenamente responsável no amor. E isso não cresce só nas margens das estradas. Implica um investimento de muito trabalho, muita paciência, muita sinceridade, muita humildade, muita magnanimidade.*²⁸⁵

É um processo que perpassa o tempo, que faz a história, que enfrenta a própria resistência frente à consciência de si, do outro e do Outro ao reconhecer-se em suas limitações. Do jardim de infância (hoje educação infantil) ao jardim do mundo, o enfrentamento dos limites como processo permanente e desafiador de amadurecimento. Do jardim de infância à família humana, a pedagogia é a da inclusão pelo diálogo.

Uma missão imprescindível de todo educador cristão é apostar na inclusão, trabalhar pela inclusão. Não é uma prática antiquíssima da Igreja levar a educação aos mais esquecidos? Muitas congregações e obras educativas não foram criadas com este objetivo? Temos sido sempre responsáveis com esta vocação de serviço e inclusão?²⁸⁶

Educação no ir ao mundo servir é uma relação inacabada, de uma comunidade em êxodo, em processo de aprendizagem, a responder através do “caráter escatológico de nossa vocação. Destarte a Igreja, que ainda peregrina da fé e na esperança, está unida no amor à Igreja do céu”²⁸⁷.

Ser uma Igreja educadora, em todas as suas instâncias, é educar para conhecer a família humana em suas expressões concretas – história, artes, crenças - para descobrir e viver a dimensão espiritual da história, a origem divina e o destino eterno, para inserir-se no testemunho visível da fé da Igreja ao longo de séculos e milênios.²⁸⁸

É ser uma Igreja no tempo, na autoconsciência histórica e escatológica, condição da própria existência. Uma Igreja que vive na diversidade em dimensão global, como dinamismo cristão na dinâmica das sociedades. É integrar-se na construção da história humana, tendo os novos problemas como desafios para

²⁸⁵ BERGOGLIO, Jorge M. Educar: escolher a vida. Proposta para tempos difíceis. São Paulo: Ave-Maria, 2013. P. 147.

²⁸⁶ Cardeal Jorge Mario Bergoglio, S. J., 9 de abril de 2003. In: Educación Hoy. Francisco y La Educación. Revista de La Confederación Interamericana de Educación Católica, CIEC. N. 195. Jul-set 2013, ano 41. Santillana, Colombia.

²⁸⁷ ABREU, E. H. e SOUZA, N. (orgs.), Concílio Vaticano II, p. 47.

²⁸⁸ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Dimensão religiosa da Educação na Escola Católica, n. 56-60.

novas análises e sínteses, como oportunidade de inserir a mensagem evangélica dentro das transformações culturais²⁸⁹.

O caminho é a comunidade em comunhão. A comunidade familiar, a comunidade eclesial, a escolar e as associações. Na pequena comunidade da família humana, Deus se faz presente, na tenda e na eucaristia, passando a viver em cada um (cf. Jo 17, 21; Gl 2, 20), desafiando-nos a enfrentar nossas limitações no relacionamento com o outro, sustentando os laços afetivos e acompanhando o ritmo de cada pessoa.

Esse nosso sacrifício será tanto mais relevante quanto mais for “pão cotidiano” sustentado pela humildade, quanto mais for real, quanto mais nos custar, quanto mais for constante, quanto mais constituir a expressão da nossa verdadeira solicitude pela pastoral efetiva, realizada mais do que festejada ou anunciada.²⁹⁰

Muitos são os desafios, as tensões e os dramas, da dificuldade dos meios aos recursos, da conversão pastoral à formação religiosa dos jovens, das pluralidades religiosas e culturais como riqueza à formação permanente de professores. Um ideal a perseguir na ação pastoral: uma sociedade de aprendizagem, que transforme as estruturas humanas como expressão de conversão interior (cf. CC 53).

Quando a Igreja não assume sua identidade educativa em sua pastoral, no espaço público, na escola, na responsabilidade pela formação dos batizados no serviço à sociedade, ela favorece que outros grupos apropriem-se do ensino sem sua participação. Com características ideológicas controversas, diversos movimentos difundem sua concepção de ser humano e de vida através da escola, atentando contra a dignidade humana, gerando conflitos e fazendo sobressair posições parciais e incompletas e, por isso, afetando a situação da vida no planeta. A ausência de uma pastoral efetiva no meio educativo torna a Igreja responsável pela distância social dos valores evangélicos no mundo e, logo, da pessoa de Jesus Cristo.

Em algumas Conferências Episcopais o ensino católico não foi considerado entre as prioridades pastorais. (...) Um dos grandes desafios para algumas Conferências Episcopais será redefinir com urgência o relacionamento com os leigos, na perspectiva de um serviço ao anúncio do Evangelho. É urgente que os Bispos

²⁸⁹ Cf. SALVARANI, Renata. Os documentos conciliares e a autoconsciência histórica dos cristãos. In: <https://pt.zenit.org/articles/os-documentos-conciliares-e-a-autoconsciencia-historica-dos-cristaos>. Acesso em: 17/2/2006.

²⁹⁰ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Homilia do Cardeal Zenon Grocholewski no congresso europeu sobre “os desafios da educação”. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20040703_symposium-homily_po.html. Acesso em: 12/01/2016. N. 7.

descubram que entre as modalidades da evangelização um lugar importante é aquele da formação religiosa das novas gerações e que a escola é um instrumento precioso deste serviço.²⁹¹

Diante dos organismos internacionais que se ocupam cada vez mais de temas religiosos, será importante que as próprias Conferências Episcopais saibam formular propostas de cursos capazes de fornecer um conhecimento e uma aprendizagem crítica de todas as religiões presentes na sociedade. E também que elas saibam distinguir com clareza a especificidade dos cursos de religião e de educação à cidadania responsável. Caso contrário, serão os próprios governos que farão as suas propostas, sem que haja a contribuição da visão cristã e católica nos currículos escolares, em vista da formação do cidadão livre, capaz de ser solidário, compassivo, responsável diante da compreensão e das interrogações humanas.²⁹²

Enquanto Igreja, todos os fiéis são responsáveis. A começar pela família, em (não) acompanhar suas crianças e jovens com atenção especial, no cuidado com a consciência moral e religiosa, integrando-se à comunidade escolar, colaborando com o possível e acompanhando as atividades.

A Igreja é responsável através de seus batizados, principalmente dos leigos. Considerando a escola como microcosmos, sua atuação é base para viver responsabilmente no macrocosmo da sociedade²⁹³. Na instituição educacional confessional e no leigo da instituição não-confessional, manifesta-se a sistematização do processo educativo da própria Igreja na formação do cristão-cidadão, que envolve a opção preferencial pelos pobres, a atenção aos que mais precisam, o assumir os dramas humanos em uma ação consciente e dirigida.

Inserir-se nesta estrutura é enfrentar uma sociedade instrumental, competitiva e consumista presente no projeto político pedagógico das redes escolares. É subverter, na construção da comunidade, a rotina cotidiana, a lógica tecnocrática e econômica, oferecendo novas soluções para romper a maneira de interpretar a realidade que prevalece (cf. LS 63.111). “Todavia, não se trata de decretar que as coisas não têm jeito, porque o problema é a dificuldade de construir um jeito”²⁹⁴. Nossas escolas são chamadas a serem sinais vivos de que

o que se vê não é tudo que há, que outro mundo, outro país, outra sociedade, outra escola, outra família é possível. Chamadas a serem instituições nas quais se ensaiem novas formas de relação, novos caminhos de fraternidade, um novo respeito ao inédito de cada ser humano, uma maior abertura e sinceridade, um ambiente trabalhista marcado pela colaboração, pela justiça e pela valorização de cada um, em que fiquem de fora as relações de manipulação, competição,

²⁹¹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar hoje e amanhã: uma paixão que se renova – *Instrumentum laboris*. Brasília: Edições CNBB, 2014. P. 37-38.

²⁹² Idem, p. 39.

²⁹³ Cf. Idem, Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos, n. 43.

²⁹⁴ DEMO, P. Desafios modernos da educação, p. 11.

maquinações, autoritarismos e favoritismos interesseiros... escola aberta ao novo, capaz de surpreender ela mesma aprender com tudo e com todos. Uma escola arraigada na verdade, que é sempre surpresa. Escola que é semente... de um mundo novo, transfigurado.²⁹⁵

Precisamos de uma escola que eduque pela valorização de crianças e jovens. Educar na proposta integral envolve trabalho e sacrifício, a doação da vontade no testemunho leigo em sua liberdade pessoal, expressão de um modo humano de estar no mundo, de ser uma referência possível, constituída na experiência pessoal do amor que se dá²⁹⁶. De ser educador que se faz

mestre com o Mestre: testemunhas de uma nova sabedoria, nova e eterna, porque o Reino que Deus estabeleceu em nossa história nos chama a esperar sempre mais que todas as buscas e tentativas que possamos sonhar. Nessa novidade universal, podemos ser semente de uma Humanidade melhor, sinal do que virá.²⁹⁷

Como cristão educador, é preciso inserir-se criticamente na reflexão da educação considerando sua dimensão religiosa, na qual o ensino religioso confessional e plural é polêmico ou mesmo ignorado. Silva Junior²⁹⁸ destaca que os defensores da ausência do ensino religioso, ou sua defesa com viés fenomenológico, durante o período que envolve a Proclamação da República, estavam diretamente relacionados com a maçonaria. O que nos questiona: o problema é o ensino religioso em si ou o mesmo se configurar em uma perspectiva contrária ao posicionamento particular dos grupos em destaque de então? Hoje não poderíamos questionar as posições ideológicas dos grupos opositores, tanto ao posicionamento quanto a interesses particulares? A história precisa ser muito estudada.

A mulher também não tem seu espaço nas discussões, mesmo nas educativas. É o desafio ao qual a Igreja lhe convoca. É preciso manifestar sua especificidade como modelo e personalidade no relacionamento com Deus e no viver a história humana, gerando um mundo novo nos seus filhos, na sua família, na comunidade escolar, nas esferas diversas que participa; no oferecer sua missão junto à comunidade na celebração eucarística, na esperança profética que espera o novo mundo através do agir no hoje; na capacidade do acolher os estudantes sendo a “tia” afetiva na condução da caminhada; no meditar os dramas diários nas orações e a partir das referências evangélicas; no aprender a sustentar o olhar para

²⁹⁵ BERGOGLIO, J. M., Educar, p. 33.

²⁹⁶ Cf. Idem, p. 69.

²⁹⁷ Idem, p. 103.

²⁹⁸ SILVA Jr. Deus na Escola Pública: a polêmica do ensino religioso no Brasil. São Paulo: Reflexão, 2015. P. 89.

o humano muitas vezes escondido pela violência e pela agressividade; no contemplar Deus, presente e operante em cada sorriso recebido. De, como a Mãe de Deus, poder receber a humilde tarefa de participar na geração dos filhos de Deus.

6 Conclusão

... aceitarmos a correr a aventura de Nínive, a aceitar o risco de protagonizar uma nova educação, fruto do encontro com Deus, que sempre é novidade, e que nos impulsiona a romper, partir e movimentar-nos para ir mais além do conhecido, para as periferias e as fronteiras, ali onde está a humanidade mais ferida... buscando a resposta para o sentido da vida.²⁹⁹

Ao término deste trabalho, impõe-se a necessidade de sistematizar o caminho percorrido a partir do Concílio Vaticano II e identificar alguns desafios na prática pastoral-educativa da Igreja.

O contexto histórico conciliar desafiava a Igreja em suas concepções e atuações, precisando de uma resposta ao mundo na atualização de si mesma. O Concílio foi além. Aceitando o limite institucional, abre-se para as relações com o mundo, incluindo as ecumênicas e inter-religiosas, desenvolvendo diversas instâncias dialógicas, alcançando uma universalidade impensada até então. Aprendizagem que redefiniu na organização colegiada e na categoria de autoridade, num protagonismo pessoal e eclesial de Povo de Deus.

A preocupação com a instituição escola é redimensionada. Ao assumir a responsabilidade com todos, sobressai o serviço aos não-católicos. A educação cristã promove o humanismo cristão, inserindo-se na cultura, modificando-a pelas relações pessoais que a constituem através da linguagem. A dimensão religiosa perpassa todo o processo através do testemunho do educador, que atua significando sua docência a partir dos valores evangélicos.

Em sua identidade educadora, a Igreja forma o fiel em todas as suas dimensões, promovendo permanente reflexão sobre sua atuação pastoral, desafiando-o a responder às questões que se apresentam a partir de uma reflexão constante sobre o modo como compreende a vida. O relacionamento filial com Deus é o norteador dos demais. Nas instâncias do cotidiano, família, estudo e trabalho, dialoga com pessoas e saberes, produzindo uma síntese entre fé e vida, formando-se enquanto Igreja no mundo. Ao servir através de seus leigos, a Igreja

²⁹⁹ Cardeal Jorge Mario Bergoglio, 6 de abril de 2005. In: Educación Hoy. Francisco y La Educación. Revista de La Confederación Interamericana de Educación Católica, CIEC. N. 195. Jul-set 2013, ano 41. Santillana, Colombia.

educa e se educa, numa dinâmica entre quem é, o que vive e o que anuncia (cf. 1Jo 1, 3).

A opção por olhar a Igreja em seu processo de aprendizagem é uma escolha consciente em enfrentar o desafio bibliográfico e interpelar a Igreja em sua pastoral, buscando compreender a dinâmica educativa na proposta do próprio Concílio.

É compreendê-la como uma Igreja que é permanentemente enviada às periferias e às fronteiras do mundo em sua missão educativa, através das quais encarna e gera Jesus nas diversas culturas, evangeliza e faz discípulos entre os povos.

O processo educativo é um processo da Igreja em ser no mundo, de, servindo, compreender melhor sua missão e responder à sua vocação. Lendo os sinais dos tempos, reflete sobre o mistério do ser humano e sua eclesialidade. Na reflexão pedagógica através da instituição educativa, colhe o aprofundamento e o desenvolvimento de sua configuração interna como Igreja educadora. É uma identidade e uma realidade teológica, o modo pelo qual Deus fala na história de seu Povo, a seu Povo. A prática é sempre educativa, instauradora do processo de (auto) reflexão de quem educa frente à realidade, sobre o conteúdo desta ação, a quem é dirigida e a quem serve.

É a necessidade de uma discussão que reveja a centralização de diferentes atuações no Estado, como a educação, que torna a família secundária nas decisões e, conseqüentemente, esvazia o protagonismo do cidadão. Destacando o conforto material próprio do mundo secularizado e o aviltamento das condições de vida em que toda a família é obrigada a participar da renda doméstica, defende-se o aumento do tempo na escola, o que diminui o tempo do ócio e do lazer, bem como a convivência com os seus. O acúmulo de serviços é um conseqüente menor tempo com a família.

E este é o processo que se intensifica a partir do Concílio Vaticano II, lido por João XXIII e pelos padres conciliares que, juntos, buscam respostas. E que precisa ser uma resposta em unidade. Unidade da Igreja, unidade ecumênica, unidade da humanidade.

A Igreja se abre ao novo aprendizado a partir dos desafios que encontra na caminhada. Por isso, é uma Igreja que ensina, e o faz a partir de seu próprio processo de aprendizagem. Igreja que aspira à coerência pastoral dos bispos, tendo

o magistério como múnus episcopal, como sua atuação na educação, na celebração e no governo.

A diversidade conciliar expressa a universalidade da Igreja, que tem a consciência dos participantes do Concílio em amadurecimento acelerado para uma melhor e necessária participação. No Vaticano II, ao encontrar a família humana na qual Deus age, a Igreja encontra-se com o mundo e consigo mesma. O Brasil integra-se no Concílio com o terceiro maior episcopado. E participa em um movimento próprio, sendo a primeira conferência episcopal a aprovar um Plano de Emergência e uma Pastoral de Conjunto, tornando as reflexões em uma ação pastoral imediata.

A maturidade episcopal emerge na elaboração doutrinal dos vários temas, muitos em necessária profecia para uma nova realidade – como a estrutura educativa anunciada no Concílio e corrente em sua dimensão material.

A dinâmica assumida é entre olhar o próximo (específico) e o distante (o conjunto, a universalidade), a interação, a convivência, a fraternidade das diferenças. O dinamismo ecumênico promove o diálogo entre as igrejas e com os patriarcados. Ao considerar a liberdade religiosa nas relações com o Estado, a Igreja desenvolve relações políticas e diplomáticas para o encontro entre as partes, que promove a edificação do povo cristão, a unidade cristã e que institui um órgão para a relação com as igrejas não romanas. Deseja-se um dinamismo que abrace a humanidade numa única família, começando um caminho para superar barreiras histórias e suas permanências.

O Vaticano II não se restringe à dimensão religiosa e torna-se também uma questão de Estado, de Estados. A identidade católica é uma identidade que interfere no cristianismo e é referência de alcance universal. Discute-se os dramas mundiais, como a guerra e a paz. Pelo diálogo fala-se com e não mais fala-se de.

O ser Igreja traz uma compreensão da comunhão, uma Igreja-comunidade, em uma nova fase de sua história. Aprendizagem em que a Igreja põe-se a caminho, na superação da ruptura entre Ocidente e Oriente cristãos; na reformulação do rito litúrgico quanto à importância da Palavra e da Eucaristia; no serviço dos batizados alcançando a si mesma no mundo; na hierarquia e na colegialidade que compreendem a autoridade em diferentes níveis; no protagonismo de todos; no diálogo, na cooperação e no respeito na busca da comunhão e da unidade.

É uma aprendizagem que aprofunda a consciência história a partir da compreensão da pessoa e de suas dificuldades. Aprendizagem que precisa ser definida e precisa responder às novas questões: a opção pelos pobres é incluyente ou excluyente? Propõe um serviço à humanidade ou a construção de uma nova cristandade? Em diálogo com ideologias materialistas e socialistas, a partir de sua utopia de ascensão do proletariado, é possível uma sociedade de conflito? Como se governa na relação com a hierarquia? Desvaloriza-se o ensino-aprendizagem ao (super) valorizar a realidade de quem não tem acesso à escolarização? É possível um ensino como antecipação do Reino através da formação da pessoa nos valores evangélicos, na comunidade de comunhão, tendo o bem comum e o fim último como metas? Ou o conflito como concepção antropológica do ser humano seria a expressão dualista que se choca com a mentalidade conciliar? A diferença é um dom ou é contraposição? O diálogo entre a pessoa, a sociedade e o Estado situam-se nestas questões. Diálogo que perpassa a comunidade e a pessoa, o social e o pessoal, os alunos, professores e a comunidade, a Igreja e o mundo, a autoridade e o serviço.

Ainda hoje a inserção do cristão na política supera o diálogo dogmático mais tradicional. A expressão “religião e política não se misturam” e o perfil negativo com que a segunda é concebida afastam os leigos de sua vocação própria. A educação é usada como instrumento de luta social em que a alfabetização é o início, desvalorizando o processo pessoal, a busca da Verdade e mesmo a construção da cidadania.

O caminho está na autoconsciência do ser Igreja servindo ao mundo. Entramo-nos em uma dinâmica entre uma teologia que ensina e uma pedagogia que busca o mistério. Servidora da Verdade, a Igreja insere-se nos ambientes educativos. Com projeto político, de ação intrínseca, a Igreja-educadora é estrutural, modificando o sistema da própria instituição religiosa, na compreensão de si como autoridade que se faz serviço.

A pessoa não nasce sozinha. Há um jardim que lhe é anterior, que muitas vezes encontra-se devastado, ferido, mas que continua sendo a referência humana, a partir do qual a Igreja se associa. E a Igreja volta à família como início de seu agir, a Igreja doméstica. Pensar a família é pensar a Igreja, a família de Cristo; é pensar o ser humano, a família humana; “pensar *em um único mundo, em um projeto comum*” (LS 164). A vida começa na família, na descendência da mulher

(cf. Gn 3, 15), na encarnação do Verbo (cf. Lc 1, 26-38), na angústia das dores do parto frente ao dragão devorador (cf. Ap 12, 2-4). Como Corpo de Cristo, da família ao mundo, da promessa às periferias existenciais, a pessoa vive a família como em círculos concêntricos, a partir dos quais amplia a compreensão do ser humano. E este é um processo educativo, de pensar o processo de aprendizagem de todos na relação com o mundo. Identidade que se constrói enquanto família, enquanto Igreja e enquanto Reino.

Precisamos da família de Cristo para sustentar a perspectiva da dimensão espiritual, para partilhar a tarefa educativa. Precisamos de uma pastoral de conjunto que envolva a pastoral familiar, a iniciação cristã, a juventude, as pastorais de integração, a pastoral na educação.

Enquanto Igreja, a consciência de sua identidade missionária na formação de discípulos é uma identidade educativa. É um desafio histórico que envolve o diálogo com os saberes na escola. É preciso, portanto, superar a preocupação institucional, que centra o Estado como provedor do bem-estar e definidor do perfil educativo dos cidadãos. Ao se dificultar a identidade religiosa na esfera pública, segrega-se a família como receptora de subsídios e não como participante cidadã do processo político na instituição educativa; segrega-se a escola como receptora de verbas, materiais, merenda, de acordo com critérios de meritocracia e correspondência a perfis educativos a partir da concepção das lideranças; segrega-se a identidade religiosa com o proselitismo e com conflito religioso como pressuposto.

O Estado atual é um Estado de insegurança, de medo, de conflito, que busca as diferenças para exaltá-las, não um Estado de unidade a partir das diversidades. A pessoa é compreendida enquanto indivíduo esvaziado de sua história, de seus laços afetivos, de seus processos cognitivos. A dimensão espiritual é ignorada. A Igreja torna-se uma minoria, com diálogo restrito.

Consequentemente, a questão do ensino religioso centra a discussão desta polêmica, em que se discute a confusão entre o temporal e o espiritual, a partir do qual o Estado define que a dimensão espiritual é irrelevante para a formação de seus cidadãos. Portanto, não compreende o ER como área de conhecimento.

Muitos grupos religiosos apresentam dificuldades em refletir sobre a questão, influenciados por desenvolvimentos históricos, concepções proselitistas,

preocupação com o número de adeptos de cada confissão, e não com a formação na dimensão espiritual de uma nova geração.

A educação continua sendo o caminho histórico e o desafio para tornar real o futuro melhor para a humanidade, de fazer possível a convivência entre diferenças, entre as distintas culturas. É na história que percorremos o caminho de mudar a realidade, os sistemas construídos. E o Concílio concebe a história enquanto caminho religioso, em que Deus ensina os seus a caminhar em sua direção, ensina sua Igreja a testemunhá-lo, faz seu Povo ser Igreja. Aprendizagem que é sempre histórica!

A ação do leigo traz esta autoridade enquanto credibilidade de seu testemunho. Na realidade das famílias em crise, na criação de mecanismos de solidariedade com os adolescentes e com as famílias mais pobres, no processo educativo enquanto Igreja no mundo. É em seu testemunho que a Igreja compreende que toda a ação ideológica discutida atualmente nas relações entre Estado, Igreja, família e educação nos oferece a convicção de que nem o Estado é neutro, nem a educação e muito menos a pessoa. O que o leigo acredita define sua cidadania, que define o Estado. Rodrigues apud Silva Jr³⁰⁰ afirma que “o diálogo entre Cristo e César, como o chama Oliveira Torres, foi e provavelmente continuará a ser um fator de tensões até o final dos tempos.”

Diálogo que revela o ser humano a si mesmo, compreendendo-o como pessoa livre, que torna presente uma relação vital, de aliança, como ser relacional sempre em cruz na relação entre as pessoas e na relação destas com Deus. Que envolve comunhão de inteligência e vontade, pensamento e trabalho, verdade e ação, doutrina e apostolado, magistério e ministério. Diálogo que fomenta a maturidade a partir do crescimento pela diferença, construindo a paz. Que conduz o caminho sob a tensão entre o ideal, o certo, o melhor e o possível, saindo da lógica reinante. Diálogo que é sempre superação dos obstáculos materiais, administrativos, pedagógicos e espirituais. E que só podemos fazê-lo juntos.

Diálogo que é exercício e expressão do amor, esperança que faz-nos confiar na vida, que transforma vidas, a história, a Igreja, a pessoa. Que é viver o apostolado na educação como dom de Deus e assumir os traços de Cristo no

³⁰⁰SILVA Jr. Deus na Escola Pública: a polêmica do ensino religioso no Brasil. São Paulo: Reflexão, 2015. P. 89.

mundo, em resposta Àquela voz que continua e sempre continuará a nos dizer: “Não temam!”

Educação é prioridade. É imperativo ético e evangélico na esperança de uma humanidade nova. Esperança que brota da sabedoria cristã na resposta da comunidade que crê, espera e ama, missão da Igreja.

Educação que é ensino-aprendizagem, que modifica a linguagem, a estrutura de pensamento, o sistema epistemológico, a mentalidade. Que é conversão, pastoral e permanente para a santidade que muda a história, tornando-nos rosto de Cristo, sua presença na história dos homens.

Educação é o caminho por excelência da atividade pastoral. É Palavra geradora de vida, de ação, sempre relação entre os valores eternos da Verdade cristã e sua inserção na realidade dinâmica.

Educação é encarnação, construtora de uma identidade em sua significação, na relação com o transcendente, em cruz. Que aprende nesta relação a fazer dom de si ao mundo, a oferecer-se como pão cotidiano.

Educação é princípio de misericórdia da Igreja, que passa da condenação ao pastoreio, que subverte todo e qualquer autoritarismo e meritocracia, que ensina a ser menos juiz e mais família, família de Deus. Que instiga a uma Teologia de Mulher. E, por que não, uma Teologia da Educação?!

Misericórdia que abre a porta da escola, da sala de aula, para acolher a todos e atuar a partir da dignidade humana, que se configura em um sempre novo projeto político pedagógico, projeto pessoal e projeto da instituição educativa, que se torna sinal da presença de Deus entre nós.

Entre a missão educativa da Igreja e os desafios atuais, um convite: voltar para casa e aprender com a família. Aprender a se sentar em volta da mesa para as refeições, em que todos param de brigar para arrumar tudo. Aprender a partilhar as tarefas para o bem de todos, como arrumar o espaço, organizar o tempo e inserir-se na mesma rotina de interdependência. Aprender o simples e o verdadeiro, de quem vive através da construção das relações fraternas. Aprender a brincar no quintal, na praça, com a alegria sempre renovada de estar entre os que amamos; lugar de encontro, de receber o colega e o vizinho até então desconhecidos. Aprender a voltar à infância para aprender a sermos maduros, responsáveis pela formação das novas gerações. Frequentar a escola da Igreja na história, visitando os espaços em que o Reino se encarna no cotidiano. A

recuperar o heroísmo do martírio pela confiança nos pais, na qual podemos crescer na confiança em Deus. Isolados, somos frágeis; como família, tocamos o céu.

O Filho traz em si a educação recebida da Mãe (cf. Lc 2, 51). A família se faz presente nos alunos e nos professores. A cumplicidade permanente entre José, Maria e Jesus é espelho para as famílias de hoje e de sempre.

A educação na família e a partir da família, primeira comunidade que nos constitui, destaca sua importância. O empoderamento da mulher, da mãe, da professora, é central em seus inúmeros desafios em educar o amanhã a partir do amor nosso de cada dia. E a Igreja é mãe! Que cuida e educa seus filhos! Em sua inserção nas diversas instâncias sociais!

Educação é processo permanente, de amadurecimento, de êxodo. Da posição de mulher, não um simples instrumento da cultura, receptora, e sim que transcende e é senhora de si, consciente, protagonista no sim confiante pelo qual começa a plenitude do ser humano. Mulher que, através dos dramas da humanidade, olha o céu.

Mulher-educadora e educadora-mulher, nas escolas do mundo, que não desiste de olhar para a humanidade e acreditar no potencial de seus alunos. Igreja que não deixa de olhar para cada um como filho. No batismo e nas paixões, permanecendo firme na espera da ressurreição. Igreja que aprende a olhar o mundo pelo olhar de Maria e, na mesma direção do olhar de Jesus, a resposta que ensina o mundo sobre si mesmo: “Abba!” (cf. Mc 14, 36)

Referências bibliográficas

ABREU, Elza Helena de e SOUZA, Ney de (org.). **Concílio Vaticano II: memória e esperança para os tempos atuais**. São Paulo: Paulinas: UNISAL, 2014.

AGOSTINHO DE HIPONA. **De Magistro**. Petrópolis, Vozes, 2009.

ALBERIGO, Giuseppe. **Breve História do Concílio Vaticano II**. Aparecida: Santuário, 2006.

ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História do Concílio Vaticano II: O Catolicismo rumo à nova era. O anúncio e a preparação do Vaticano II (janeiro de 1959 a outubro de 1962)**. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____(org.). **História do Concílio Vaticano II: A formação da consciência conciliar. O primeiro período e a primeira intersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963)**. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____(org.). **Historia del Concilio Vaticano II: el concilio maduro. El segundo período y la segunda intersesión (septiembre 1963 – septiembre 1964)**. Vol. III. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2006.

_____(org.). **Historia del Concilio Vaticano II: la Iglesia como comunión. El tercer período y la tercera intersesión (septiembre 1964 – septiembre 1965)**. Vol. IV. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2007.

_____(org.). **Historia del Concilio Vaticano II: un concilio de transición. El cuarto período y la conclusión del Concilio (septiembre – diciembre 1965)**. Vol. V. Sígueme-Peeters: Salamanca, 2008.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1981.

BENTO XVI. **Carta encíclica Caritas in Veritate sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. **Discurso de su Santidad Benedicto XVI a un grupo de profesores de religión em escuelas italianas**. Em 25 de abril de 2009. In: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/es/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **Discurso do Papa Bento XVI aos Cardeais, Arcebispos e Prelados da Cúria Romana na Apresentação dos Votos de Natal**. Em 22 de dezembro de 2005. In: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html. Acesso em: 12/01/2016.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BERGOGLIO, Jorge M. **Educar: escolher a vida. Proposta para tempos difíceis**. São Paulo: Ave-Maria, 2013.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2010.

BOAS, Alex Villas. Laicização. In: **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, Paulus, 2015. P. 517-519.

BRIGHENTI, Agenor. Magistério. In: **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas:Paulus, 2015. P. 574-578.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Paulinas, 2000.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 11.ed. São Paulo: Loyola, 2010.

CANTALAMESSA, Raniero. **Maria, um espelho para a Igreja**. Aparecida: Santuário, 1992.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos, declarações. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunidade de comunidades**: uma nova paróquia, a conversão pastoral da paróquia. São Paulo: Paulinas, 2014. (Documentos da CNBB, 100)

_____. **Educação, Igreja e Sociedade**. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2005. (Documentos da CNBB, 47)

_____. **Evangelização da juventude**: desafios e perspectivas pastorais. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2010. (Documentos da CNBB, 85)

_____. **Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas**. 13.ed. São Paulo: Paulinas, 2010. (Documentos da CNBB, 62)

_____. **Pastoral da Educação**: estudo para diretrizes nacionais. Edições CNBB, 2016. N. 46. (Estudos da CNBB, 110)

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **A Escola Católica**. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **A Escola Católica no limiar do Terceiro Milênio**. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_27041998_school2000_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **A Virgem Maria na formação intelectual e espiritual**. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19880325_vergine-maria_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **As pessoas consagradas e sua missão na escola**. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20021206_hom-grochowski-congress_it.html. Acesso em: 12/1/16.

_____. **Carta circular n. 520/2009 aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino da Religião na Escola**. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20090505_circ-insegn-relig_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **Congregação para a Educação Católica.** In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_20051996_profile_po.html. Acesso em 12/01/2016.

_____. **Dimensão religiosa da Educação na Escola Católica:** orientações para a reflexão e a revisão. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19880407_catholic-school_po.html. Acesso em 12/01/2016.

_____. **Educar al diálogo intercultural em la escuela católica:** vivir juntos para una civilización del amor. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20131028_dialogo-interculturale_sp.html. Acesso em 12/01/2016.

_____. **Educar hoje e amanhã: uma paixão que se renova** – Instrumentum laboris. Brasília: Edições CNBB, 2014.

_____. **Educar juntos na escola católica, missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos.** In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20070908_educare-insieme_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **Homilia do Cardeal Zenon Grocholewski no congresso europeu sobre “os desafios da educação”.** In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20040703_symposium-homily_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **O apostolado do Ensino Religioso nas Escolas Católicas.** In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19961015_catholic-school-re_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

_____. **O leigo católico, testemunha da fé na escola.** In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19821015_lay-catholics_po.html. Acesso em: 12/01/2016.

DAVIS, William. **Standards for Catholic Elementary Schools:** an analysis of self-study instruments and perceptions. 1990. 226p. Tese (Doutorado) - Faculty of the Schools of Arts and Sciences of The Catholic University of America, Washington, 1990.

DEL BOVE, Stefano. **Education as a path to love:** a leadership perception of Benedict XV's challenge to catholic education. 2008. 186p. Tese (Doutorado) – Graduate School of Education, Fordham University, Nova Iorque, 2008.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

DIDAQUÊ, o catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje. São Paulo: Paulus, 2014.

DOCUMENTO DE APARECIDA: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2014.

EducaciónHoy. Francisco y La Educación. **Revista de La Confederación Interamericana de Educación Católica**, CIEC. N. 195. Jul-set 2013, ano 41. Santillana, Colombia.

FIGUEIRA, Eulálio e JUNQUEIRA, Sérgio (orgs.). **Teologia e Educação: educar para a caridade e a solidariedade**. São Paulo: Paulinas, 2012.

FRANCISCO, PP. **Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum**. SP: Paulinas: 2015.

_____. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Amoris Letitia sobre o amor na família**. SP: Paulinas, 2016.

_____. **Resposta aos estudantes das escolas dos jesuítas na Itália e Albânia**. 7 de junho de 2013. In: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/june/documents/papa-francesco_20130607_scuole-gesuiti.html. Acesso em: 12/01/2016.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes, BOMBONATTO, Vera Ivanise (org.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

JOÃO PAULO II. **Carta apostólica Mulieris Dignitatem, a dignidade e a vocação da mulher**. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **Discurso del Santo Padre Juan Pablo II a La Organización de las Naciones Unidas para La Educación, La Ciencia y la Cultura – UNESCO**. In: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/speeches/1980/june/documents/hf_jp-ii_spe_19800602_unesco.html. Acesso em: 19/2/2016.

_____. **Exortação Apostólica Christifideles Laici, vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo**. 16.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Exortação Apostólica Catechesi Tradendae, a catequese em nosso tempo**. 16.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Exortação Apostólica Familiaris Consortio, a missão da família cristã no mundo de hoje**. 24.ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

JOÃO XXIII. **Carta Encíclica Mater et Magistra, sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã**. 13.ed. São Paulo: Paulinas: 2010.

_____. **Carta Encíclica Pacem in Terris, sobre a paz de todos os povos na base da Verdade, Justiça, Caridade e Liberdade**. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **Constituição apostólica Humanae Salutis para convocação do Concílio Vaticano II**. In: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 19/2/2016.

JOSAPHAT, Carlos. **Vaticano II: a Igreja aposta no Amor Universal**. São Paulo: Paulinas, 2013.

LOPES, Geraldo. **Gaudium et Spes: texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MACDOWEL, João Augusto A. A. Secularização. In: **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, Paulus, 2015. P. 879-884.

MATTEI, Roberto. **O Concílio Vaticano II**. Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Teologia**. In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16071-pces060-14-1&Itemid=30192. Acesso em 14/9/2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOURA, Paulo Hamurabi Ferreira. **A religião e o Estado laico no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

PADIN, Dom Cândido, PSB; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco. **Conclusões de Medellín**. 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas: 1998.

PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso**. São Paulo: Paulus, 2014.

PAULO VI. **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi sobre a evangelização no mundo contemporâneo**. 22.ed. SP: Paulinas, 2015.

RODGERS, Edward. **The principles of roman catholic education as staded in the encyclical letter of Paul VI, the declaration on christian education (Gravissimum Educationis) an the application of these principles in catholic denominational education in the province of Newfoundland and Labrador**. 1989. 215p. Dissertação (Mestrado) – Department of Education Foundations, Memorial University of Newfoundland, Newfoundland, 1989.

SALVARANI, Renata. **Os documentos conciliares e a autoconsciência histórica dos cristãos**. In: <https://pt.zenit.org/articles/os-documentos-conciliares-e-a-autoconsciencia-historica-dos-cristaos>. Acesso em: 17/2/2006

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Teologia da Cidade: relendo a Gaudium et Spes**. Aparecida: Santuário, 2013.

SILVA Jr. **Deus na Escola Pública: a polêmica do ensino religioso no Brasil**. São Paulo: Reflexão, 2015.

VIVIANO, OP, Benedict T. O Evangelho segundo Mateus. In: BROWN, SS, Raymond E.; FITZMYER, S. J., Joseph A.; MURPHY, O.Carm. Roland E. (orgs.). **Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos**. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011. P. 131-216.

VGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.